

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	9
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	10
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	12
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	13
3.7 - Nível de Endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras Informações Relevantes	16

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	17
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	19
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	20
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	28
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	29
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	30
4.7 - Outras Contingências Relevantes	31

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	32
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	33
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	36
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	37
5.4 - Programa de Integridade	39
5.5 - Alterações significativas	40
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	41
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	42
6.3 - Breve Histórico	43
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	45
6.6 - Outras Informações Relevantes	46
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	47
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	49
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	50
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	52
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	59
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	60
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	62
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	63
7.8 - Políticas Socioambientais	64
7.9 - Outras Informações Relevantes	65
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	66
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	67

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	68
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	69
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	70
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	71
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	72
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	73
9.2 - Outras Informações Relevantes	81
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	82
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	85
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	87
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	88
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	89
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	90
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	91
10.8 - Plano de Negócios	92
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	95
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	96
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	97
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	98
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	102
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	107
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	108

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	109
12.7/8 - Composição Dos Comitês	114
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	120
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	122
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	142
12.12 - Outras informações relevantes	143

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	144
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	147
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	150
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	152
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	153
13.6 - Opções em Aberto	154
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	155
13.8 - Precificação Das Ações/opções	156
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	157
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	158
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	159
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	160
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	161
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	162
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	163
13.16 - Outras Informações Relevantes	164

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	165
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	167
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	168
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	169
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	170
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	171
15.3 - Distribuição de Capital	186
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	187
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	188
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	189
15.7 - Principais Operações Societárias	190
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	191
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	192
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	193
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	194
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	195
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	196
17.2 - Aumentos do Capital Social	197
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	198
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	199
17.5 - Outras Informações Relevantes	200
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	201

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	202
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	203
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	204
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	205
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	208
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	209
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	210
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	211
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	212
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	213
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	214
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	215

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	216
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	217
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	218

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	219
20.2 - Outras Informações Relevantes	220

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	221
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	222
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	224
21.4 - Outras Informações Relevantes	225

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Rafael Gibini

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Não aplicável, haja vista o Diretor Presidente desempenhar também a função de Diretor de Relações com investidores, conforme declarado no item 1.3.

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Não aplicável, haja vista o Diretor de Relações com investidores desempenhar também a função de Diretor Presidente, conforme declarado no item 1.3.

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 – Declaração do Diretor Presidente e de Relação com Investidores.

Eu, Rafael Gibini, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Emissora denominada Companhia Melhoramentos de São Paulo, declaro que revi o Formulário de Referência, que todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19 e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Emissora e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Data Início	01/05/2022
Descrição do serviço contratado	serviços de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/2022 e 2023 e revisão das informações contábeis intermediárias em 31/03, 30/06 e 30/09 de 2022 e 2023
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais). Serviços referentes ao exercício findo em 31/12/2022 - R\$ 228.000,00; Serviços referentes ao exercício findo em 31/12/2023 - R\$ 228.000,00
Justificativa da substituição	alternância quinquenal de auditores, prevista no artigo 31 da Instrução CVM 308/99
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Octavio Zampirolo Neto	01/05/2022	214.130.628-06	

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 Todas as informações as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas no item acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	823.504.000,00	827.557.000,00	883.397.000,00
Ativo Total	1.449.953.000,00	1.392.664.000,00	1.430.671.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	144.172.000,00	100.554.000,00	121.711.000,00
Resultado Bruto	36.830.000,00	22.486.000,00	45.279.000,00
Resultado Líquido	-32.513.000,00	-54.834.000,00	-36.584.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	6.398.662	6.398.662	6.398.662
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	128,700000	129,330000	138,060000
Resultado Básico por Ação	-5,080000	-8,570000	-5,720000

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 – Mediações não contábeis

Conforme previsto na Instrução CVM nº 527 de 04 de outubro de 2012, a Companhia decidiu pela não divulgação voluntária de informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização e LAJIR (EBIT) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Diante disso, os itens deste tópico são inaplicáveis à Emissora.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3. Identificação e comentários sobre os eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que possam tê-las alteradas substancialmente.

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que possam tê-las alteradas substancialmente.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Descrição da política de destinação dos resultados dos 3 (três) últimos exercícios sociais:

A. Regras sobre retenção de lucros: Nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações, do resultado apurado no exercício, aplicar-se-ia as seguintes deduções e provisões legais:

- I. 5% (cinco por cento) no mínimo, antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- II. Uma parcela poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser destinada à formação de Reservas para Contingências, nos termos do artigo 195, da Lei nº 6.404/76;
- III. 5% (cinco por cento), no mínimo, serão aplicados na formação da Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro, conforme prevista no artigo 32, do presente Estatuto Social;
- IV. Uma parcela do lucro líquido do exercício poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, observados os requisitos e limites legais; e
- V. Feitas tais destinações, o saldo remanescente será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, observado o disposto no artigo 31, do presente Estatuto Social.

B. Regras sobre distribuição de dividendos: O Estatuto Social vigente da Emissora no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em seu artigo 31º prevê:

Art. 31º - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, montante não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício na forma da lei.

§1º. O pagamento do dividendo determinado nos termos do caput deste artigo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

§2º. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

§3º. O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem a Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação, e os administradores da Companhia encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.

§4º. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 3º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

- C. Periodicidade das distribuições de dividendos:** Fazemos referência ao item 3.4, “d”, deste formulário.
- D. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:** O Estatuto Social prevê que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Assim, do resultado do exercício, atendida a ordem legal, poderão ser deduzidos, ainda e facultativamente, os recursos fixados pela Diretoria e ratificados pelo Conselho de Administração, como participação dos administradores nos lucros do exercício, atendidos os limites fixados em lei. Caso haja lucro líquido no exercício, os órgãos de administração deverão apresentar sua proposta de destinação à Assembleia Geral Ordinária.
- E. Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.** O Emissor não possui política de destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	0,00		0,00		0,00	
Preferencial	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 Indicação de nos 3 (três) últimos exercícios sociais houve declaração de dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos exercícios sociais anteriores.

Saldos em 31 de Dezembro de 2018	3.519
(+) Dividendos a pagar referente ao exercício social de 2019	-
(-) Dividendos pagos em 2019	(2.559)
(-) Dividendos prescritos em Set/19	(91)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	869
(+) Dividendos a pagar referente ao exercício social de 2020	-
(-) Dividendos prescritos em 2020	(437)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	432
(+) Dividendos a pagar referente ao exercício social de 2021	-
(-) Dividendos prescritos em 2021	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	-

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	626.450.000,00	Índice de Endividamento	0,76070000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		5.037.000,00	6.683.000,00	5.227.000,00	2.496.000,00	19.443.000,00
Empréstimo	Quirografárias		22.878.000,00	32.606.000,00	24.708.000,00	46.948.000,00	127.140.000,00
Total			27.915.000,00	39.289.000,00	29.935.000,00	49.444.000,00	146.583.000,00
Observação							
Capital de Giro							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Outras informações financeiras julgadas relevantes pelo emissor.

Todas as informações financeiras julgadas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 Descrição dos Fatores de Risco

A. Ao emissor:

Legislação Ambiental e regras de ocupação de solo

Alterações na legislação ambiental e das regras de ocupação do solo nas esferas da Federação ou nas municipalidades em que a Companhia possui negócios florestais e/ou imobiliários podem trazer riscos ao desenvolvimento do plano estratégico.

B. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle: Vide alínea “A” acima.

C. A seus acionistas: Vide alínea “A” acima.

D. A suas controladas e coligadas: Na controlada Melhoramentos Florestal Ltda., durante a implantação de novos projetos de investimentos, poderá enfrentar obstáculos, dentre os quais:

- (i) Falhas e/ou atrasos na aquisição de equipamentos ou serviços necessários;
- (ii) Aumento dos custos inicialmente estimados;
- (iii) Dificuldades na obtenção de licenças ambientais e governamentais necessárias;
- (iv) Mudanças nas condições de mercado que tornem os projetos menos rentáveis do que o previsto inicialmente; e
- (v) Incapacidade de atrair mão-de-obra qualificada em tempo hábil;
- (vi) Start-up de máquinas e tempo de ajuste de produção do novo equipamento.

Ainda, a Melhoramentos Florestal Ltda., considera os seguintes fatores de risco:

- Alterações na legislação ambiental que possam restringir a prática da atividade de reflorestamento nas fazendas da Emissora e de terceiros;
- As receitas de vendas concentradas em poucos clientes;
- Dependência de fornecedores: insumos ou equipamentos específicos que tenham fornecedores restritos no Brasil ou no mundo;
- Questões relacionadas ao setor de energia elétrica por conta de eventuais riscos de racionamento ou alterações na regulamentação.
- Alterações na legislação e das regras de ocupação do solo nas esferas da Federação ou nas municipalidades em que possua negócios florestais podem trazer riscos ao desenvolvimento do plano estratégico.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Quanto a Editora Melhoramentos Ltda. os fatores de risco podem ser descritos em:

- Aumento dos custos de produção;
- Dificuldade econômica do país que afeta diretamente o setor;
- Eventuais problemas de distribuição dos produtos nos canais de atuação (livrarias físicas e virtuais)

Mudanças abruptas do comportamento do mercado (novos produtos, tecnologias e formatos de consumo).

E. A seus fornecedores: Não relevante.

F. A seus clientes: Não relevante.

G. Aos setores da economia nos quais o emissor atue: A instabilidade econômica e política do país afeta fortemente os mercados em que a empresa atua. Os setores imobiliário, editorial, educacional e de fibras de alto rendimento são impactados direta ou indiretamente por crises econômicas do país, uma vez que clientes brasileiros representam a totalidade do faturamento da Companhia.

Investimentos em aumento na capacidade de produção de fibras de alto rendimento por concorrentes nos próximos anos podem impactar adversamente o preço de mercado dos produtos da Companhia.

O fechamento de escolas e livrarias físicas por eventos de saúde e pandemia impactam parte ainda significativa da atuação da controlada Editora Melhoramentos Ltda.

H. À regulação dos setores em que o emissor atue: Não relevante.

I. Aos países estrangeiros onde o emissor atue: A Emissora não atua no mercado externo.

J. A questões socioambientais: Não relevante.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Dos riscos destacados merecem atenção a alta concentração de clientes da Controlada Melhoramentos Florestal Ltda., cuja medida para redução é a prospecção de novos clientes e diversificação de aplicação das fibras de alto rendimento produzidas. A volatilidade do Real perante moedas estrangeiras (Euro e Dólar americano), que impacta, taxa de juros em empréstimos e financiamentos de longo prazo e insumos necessários à produção da fibra de alto rendimento. A variação negativa da cotação do valor internacional da celulose também pode ser considerado fator de risco, pressionando a cadeia de papel por redução de preços.

Na Controlada Editora Melhoramentos Ltda. os fatores de risco como aumento de preço do papel imprensa, a volatilidade da moeda americana (USD) sobre produtos importados; rupturas nos principais canais de venda de livros e incertezas referente a maneira como o mercado irá consumir os novos produtos comercializados em mídias digitais, e-books e etc. merecem atenção especial.

Já para os negócios imobiliários da Controladora Companhia Melhoramentos de São Paulo, são considerados riscos a eventual alteração na legislação vigente, tais como alterações das regras ambientais em todas as esferas da Federação e alterações das regras de ocupação do solo por parte das Municipalidades onde se concentram as áreas da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 Processos não sigilosos relevantes

Fiscais

EMPRESA	TIPO DE PROCESSO	Nº PROCESSO	PEDIDO/OBJETO AÇÃO	ESTIMATIVA (S) PROVISÃO DE PERDA	PROBABILIDADE DE PERDA	DECISÕES	STATUS ATUAL
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0007268-10.2010.8.13.0878 (vinculado ao processo nº 0030807-05.2010.8.13.0878)	Cobrança de ITR 2004 e 2005 da Fazenda Levantina - CDAs 60.8.08.000432-01 e 60.8.08.000433-84.	11326880,09 (em 06/2008)	Possível.	30.09.14: sobrestamento devido a oposição dos Embargos à Execução Fiscal.	Execução fiscal ajuizada em 17.03.10. Em 01.10.10, requerido que o bem dado em garantia na ação cauleter (2008.58.10.002368-9), Fazenda Levantina, fosse transferido para a presente execução. Em 13.10.10, foi assinado em cartório o termo de penhora. Em 12.11.10, opostos embargos à execução fiscal (0030807-05.2010.8.13.0878). Em 22.05.12, houve reunião pessoal com Procurador da Fazenda Nacional, para obter anuência quanto a pretensão substituição do bem penhorado pela Fazenda Novo Solato. Em 13.07.12, foi deferida a substituição da penhora. Em 30.09.14, o processo foi sobrestado em razão dos embargos à execução fiscal. Em 30.08.16, despacho determinando a avaliação do bem imóvel por oficial de justiça. Em 09.12.19 juntada petição de manifestação da Fazenda requerendo a expedição de mandado de avaliação dos imóveis de matrículas 4.000, 4.142, 4.445, 6.137, 7.967, 8.105, 9.768, 12.109, 12.415, 17.450, 17.560, 18.389 do CRI local, bem como a averbação da penhora junto ao registro imobiliário. Em razão da migração do processo para o sistema PJe, a parte exequente foi intimada a se manifestar quanto ao prosseguimento. Em 21/07/2021, solicitou informações sobre os mandados de avaliação dos imóveis de matrícula nº 4.142, 4.445, 9.768 e 12.415, que não foram juntados aos autos, bem como reitera o pedido para que as penhoras dos respectivos imóveis sejam averbadas junto ao registro imobiliário competente. Em 15/08/2021, foi deferida a tramitação por meio eletrônico e determinado que seja certificado se os mandados de penhora foram cumpridos.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0002394-69.2016.4.01.3810	Cobrança de débito do ITR 2003 da Fazenda Levantina - CDA 60.8.16.000614-09.	10.074.952,03 (em 7/2016)	Possível.	Sobrestamento para aguardar a finalização dos embargos à execução fiscal.	Execução Fiscal ajuizada em 15.07.16. Em 23.08.16, citação e intimação para pagamento. Em 29.08.18, a empresa requereu a formalização da penhora sobre os bens imóveis ofertados na medida cauleter (0000645-17.2016.4.01.3810). Em 21.09.16, a CMSP reiterou o pedido de urgência para intimação da Fazenda, além de registrar a caução da CDA e os pedidos de formalização da penhora. Em 29.09.16, decisão determinando a formalização da penhora, mediante carta precatória expedida para a Comarca de Franco da Rocha. Em 21.11.18, devolvida a carta precatória sem o cumprimento em razão dos imóveis serem localizados na Comarca de Caieiras. Expedição de nova carta precatória (0000435-28.2018.8.26.0106) para Caieiras. Em 28.03.19, publicada decisão abrindo prazo para oposição de Embargos à Execução Fiscal. Em 15.05.19 foram distribuídos os Embargos à Execução nº 0000797-60.2019.4.01.3810 e, assim, o processo foi suspenso dia 09.07.19, não havendo mais movimentações.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000458-51.2015.8.26.0106	Cobrança de débito do IPTU 2014 - CDA 5082 (imóvel 34153-41-17-001-02-000)	R\$ 3.830,64 (20.02.2019)	Possível.	21.04.20: decisão deferindo a penhora (veículo). Execução Fiscal suspensa aguardando julgamento dos embargos à execução fiscal.	Após a penhora, foram opostos Embargos à Execução Fiscal.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000456-81.2015.8.26.0106	Cobrança de débito do IPTU 2014 - CDA 2906 (imóvel 24264-62-20-0001-10-001)	R\$ 4.466,63 (11.10.2019)	Possível.	11.05.20: decisão deferindo a penhora (veículo); 22.07.20: despacho determinando o agendamento da decisão dos EEF. 28.08.2020: decisão deferindo a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIA DE PAPEIS. 21.10.20: decisão indicando a necessidade de inclusão da matriz polo passivo. 11/01/2021: decisão negando provimento aos embargos de declaração. 28/09: decisão rejeitando os ED.	Após decisão deferindo a inclusão da matriz da empresa no polo passivo. A empresa opôs Embargos de Declaração uma vez que já há penhoras nos autos e determinação de suspensão do feito em razão dos embargos à execução fiscal. Os embargos de declaração foram rejeitados e, em 05/11/2020, foram opostos novos embargos de declaração, aos quais foram negados provimento. Foram opostos novos Embargos de Declaração em 08/03 intimando que há penhoras nos autos de EEF, motivo para que seja deferido o efeito suspensivo na execução enquanto julgam-se os Embargos à Execução opostos. Em 04/08/21 foi requerido pelo Município o sobrestamento do feito para aguardar o julgamento do processo administrativo. Embargos de Declaração rejeitados.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1001873-69.2015.8.26.0106	Cobrança de débito do IPTU 2014 - CDA 2908 (imóvel 24264-62-20-0001-11-000)	R\$ 3.516,89 (03.09.19)	Possível.	13.02.20: decisão deferindo a penhora (veículo); 22.07.20: despacho determinando o agendamento da decisão dos EEF. 28.08.2020: decisão deferindo a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIA DE PAPEIS. 26.10.20: decisão indicando a necessidade de inclusão da matriz. 09/12/2020: suspensão da penhora online.	Proferida decisão determinando a inclusão da matriz no polo passivo e deferimento a penhora on line de atos da empresa. Em 05/11/2020 foram opostos Embargos de Declaração esclarecendo que já houve penhoras nos autos e o recebimento dos embargos à execução fiscal com efeito suspensivo de modo que deveria ser cancelada a ordem de penhora on line. Em 09/12/2020, os embargos de declaração foram acolhidos e a ordem de penhora suspensa para aguardar o resultado dos embargos à execução fiscal. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0006707-73.2008.8.26.0108	Cobrança de débito do IPTU 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007	R\$ 93.523,38	Possível.	20.05.2020: embargos recebido no efeito suspensivo.	Foi proposta Exceção de Pré Executividade, a qual foi rejeitada em 04/02/2013. Em 06/02/2015 Processo apensado ao 000882-91.2013.8.26.0108 e posteriormente despendido em 09/10/2018. Processo da execução fiscal foi digitalizado em 20/11/2020. Em 02/03/2020 opostos embargos à execução fiscal 1000513-20.2020.8.26.0108, recebidos com efeito suspensivo em 20/05/2020. Apresentada a impugnação pela Fazenda. Apresentada a Réplica.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0006811-94.2010.8.26.0108	Cobrança de débito de IPTU 2008.	R\$ 59.436,75	Possível.	20.05.2020: embargos recebido no efeito suspensivo.	Opostos Embargos à Execução Fiscal nº 1000514-05.2020.8.26.0108, os quais foram recebidos com efeito suspensivo em 20/05/2020. Apresentada Impugnação pela Fazenda. Em 08/10/21, foi apresentada a Réplica.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0006882-91.2013.8.26.0108	Cobrança de débito de IPTU 2012.	R\$ 139.786,42	Possível.	Em 07/08/2019: decisão rejeitando os embargos de declaração.	Penhora deferida e realizada. Opostos embargos à execução fiscal nº 1002413-72.2019.8.26.0108 comprovando que os imóveis foram vendidos em 1999. Em 12/03/2020 proferida decisão os embargos à execução fiscal determinando a correção do cadastro dos embargos. Aguarda-se publicação. Em 20/11/2020, os autos da execução fiscal foram digitalizados. Aguarda-se acesso aos autos eletrônicos. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0510567-65.2007.8.26.0106	sem cópia - processo físico	R\$ 1.647,27	Possível.		Pagamento do débito noticiado pela exequente, execução extinta.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0514789-08.2009.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2007 e 2008.	R\$ 3.811,36	Possível.		Consta informação de Comissário comprador do imóvel - Sr. Celso Gambini que recebeu citação no endereço da empresa Melhoramentos em 04/2020.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0514801-22.2009.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU.	R\$ 2.797,56	Possível.	05/02/2021: devolução de prazo concedida ao executado.	Em 14/02/2020 processo retirado em carga com a Procuradoria. Em 05/02/2021 o pedido de devolução de prazo foi aceito pelo Magistrado.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0519924-59.2013.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2007 E 2008	R\$ 3.811,36	Possível.	05/02/2021: devolução de prazo concedida ao executado.	Em 14/02/2020 processo retirado em carga com a Procuradoria. Em 05/02/2021 o pedido de devolução de prazo foi aceito pelo Magistrado.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0522244-82.2013.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2009, 2010, 2011 e 2012	R\$ 4.788,01	Possível.		Citação 12/05/2020. Autos foram remetidos a Procuradoria. O processo retornou ao cartório e não foram oferecidos bens à penhora. Mas há um compromissário no polo passivo e o atual morador informou que irá pagar o débito. Ainda não há notícia nos autos de quitação.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0522247-37.2013.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2009 A 2012	R\$ 3.806,13	Possível.		Consta compromissário, Sr. Frederico Benedito Netto. Em maio de 2019 o Município requereu a intimação do Sr. Frederico via postal, sendo esta a última movimentação do processo. Citação em 16/04/2020.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	0522251-74.2013.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2010 e 2011.	R\$ 5.731,17	Possível.		Consta compromissário, Sr. Rafael Sabino. Foi expedido mandado de citação, tendo sido juntada certidão do Oficial nos autos Informando que deixou de citar o Sr. Rafael em outubro de 2014. Em agosto/201, foi requerida citação da Melhoramentos, entretanto, o mandado foi expedido em nome do compromissário, tendo sido juntado AR devolvido por se tratar de desconhecido. Em 17 de maio de 2018, a Municipalidade informou que a empresa teve o CNPJ baixado, requerendo assim, a inclusão do sócio diretor Sr. Sérgio Sesiki no processo e sua citação, bem como a citação do Sr. Rafael em um novo endereço. Em despacho, foi indeferido o pedido e requerido que o exequente providenciasse em 5 dias, certidão na Junta Comercial Informando a situação da empresa. Em maio de 2019, foi novamente requerida a citação da Melhoramentos Urbanização no endereço da sede, e do Comissário por edital. Desta vez, foi expedida carta de citação da Melhoramentos Urbanização no endereço da sede. Não consta nos autos o AR devolvido. Citação em 14/04/2020.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

EMPRESA	TIPO DE PROCESSO	Nº PROCESSO	PEDIDO/OBJETO AÇÃO	ESTIMATIVA (\$) PROVISÃO DE PERDA	PROBABILIDADE DE PERDA	DECISÕES	STATUS ATUAL
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000029-84.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 21.731,88	Possível.	06/10/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 18/03/2021: intimação do Município para manifestar-se sobre a Exceção de Pré Executividade. 20.06.2021: intimação do Município novamente. Em 20/07 foi deferido o prazo de suspensão requerido pela municipalidade	Citação em 21/08/2015 da Filial 002-47. A Fazenda requereu a inclusão da matriz da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIA DE PAPEIS no polo passivo, pedido deferido. Em 14/10/2020, expedida carta de citação da matriz. Em 27/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração, mas a matriz foi mantida no polo passivo. Em 10/11/2020, o Município requereu o bloqueio de ativos financeiros. Aguarda-se apreciação. Em 10/03/2021, foi apresentada Exceção de Pré Executividade, requerido a extinção da Execução Fiscal, tendo em vista que o objeto da CDA é incerto. Em 20/08/2021, o Município foi intimado para se manifestar. Em 13/07/2021, o município manifestou-se requerendo o sobrestamento do feito por 180 dias, para aguardar o deslinde do processo administrativo 458/2016. Em 20/07/2021 foi deferido o prazo de sobrestamento requerido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000030-69.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 13.783,08	Possível.	28/09/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 20/10/2020: Decisão dos ED. 17/08/21, foi sobrestado o feito por 90 dias.	Citação em 16/09/2015 da filial 0002-47. Houveram dois pedidos da Fazenda requerendo a penhora on-line. O primeiro foi deferido, mas o segundo ainda não foi apreciado. Ainda, a Fazenda também requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIA DE PAPEIS no polo passivo. O redirecionamento foi deferido mesmo sem esgotar as possibilidades de penhora. Em 19/10/2020, foram opostos embargos de declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da inclusão da Matriz no polo passivo. Em 02/08/21, foi requerido pela Fazenda a suspensão do feito até a conclusão do processo administrativo em andamento. Em 17/08/21, o pedido restou deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000031-54.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 12.839,40	Possível.	05/10/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 26/10/2020: decisão dos ED.	Citação em 16/09/2015. O bloqueio on-line foi infrutífero. Assim, foi requerido e deferido o bloqueio de veículo. Realizada a pesquisa, foram encontrados dois veículos, FORD/F75 e FORD/RURAL WILLYS, sobre os quais a Fazenda requereu a penhora, entretanto ainda não foi formalizada a penhora. A Fazenda também requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIA DE PAPEIS no polo passivo. Deferido o pedido e em 05/10/2020 expedido mandado para citar e intimar a matriz. Em 23/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da inclusão da Matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000032-39.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 13.000,00	Possível.	28/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 13/10/2020: Decisão do ED. 11/03/2021: determinada a intimação do exequente para manifestação sobre a Exceção apresentada. 17/08/21, foi sobrestado o feito por 90 dias.	Citação em 16/09/2015. O bloqueio on-line foi infrutífero. Assim, foi requerido o bloqueio de veículo, entretanto ainda não foi proferida decisão nesse sentido. A Fazenda requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIA DE PAPEIS no polo passivo, pedido que foi deferido. Foi expedido mandado de citação, com AR juntado em 06/10/2020. Foram opostos Embargos de Declaração em 08/10/2020. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da inclusão da Matriz no polo passivo. Em 10/03/2021, apresentamos Exceção de Pré executividade nos autos, requerendo a extinção da EF tendo em vista seu objeto incerto. Em 04/08/21, o Município pugnou pelo sobrestamento do feito até a conclusão do processo administrativo. Em 17/08/21, foi sobrestado o feito por 90 dias.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000048-90.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 36.284,04	Possível.	22/03/2016: decisão deixando de receber os Embargos. 25/03/2021: deferimento do sobrestamento do feito por 60 dias. 17/08/21, foi sobrestado o feito por 90 dias.	Citação em 01/10/2015. A empresa opôs Embargos à Execução fiscal alegando que o imóvel possui destinação rural e não seria passível de exigência de IPTU, entretanto não foi especificado o motivo para a garantia do juízo. em A Fazenda requereu a penhora on-line. Em 21/01/21, a empresa requereu que fosse novamente intimada a Fazenda para manifestação sobre os pontos anteriormente alegados. Intimada, a Fazenda requereu o sobrestamento do feito por 60 dias para diligenciar sobre processo administrativo relacionado. Em 04/08/21, novamente foi requerido pelo Município o sobrestamento do por mais 180 dias. Em 17/08/21, o pedido restou deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000445-52.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 4.694,52	Possível.	06/10/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 29/10/2020: decisão dos ED.	Citação em 13/01/2020. A Procuradoria requereu prazo de 60 dias para apresentar certidão de propriedade, pedido que foi deferido. Após, requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIA DE PAPEIS no polo passivo, pedido deferido. Em 27/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da inclusão da Matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000455-96.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 2.046,48	Possível.	24/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 09/10/2020: decisão ED.	Citação em 13/12/2019. Foi requerido e deferido o bloqueio de veículo. Realizada a pesquisa, foram encontrados dois veículos, sobre os quais a Fazenda requereu a penhora, entretanto ainda não foi formalizada a penhora. A Fazenda também requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIA DE PAPEIS no polo passivo. A carta de citação e intimação da filial para pagar em 5 dias. Citação em 11/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da inclusão da Matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000487-04.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 4.901,16	Possível.	22/11/2019: deferimento do pedido de penhora. 04/08/21: deferido o pedido de sobrestamento.	Citação em 06/04/2016. A Fazenda requereu a penhora on-line, pedido deferido, entretanto restou infrutífero. Foi requerido e deferido o bloqueio de veículo, pesquisa que não encontrou resultados. Assim, a Fazenda requereu e foi deferida a penhora do imóvel descrito na matrícula nº 4.331 do Cartório de Registros de Imóveis de Franco da Rocha em 22/11/2019. Em 23/06/2021, houve juntada de manifestação do cartório informando que para realizar a averbação da penhora, deveria ser especificado lote e quadra do imóvel, tendo em vista que a matrícula informada trata-se de loteamento. Em 27/07/2021, a municipalidade manifestou-se requerendo a suspensão do prazo por 180 dias para aguardar o deslinde do processo administrativo 10404/2021. Em 04/08/21 o pedido restou deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000537-30.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2013 e 2014.	R\$ 4.345,48	Possível.	01/02/2020: pedido de pesquisa no INFOJUD deferido.	Consta informação de compromissário comprador Sr. Celso Gambini. Citação da empresa em 06/04/2016. Em 02/08/2017 o Município requereu a suspensão do feito em razão do parcelamento. Suspensão deferida em 11/08/2017. Decorrido o prazo da suspensão em 12/12/2019, o Município requereu prazo de 30 dias para apresentar a certidão do imóvel. A Fazenda requereu pesquisa de endereço do Sr. Celso por meio do sistema INFOJUD, pedido deferido. Após realizada pesquisa, a Fazenda requereu nova citação na Rua Jesuino Cassia Lustosa, 51, Perus, São Paulo. Expedida carta de citação para o citado endereço, mas não foi entregue em razão do endereço incompleto. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000550-29.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 4.828,32	Possível.	11/02/2019: deferida penhora on-line. 14/05/2020: deferida pesquisa via RENAUD. 24/10/2019: prazo de 30 dias para apresentação de certidão de propriedade deferido. 22/02/2021: deferimento da inclusão da matriz no polo passivo. 29/03/2021: despacho recebendo a Exceção e intimando o exequente para manifestação. 14/07/2021: despacho intimando a exequente.	Citação em 05/04/2016. A Fazenda requereu bloqueio online, pedido deferido. Diante do bloqueio restar infrutífero, a Fazenda requereu a penhora de veículo, pedido que foi deferido, entretanto a pesquisa não encontrou veículos. A Fazenda requereu prazo de 30 dias para apresentar certidão de propriedade, pedido foi deferido. Ainda, a Fazenda também requereu a inclusão da TERRANOVAS DE CAJAMAR S/A e COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO no polo passivo. Em 22/02/2021 houve deferimento da inclusão da matriz no polo passivo. Em 25/03/2021, foi apresentada Exceção de Pré Executividade para que fosse anulado o processo de execução, tendo em vista que o terreno objeto da cobrança é de propriedade da municipalidade. Em 13/07/2021, foi apresentada Impugnação à Exceção de Pré Executividade. Em 16/09/2021, houve a concordância com o sobrestamento, mas foi requerida a apresentação da devida matrícula do imóvel que a prefeitura julga ser objeto da EF. Após despacho com o Magistrado, foi determinada a apresentação da matrícula.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000568-50.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 4.364,60	Possível.	08/03/2019: deferimento da suspensão dos autos.	Há indicação de compromissário comprador do imóvel - Sr. Josenaldo Ferreira Coelho. Citação da empresa em 05/04/2016. Em 18/12/2017, a Fazenda requereu a suspensão dos autos diante do parcelamento, pedido deferido em 08/03/2018. Processo suspenso. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000584-04.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014.	R\$ 3.597,00	Possível.	28/09/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 20/10/2020: Decisão dos ED. 17/08/21: deferido o sobrestamento pelo prazo solicitado.	Citação da empresa em 12/04/2016. A Fazenda requereu a penhora on-line, pedido que foi deferido. A Fazenda requereu prazo de 30 dias para apresentar certidão de propriedade, pedido foi deferido. Ainda, a Fazenda também requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIA DE PAPEIS no polo passivo. O redirecionamento foi deferido, mesmo sem esgotar as possibilidades de penhora. Em 19/10/2020, foram opostos embargos de declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da inclusão da Matriz no polo passivo. Em 02/08/21, foi requerido pelo Município o sobrestamento do feito até que fosse julgado o processo administrativo. Em 17/08/21, foi deferido o sobrestamento pelo prazo solicitado.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1000669-87.2015.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2013 e 2014.	R\$ 6.429,00	Possível.		Empresa citada em 2016. O compromissário Rafael Sabino foi incluído no polo passivo. Citação do compromissário comprador em 08/04/2019 e sem manifestação. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1001618-09.2018.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU de 2014 e 2015.	R\$ 2.581,80	Possível.	06/10/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 29/10/2020: decisão dos ED.	Em 27/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da inclusão da Matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

EMPRESA	TIPO DE PROCESSO	Nº PROCESSO	PEIDO/OBJETO AÇÃO	ESTIMATIVA (S) PROVISÃO DE PERDA	PROBABILIDADE DE PERDA	DECISÕES	STATUS ATUAL
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1002655-02.2017.8.26.0108	Cobrança de débito de IPTU 2014, 2015 e 2016	R\$ 11.029,00	Possível.	29/11/2017: decisão acolhendo a exceção de pré-executividade	Citação em 29/11/2017. A empresa apresentou Exceção de Pré-Executividade, a qual foi acolhida em Sentença . A Fazenda interps Apelação. Em 18/11/2021, foram apresentadas as contrarrazões.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1002766-83.2017.8.26.0108	Cobrança de débito de IPTU 2014, 2015 e 2016	R\$ 106.747,70	Possível.	30/03/2020: decisão acolhendo a exceção de pré-executividade.	Citação em 29/11/2017. A empresa apresentou Exceção de Pré-Executividade, a qual foi acolhida em Sentença . A Fazenda interps Apelação. Em 17/11/2021, foram apresentadas as contrarrazões.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1003055-56.2016.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2015.	R\$ 25.063,20	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 09/10/2020: decisão dos ED. 11/03/2021: determinada a manifestação do executante	Em 27/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 5/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da matriz no polo passivo. Em 10/03/2021 foi apresentada Exceção de Pré-Executividade devido ao não reconhecimento do imóvel. Aguarda-se manifestação do executante.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1003056-41.2016.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2015.	R\$ 15.933,24	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 13/10/2020: decisão dos ED. 17/08/21: decisão deferindo o sobrestamento do feito.	Citação em 17/01/2017. A Fazenda requereu a perna on-line, e após, requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo, pedido deferido. Foi juntado AR aos autos e em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da matriz no polo passivo. Em 02/08/21, o município requereu o sobrestamento do feito até a conclusão do feito administrativo. Em 17/08/21 pedido restou deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1003057-26.2016.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2015.	R\$ 14.841,60	Possível.	05/10/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 26/10/2020: decisão dos ED.	Citação em 17/01/2017. A Fazenda requereu a perna on-line, pedido deferido. Após, requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo. Redirecionamento e citação específica em 02/10/2020. Em 23/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da matriz no polo passivo.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1501398-17.2019.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2015 e 2016	R\$ 6.643,32	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 13/10/2020: decisão dos ED. Em 16/08/21: decisão sobrestando o feito.	Em 27/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 5/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da matriz no polo passivo. Em 02/08/21, o município requereu o sobrestamento do feito. Em 16/08/21, o pedido restou deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1501443-21.2019.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2016	R\$ 667,92	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 20/10/2020: decisão dos ED. Em 12/08/21: decisão sobrestando o feito.	Citação em 12/05/2020. A Fazenda também requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo, pedida deferida. A carta de citação foi expedida e AR juntado aos autos. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração Houve decisão dos ED pela admissibilidade da matriz no polo passivo. Em 02/08/21, o município requereu o sobrestamento do feito. Em 12/08/21, o pedido restou deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1501497-84.2019.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2016	R\$ 579,00	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 19/10/2020: decisão dos ED.	Citação em 08/06/2020. A Fazenda também requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo, pedido deferido. A carta de citação foi expedida e em 01/10/2020 foi juntado aos autos AR positivo. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da matriz no polo passivo.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1501552-35.2019.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2015 e 2016	R\$ 3.661,48	Possível.	22/02/2021: decisão incluindo a matriz no polo passivo. 05/08/21: decisão sobrestando o feito.	A Fazenda também requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo. Deferido em 22/02/2021. Em 27/07/21 o município requereu o sobrestamento do feito para aguardar conclusão do processo administrativo. Em 05/08, decisão sobrestando o feito.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1501662-34.2019.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2016	R\$ 645,36	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 13/10/2020: decisão dos ED.	A Fazenda também requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo, pedido deferido. 11/09/2020 expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 06/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1501711-75.2019.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2015 e 2016	R\$ 5.913,72	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 20/10/2020: decisão dos ED. 17/04/21: decisão sobrestando o feito	A Fazenda também requereu a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo, pedido deferido. AR positivo juntado em 01/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da matriz no polo passivo. Em 02/08/21 o município requereu o sobrestamento do feito até o fim do processo administrativo. Em 17/08/21, pedido deferido pelo magistrado.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1501867-63.2019.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2016	R\$ 581,64	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 13/10/2020: decisão dos ED.	Em 27/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 5/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela admissibilidade da matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1501882-32.2019.8.26.0106	abrangaça de débito de IPTU 2014, 2015 e 2016	R\$ 523,68	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 13/10/2020: decisão dos ED.	Em 03/08/2020 expedida carta de citação, com posterior pedido para inclusão da Matriz no polo passivo da ação, deferido pelo juiz em 27/08/2020. AR juntado aos autos em 08/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão dos ED pela inclusão da Matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1501975-92.2019.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2016	R\$ 895,68	Possível.	25/09/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 21/10/2020: decisão do ED	Em 10/08/2020, foi requerido o redirecionamento para a matriz. O juiz deferiu sem que houvesse pedido de buscas de bens. Em 19/10/2020, foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão do ED pela inclusão da Matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502099-75.2019.8.26.0106	abrangaça de débito de IPTU 2014, 2015 e 2016	R\$ 1.311,72	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 13/10/2020: decisão dos ED. Em 16/08/21: decisão sobrestando o feito.	Em 27/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 5/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão do ED pela inclusão da Matriz no polo passivo. Em 02/08/21 o município requereu o sobrestamento do feito para aguardar conclusão do processo administrativo. Em 16/08/21 houve decisão deferindo o pedido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502100-60.2019.8.26.0106	abrangaça de débito de IPTU 2014, 2015 e 2016	R\$ 742,08	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 13/10/2020: decisão dos ED. 17/08/21: decisão deferindo o sobrestamento do feito.	Em 27/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 6/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão do ED pela inclusão da Matriz no polo passivo. Em 02/08/21 o município requereu o sobrestamento do feito para aguardar conclusão do processo administrativo. Em 17/08/21 houve decisão deferindo o pedido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502115-29.2019.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2015	R\$ 2.079,60	Possível.		Citação em 25/09/2020: Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502138-72.2019.8.26.0106	Cobrança de débito de IPTU 2015 e 2016	R\$ 3.372,12	Possível.	25/09/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 21/10/2020: decisão do ED. Em 16/08/21: decisão sobrestando o feito.	Em 10/08/2020, foi requerido o redirecionamento para a matriz. O juiz deferiu sem que houvesse pedido de buscas de bens. Em 19/10/2020, foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão do ED pela inclusão da Matriz no polo passivo. Em 02/08/21 o município requereu o sobrestamento do feito para aguardar conclusão do processo administrativo. Em 16/08/21 houve decisão deferindo o pedido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502214-96.2019.8.26.0106	IPTU 2015 e 2016	R\$ 15.240,12	Possível.	25/09/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 21/10/2020: decisão do ED. Em 16/08/21: decisão sobrestando o feito.	Em 10/08/2020, foi requerido o redirecionamento para a matriz. O juiz deferiu sem que houvesse pedido de buscas de bens. Em 19/10/2020, foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão do ED pela inclusão da Matriz no polo passivo. Em 02/08/21 o município requereu o sobrestamento do feito para aguardar conclusão do processo administrativo. Em 16/08/21 houve decisão deferindo o pedido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502256-48.2019.8.26.0106	IPTU 2016	R\$ 769,80	Possível.	25/09/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 21/10/2020: decisão do ED	Em 10/08/2020, foi requerido o redirecionamento para a matriz. O juiz deferiu sem que houvesse pedido de buscas de bens. Em 19/10/2020, foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão do ED pela inclusão da Matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502313-66.2019.8.26.0106	IPTU 2016	R\$ 627,00	Possível.	Em 16/08/21: decisão deferindo o pedido.	Em 08/10/2020 expedida carta de citação. Em 27/10/2020, foi oferecido crédito à perna. Em 02/08/21 o município requereu o sobrestamento do feito para aguardar conclusão do processo administrativo. Em 16/08/21 houve decisão deferindo o pedido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502346-56.2019.8.26.0106	IPTU 2016	R\$ 1.124,88	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 19/10/2020: decisão dos ED.	Em 09/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 6/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão pela inclusão da matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502366-47.2019.8.26.0106	IPTU 2016	R\$ 1.416,72	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 19/10/2020: decisão dos ED.	Em 10/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 6/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão nos ED pela admissibilidade da inclusão da matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502367-32.2019.8.26.0106	IPTU 2015 e 2016	R\$ 769,32	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 20/10/2020: decisão dos ED.	Em 10/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 6/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão pela admissibilidade da inclusão da matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502501-59.2019.8.26.0106	IPTU 2016	R\$ 34.244,76	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 13/10/2020: decisão dos ED. 20/06/2021: intimação do Município para manifestação. 20/07/2021: decisão deferindo o sobrestamento até deslinde do recurso administrativo	Em 10/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 6/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão pela admissibilidade da inclusão da matriz no polo passivo. Foi apresentada Exceção de Pré-Executividade, que foi admitida pelo magistrado. Em 20/06/2021, o Município foi intimado. Aguarda-se manifestação do Município. Em 12/07/2021, foi requerido pela municipalidade o sobrestamento do feito até o deslinde do recurso administrativo 456/2016. Em 20/07/2021 o pedido restou deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502907-80.2019.8.26.0106	IPTU 2016	R\$ 583,32	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 19/10/2020: decisão dos ED. 12/8/21: decisão sobrestando o feito.	Em 10/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 6/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão pela admissibilidade da inclusão da matriz no polo passivo. Em 02/08/21 o município requereu a suspensão do processo para aguardar conclusão do processo administrativo. Em 12/08/21, o pedido restou deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502910-35.2019.8.26.0106	IPTU 2016	R\$ 1.118,76	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 19/10/2020: decisão dos ED.	Em 09/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 6/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão pela admissibilidade da inclusão da matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502943-25.2019.8.26.0106	IPTU 2014, 2015 e 2016	R\$ 1.760,56	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 13/10/2020: decisão dos ED.	Em 09/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 6/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão pela admissibilidade da inclusão da matriz no polo passivo. Sem novas movimentações até então.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

EMPRESA	TIPO DE PROCESSO	Nº PROCESSO	PEDIDO/OBJETO AÇÃO	ESTIMATIVA (\$) PROVISÃO DE PERDA	PROBABILIDADE DE PERDA	DECISÕES	STATUS ATUAL
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1504224-16.2019.8.26.0106	IPTU 2014, 2015 e 2016	R\$ 1.192,32	Possível.	27/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 19/10/2020: decisão do ED.	Em 27/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 6/10/2020. Em 08/10/2020 foram opostos Embargos de Declaração. Houve decisão pela admissibilidade da inclusão da matriz no polo passivo da ação. Sem novas movimentações até então.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1504139-30.2019.8.26.0106	IPTU 2016	R\$ 579,96	Possível.	28/08/2020: deferimento da inclusão da Matriz no polo passivo. 09/02/2021: Recebida exceção de Pré Executividade. 18/03/21: deferido o pedido de sobrestamento por 60 dias. 18/08/21: decisão sobrestando o feito por 150 dias.	Em 28/08/2020 foi deferida a inclusão da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDUSTRIA DE PAPEIS no polo passivo da ação, sendo expedida carta de citação com AR juntado aos autos em 30/12/2020. Em 07/02/2021 foi apresentada Exceção de Pré Executividade pela empresa, informando que o débito constante da CDA objeto da ação foi impugnado administrativamente. Foi recebida a Exceção. Em manifestação, a Fazenda requereu o sobrestamento do feito por 60 dias para diligenciar em processo administrativo relacionado ao processo de execução. Em 17/08/21 o pedido restou deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1502501-59.2019.8.26.0106	IPTU 2016	R\$ 34.244,76	Possível.	13/10/2020: Embargos de declaração rejeitados. 11/03/2021: acolhida a Exceção de Pré Executividade e intimação do adverso para manifestação.	Empresa citada em 06/10/2020. Em 08/10/2020, foram opostos Embargos de Declaração para que fosse excluída a Matriz do polo passivo da ação. Em 10/03/21 foi apresentada Exceção de Pré Executividade para reconhecimento da nulidade da CDA, tendo em vista o objeto desconhecido (imóvel 8888). Aguarda-se manifestação da Municipalidade.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1501000-36.2020.8.26.0106	IPTU 2014, 2015 e 2016	R\$ 1.380,12	Possível.	07/05/21: decisão acolhendo a exceção e determinando a manifestação do adverso. Em 17/08/21, deferido o pedido do município para sobrestamento do feito.	Trata-se de execução Fiscal ajuizada pelo Município de Caietés com objetivo de cobrar débitos de IPTU dos anos de 2014 a 2016. Em 04/05/2021 foi apresentada Exceção de Pré Executividade, pedindo nulidade das CDA's de 2015 e 2016, por haver para estes anos impugnação administrativa que ainda não foi apreciada. Em 29/07/21 a Município manifestou-se requerendo o sobrestamento do feito até a conclusão do processo administrativo. Em 17/08/21, pedido deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1503901-11.2019.8.26.0106	IPTU 2016	R\$ 21.716,28	Possível.	citação da empresa	Trata-se de execução Fiscal ajuizada pelo Município de Caietés com objetivo de cobrar débitos de IPTU do exercício de 2016. Empresa citada em 11/05.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1503827-54.2019.8.26.0106	IPTU 2015 e 2016	R\$ 15.673,32	Possível.	07/07/2021: decisão acolhendo a Exceção de Pré Executividade. 05/08/21 decisão sobrestando o feito.	Trata-se de execução Fiscal ajuizada pelo Município de Caietés com objetivo de cobrar débitos de IPTU dos exercícios de 2015 e 2016. Empresa citada em 11/05. Em 07/07/2021 foi apresentada Exceção de Pré Executividade. Em 14/07/2021, a municipalidade foi intimada para se manifestar. Em 27/07/2021, a municipalidade requereu a suspensão do processo até o deslinde do recurso administrativo. 10/04/2021 Em 05/08/21, o pedido foi deferido.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	1503985-12.2019.8.26.0106	IPTU 2015	R\$ 4.469,88	Possível.	citação da empresa	Trata-se de execução Fiscal ajuizada pelo Município de Caietés com objetivo de cobrar débitos de IPTU dos exercícios de 2015 e 2016. Empresa citada em 13/05.
MELHORAMENTOS ARBOR	Execução Fiscal	0007144-88.2017.4.03.6182	Execução de débitos relativos às anuidades 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 de inscrição da empresa junto ao CRA/SF, que não foram adimplidas e a inscrição não foi baixada em momento oportuno.	R\$ 22.495,71	Não se aplica. Parcelamento administrativo	15.06.18: suspensão da Execução Fiscal em razão do parcelamento.	A execução foi suspensa pelo parcelamento e permanece até o momento.
MELHORAMENTOS ARBOR	Execução Fiscal	0003694-95.2018.4.01.3810	CDA 191157 - TFC (Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental)	R\$ 13.394,93	Possível	06.02.19: decisão nos autos dos Embargos à Execução determinando a suspensão da execução fiscal.	Em 13.02.2019, os autos foram suspensos diante a oposição dos Embargos à Execução Fiscal e permanecem assim até o momento.
MELHORAMENTOS ARBOR	Execução Fiscal	5004191-27.2021.4.03.6182	Ação de execução fiscal para cobrança de débitos de anuidade dos anos 2016 a 2019	R\$ 21.484,06		Houve a citação da empresa.	Aguardando empresa informar interesse em discutir o débito.
MELHORAMENTOS FLORESTAL	Execução Fiscal	0028907-74.2016.8.13.0878 (vinculado ao processo nº 0003965-41.2017.8.13.0878)	Cobrança de débito de ICMS sobre a venda das árvores em pé (aução fiscal 01.000257255-97), objeto de discussão na anulatória nº 0003965-41.2017.8.13.0878.	R\$ 11.957.164,11	Possível.	12.04.19: deferido o pedido de sobrestamento da Execução até o julgamento da Ação Anulatória. Em 10/08/21, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça.	Autos apensados à anulatória e andamento suspenso.
MELHORAMENTOS FLORESTAL	Execução Fiscal	5021655-35.2019.4.03.6182	Cobrança de débito de IOF de 2014 (CDA 80 4 19 001087-12), objeto da ação anulatória nº 5011599-92.2019.4.03.6100.	Valor indicado na anulatória	Possível.	19.05.20: despacho para que o SERASA fosse oficiado para fins de exclusão do nome da empresa de seus cadastros. 08.12.2020: despacho determinando suspensão da execução até o julgamento do Agravo de Instrumento nº 5006164-70.2020.403.0000. 05/02/2021: Acórdão negando provimento ao Agravo da União.	Em 08.12.2020, a execução fiscal foi suspensa até a finalização da controvérsia sobre o recebimento da apólice do seguro garantia nos autos do Agravo de Instrumento da União. Em 05/02/2021, foi negado provimento ao agravo da União. Execução Fiscal permanece suspensa.
COMPANHIA MELHORAMENTOS	Execução Fiscal	5018602-80.2018.4.03.6182	Exigência de contribuição previdenciária - parcela empresa, incidente sobre os valores indevidamente declarados na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (transferência de empregados de uma empresa para outra, do mesmo grupo, sem que esta tenha efetivamente ocorrido, tendo, contudo, sido informada nas declarações entregues à previdência.	R\$ 1.841.778,28		Em 31/10/2018, a execução fiscal foi ajuizada. Em 30/11/2018, a empresa peticionou informando que os débitos já estão integralmente garantidos por meio de apólice de seguro garantia judicial apresentada e devidamente aceita nos autos da Tutela Cautelar Antecedente nº 5023545-95.2018.4.03.6100. Em 03/04/2019, a Fazenda Nacional peticionou requerendo expedição de ofício a 2ª Vara de São Paulo, para traslado do seguro garantia. Em 12/07/2019, foi proferido despacho determinando o traslado do seguro garantia. Em 22/07/2019, a Fazenda Nacional peticionou informando que a garantia já está devidamente anotada no sistema da Divisão Ativa da União. Em 26/09/2019, foi proferido despacho que determinou a intimação da Fazenda Nacional para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito. Em 01/10/2019, foi juntada cópia da sentença proferida nos autos da Tutela Cautelar Antecedente nº 5023545-95.2018.4.03.6100. Em 11/11/2019, a Fazenda Nacional peticionou requerendo prazo para providências administrativas. Em 8/02/2020, foi proferido despacho que deferiu o prazo de 10 dias. Em 28/02/2020, o prazo foi prorrogado.	Aguarda-se apreciação da petição da empresa.
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	Administrativo	10660.720903/2009-37	Auto de infração referente a ITR do exercício de 2006, incidente sobre a Fazenda Levantina	Valor histórico: R\$ 5.391.540,35 Valor considerando VTN e APP (ARL 2009 e 2010): R\$ 1.715.434,16	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada parcialmente procedente (sessão de 08/02/2012), apenas para reconhecer as benfeitorias de 203 ha, para fins de apuração da área aproveitável do imóvel. Recurso Voluntário foi provido em parte, para reconhecer a área de Reserva Legal de 1.913,02 ha, averbada anteriormente ao início da ação fiscal. Os Embargos de Declaração opostos em face do acórdão que julgou parcialmente procedente o Recurso Voluntário foram conhecidos em parte e rejeitados.	Em 09/06/2016, a empresa apresentou contrarrazões ao recurso Especial de divergência interposto pela União. Aguarda-se a designação de nova data para julgamento do Recurso Especial apresentado pela empresa em face do acórdão do Recurso Voluntário (A sessão de julgamento marcada para o dia 28.04.2021 não ocorreu, pois o processo foi retirado de pauta). Recurso especial sorteado para julgamento na 2ª TURMA-CRSF-CARF-MF-DF, sob relatoria de João Victor Ribeiro Aldinucci. Em 24/11/2021: sem novos andamentos.
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	Administrativo	13839.720148/2010-33 (Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos nº 08124/00011/2010)	Auto de infração referente a ITR do exercício de 2007, incidente sobre Fazenda Florestal localizada em Caietés	Valor histórico: R\$ 2.151.116,92 Valor histórico considerando decisão da DRU: R\$ 1.101.573,35	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada parcialmente procedente (sessão de 08/07/2013), sendo acatada a redução da área total do imóvel de 5479,6 para 4.945,36 ha, e o aumento da área de benfeitorias de 95 para 473,7 ha.	A sessão de julgamento do Recurso Voluntário, que estava para o dia 05.10.2020, às 09:00 horas, não ocorreu. O processo foi retirado de pauta. Assim, aguarda-se a designação de nova data para o julgamento. Em 24/11/2021: sem novos andamentos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

EMPRESA	TIPO DE PROCESSO	Nº PROCESSO	PEDIDO/OBJETO AÇÃO	ESTIMATIVA (\$) PROVISÃO DE PERDA	PROBABILIDADE DE PERDA	DECISÕES	STATUS ATUAL
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	Administrativo	13839.720147/2010-99 (Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos nº 08124/00013/2010)	Auto de infração referente a ITR do exercício de 2006, incidente sobre Fazenda Florestal localizada em Caieiras	Valor histórico: 2.907.763,97 Valor histórico considerando decisão da DRI: R\$ 1.530.638,99	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada parcialmente procedente (sessão de 08/07/2013), sendo acatada a redução da área total do imóvel de 5479,6 para 4.945,36 ha, e o aumento da área de benfeitorias de 95 para 473,7 ha.	A sessão de julgamento do Recurso Voluntário, que estava para o dia 05.10.2020, às 09:00 horas, não ocorreu. O processo foi retirado de pauta. Assim, aguarda-se a designação de nova data para o julgamento. 24/11/2021: sem novos andamentos. Localização atual do processo: CARF
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	Administrativo	10660.724620/2011-89 (Notificação de Lançamento nº 06106/00034/2011 - Intimação Fiscal de ITR nº 06106/0004/2011).	Auto de infração referente a ITR do exercício de 2007, incidente sobre a Fazenda Levantina	Valor histórico: R\$ 5.604.094,42 Valor histórico com redução de VTN: R\$ 2.631.562,96	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada improcedente (sessão de 08/07/2013). Recurso Voluntário foi provido em parte (sessão de 04/07/2017), para restabelecer a área de preservação permanente (1.659,44 ha) para fins de isenção e determinar a adoção do VTN (valor da terra nua) no valor de R\$ 1.175,00 por hectare.	Aguarda-se a designação de nova data para julgamento do Recurso Especial apresentado pela empresa em face do acórdão do Recurso Voluntário (A sessão de julgamento marcada para o dia 28.04.2021 não ocorreu, pois o processo foi retirado de pauta). Recurso sorteado para julgamento na 2ª TURMA-CRFR-CARF-MF-DF, sob relatoria de João Victor Ribeiro Adinucci. 24/11/2021: sem novos andamentos. Localização atual do processo: CARF
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	Administrativo	10660.724592/2011-08 (Notificação de Lançamento nº 06106/00034/2011 - Intimação Fiscal de ITR nº 06106/0004/2011). (Incluído com o processo nº 10134.720237/2020-09)	Auto de infração referente a ITR do exercício de 2008, incidente sobre a Fazenda Levantina	Valor histórico: R\$ 5.275.638,97 Valor histórico com redução de VTN: R\$ 2.353.832,29	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada improcedente. Recurso Voluntário foi provido em parte (sessão de 18/10/2018), para determinar a adoção do VTN (valor da terra nua) no valor de R\$ 1.575,00 por hectare. Recurso Especial admitido apenas em relação à Área de Reserva Legal. Empresa não notificou o escritório sobre a decisão, para interposição de agravo. Portanto, a discussão prosseguiu apenas em relação à área de reserva legal.	Aguarda-se a designação de nova data para julgamento do Recurso Especial apresentado pela empresa em face do acórdão do Recurso Voluntário (A sessão de julgamento marcada para o dia 28.04.2021 não irá ocorrer, pois o processo foi retirado de pauta). Recurso sorteado para julgamento na 2ª TURMA-CRFR-CARF-MF-DF, sob relatoria de João Victor Ribeiro Adinucci. 24/11/2021: sem novos andamentos. Localização atual do processo: CARF
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	Administrativo	10660.723293/2013-11	Auto de infração referente a ITR do exercício de 2009, incidente sobre a Fazenda Levantina	Valor histórico: R\$ 5.004.202,73	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada improcedente (intimação: 23/06/2016)	A sessão de julgamento do Recurso Voluntário, que estava para o dia 05.10.2020, às 14:00 horas, não ocorreu. O processo foi retirado de pauta. Assim, aguarda-se a designação de nova data para o julgamento. Em 24/11/2021: sem novos andamentos. Localização atual do processo: CARF
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	Administrativo	10660.723292/2013-65	Auto de infração referente a ITR do exercício de 2010, incidente sobre a Fazenda Levantina.	Valor histórico: R\$ 4.799.305,58	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada improcedente (intimação: 09/09/2016)	A sessão de julgamento do Recurso Voluntário, que estava para o dia 05.10.2020, às 14:00 horas, não ocorreu. O processo foi retirado de pauta. Assim, aguarda-se a designação de nova data para o julgamento. Em 24/11/2021: sem novos andamentos. Localização atual do processo: CARF
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	Administrativo	13839.723321/2013-06	Auto de infração referente a ITR do exercício de 2009, incidente sobre a Fazenda Santa Marina – Apenas questiona o VTN	Valor histórico: R\$ 10.434,44	Possível	Foi negado provimento ao Recurso Voluntário interposto Embargos de Declaração protocolados em 11/09/2020 foram rejeitados (intimação 09/09/2016) Foi negado seguimento ao Recurso Especial interposto (intimação 14/01/2021)	Em 19/01/2021, foi protocolado Agravo contra decisão que denegou seguimento ao Recurso Especial. Em 01/02/2021, agravo sorteado para julgamento. Em 25/02/21 proferido despacho que rejeitou o agravo e confirmou a negativa de seguimento ao Recurso Especial. Em 02/03/21 os autos retornaram à DRI de São Paulo para prosseguimento. Em 21/06/2021 protocolada manifestação informando o depósito do montante integral do débito em ação anulatória e requerendo a exclusão do apontamento no CADIN. Em 24/11/21: sem novos andamentos. Localização atual do processo: DERAT - SP
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	Administrativo	13839.723322/2013-42	Auto de infração referente a ITR do exercício de 2010, incidente sobre a Fazenda Santa Marina – Apenas questiona o VTN	Valor histórico: R\$ 16.264,60	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada improcedente (intimação: 09/09/2016) Foi negado provimento ao Recurso Voluntário interposto (intimação: 26/08/2020) Embargos de declaração foram rejeitados. (intimação: 01/10/2020) Foi negado seguimento ao Recurso Especial interposto (intimação 23/02/2021)	Em 01/03/2021, foi protocolado Agravo face do despacho que denegou seguimento ao Recurso Especial. Em 17/03/2021, agravo sorteado para julgamento. Em 08/04/2021 proferido despacho que rejeitou o agravo e confirmou a negativa de seguimento ao Recurso Especial. Em 26/04/2021 os autos retornaram à DRI de São Paulo para prosseguimento. Em 21/06/2021 protocolada manifestação informando o depósito do montante integral do débito em ação anulatória e requerendo a exclusão do apontamento no CADIN. Em 24/11/21: sem novos andamentos. Localização atual do processo: DERAT - SP
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	Administrativo	10134.720237/2020-09	Carta de Cobrança no valor de R\$ 21.315,29, e multa proporcional, referente à suposto saldo remanescente que permaneceria em cobrança, oriundo do processo administrativo nº. 10660.724592/2011-08, que tem como objeto a exigência de crédito tributário de ITR no importe de R\$ 2.542.966,82 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos), acrescido de multa de 75 % e juros de mora, totalizando R\$ 5.275.638,97 (cinco milhões, duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos).	Valor histórico: R\$ 37.301,75	Possível	Não há.	Após receber comunicado de cobrança no valor de R\$ 21.315,29, e multa proporcional, referente à suposto saldo remanescente que permaneceria em cobrança, a empresa, em 24/03/2020, por meio de petição, informou que continuará discutindo a tese no judiciário, motivo pelo qual o débito permanece, e permanecerá com sua exigibilidade suspensa até o declínio final das discussões travadas nos autos da ação anulatória n. 1001002-72.2019.013810. Em 03/12/2020, protocolado pedido nos autos do processo administrativo comprovando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Em 24/11/2021: sem novos andamentos. Localização atual do processo: DERAT Belo Horizonte - MG
SPACE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Administrativo	10880.956364/2021-74	Pedido de restituição de créditos de saldo negativo de IRPJ exercício de 2018 (01/01/2017 a 31/12/2017), cumulado com pedido de compensação de tributos federais.	Valor histórico: R\$ 121.899,13	Possível	Não há.	Em 04/08/2021 foi expedido o Despacho Decisório nº 3111229, o qual indeferiu o pedido de restituição/ressarcimento apresentado no PER nº 06020.82029.240718.1.2.02-5909, e consequentemente, não homologou o pedido de compensação declarado no DCOMP nº 15681.07991.240818.1.2.02-9289. Em face do despacho decisório, foi apresentada manifestação de inconformidade em 08/09/2021. Atualmente, aguarda-se julgamento da manifestação de inconformidade apresentada. Em 24/11/2021: sem novas movimentações. Localização atual: DEL REC FED ADMIN TRIBUTARIA VIRTUAL-SP
MANGUNHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	Administrativo	10880.956215/2021-13	Pedido de restituição de crédito de saldo negativo de IRPJ referente ao 4º trimestre/2017 (01/10/2017 a 31/12/2017), cumulado com pedido de compensação de tributos federais.	Valor histórico: R\$ 173.751,60	Possível	Não há.	Em 04/08/2021, foi expedido o Despacho Decisório nº 3111310, que indeferiu o crédito pleiteado no PER nº 01747.89449.211118.1.2.02-3367, não homologando as compensações declaradas na DCOMP nº 39944.05241.21118.1.3.02-7580. Em face do despacho decisório, foi apresentada manifestação de inconformidade em 08/09/2021. Atualmente, aguarda-se julgamento da manifestação de inconformidade apresentada. Em 24/11/2021: sem novas movimentações. Localização atual: DEL REC FED ADMIN TRIBUTARIA VIRTUAL-SP
MANGUNHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	Administrativo	10880.956214/2021-61	Pedido de restituição de crédito de saldo negativo de IRPJ referente ao 2º trimestre/2017 (01/04/2017 a 30/06/2017), cumulado com pedido de compensação de tributos federais.	Valor histórico: R\$ 126.485,83	Possível	Não há.	Em 04/08/2021, foi expedido o Despacho Decisório nº 3111307, que indeferiu o crédito pleiteado no PER nº 31696.74213.180717.1.2.02-8131, não homologando as compensações declaradas na DCOMP nº 22852.48539.180717.1.3.02-8026. Em face do despacho decisório, foi apresentada manifestação de inconformidade em 08/09/2021. Atualmente, aguarda-se julgamento da manifestação de inconformidade apresentada. Em 24/11/2021: sem novas movimentações. Localização atual: DEL REC FED ADMIN TRIBUTARIA VIRTUAL-SP
NOVA CAIEIRAS V EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Administrativo	10880.956372/2021-11	Pedido de restituição de crédito de saldo negativo de IRPJ referente ao 4º trimestre/2017 (01/10/2017 a 31/12/2017), cumulado com pedido de compensação de tributos federais.	Valor histórico: R\$ 4.351,86	Possível	Não há.	Em 04/08/2021, foi expedido o Despacho Decisório nº 3111309, que indeferiu o crédito pleiteado no PER nº 07536.05882.240718.1.2.027130, não homologando as compensações declaradas na DCOMP nº 21348.56355.240718.1.3.028840. Em face do despacho decisório, foi apresentada manifestação de inconformidade em 08/09/2021. Atualmente, aguarda-se julgamento da manifestação de inconformidade apresentada. Em 24/11/2021: sem novas movimentações. Localização atual: DEL REC FED ADMIN TRIBUTARIA VIRTUAL-SP
SPACE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Administrativo	10880.956600/2020-71	Pedido de restituição de créditos de saldo negativo de IRPJ do 4º tri/2016, cumulado com compensação de tributos federais.	Valor histórico: R\$ 461.461,54	Possível	Não há.	Após ser intimada sobre o despacho decisório que indeferiu o crédito pleiteado no PER nº 19450.55584.150620.1.6.02-4276, não homologando as compensações declaradas nas DCOMPs nº 21395.35159.210317.1.3.02-3022 e 36543.81940.210717.1.3.02-5280, a empresa apresentou manifestação de inconformidade na data de 29/10/2020. Aguarda-se o julgamento da Manifestação de Inconformidade. Em 23/12/2020, o processo foi remetido ao Centro Nacional de Gestão de Processos - DRJ - RPO - SP. Em 24/11/2021: sem novos andamentos. Localização atual do processo: Centro Nacional de gestão de Processos - DRJ - RPO - SP

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

EMPRESA	TIPO DE PROCESSO	Nº PROCESSO	PEDIDO/OBJETO AÇÃO	ESTIMATIVA (\$) PROVISÃO DE PERDA	PROBABILIDADE DE PERDA	DECISÕES	STATUS ATUAL
EDITORIA MELHORAMENTOS	Auto de Infração e Imposição de Multa	4.090.542-1	Trata-se de AITM lavrado para exigir ICMS supostamente recolhido a menor, referente à importação e posterior comercialização.	R\$ 210.987,46	Possível. O fiscal entendeu pela	Em 28/07/17, julgamento do AITM mantendo integralmente a autuação. Ao apreciar a defesa administrativa.	Em 08/04/2021, processo rejeitado em pauta de julgamento pela Câmara Superior do TIT, momento em que nós acompanhamos a sessão, que teve como resultado o novo pedido de decisão dos Juizes Dr. Carlos Amorim.
MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO - ARBOR LTDA	Administrativo	10660.720088/2007-44	Auto de Infração referente a ITR do exercício de 2004, incidente sobre a Fazenda Nova do Selado	Valor histórico: R\$ 646.649,01 Valor considerando VTN + APP: R\$ 45.198,58	Possível	Impugnação Administrativa não foi conhecida (intimação: 17/03/2009), sob argumento de ter sido protocolada de forma Intempestiva. Foi negado provimento ao Recurso Voluntário (intimação: 08/10/2021)	Em 27/08/21: O Recurso Voluntário interposto em face do acórdão que não conheceu a Impugnação Administrativa foi incluído na sessão de julgamento de 13/08/2021. Em 08/10/2021, a empresa foi intimada acerca do Acórdão n. 2301-009.382, da 3ª Câmara da 1ª Turma Ordinária da 2ª Seção de Julgamento do CARF, que negou provimento ao recurso voluntário interposto. Em 14/10/2021, a empresa opôs embargos de declaração em face de vício de omissão constante no Acórdão nº 2301-009.382. Em 27/10/2021, os embargos foram encaminhados para análise. Em 22/11/21, o processo foi julgado pelo CARF e foi remetido para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Belo Horizonte/MG, o que indica que em breve a empresa será intimada sobre a decisão dos embargos. Localização atual do processo: DRF em Belo Horizonte/MG
MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO - ARBOR LTDA	Administrativo	10660.720094/2007-00	Auto de Infração referente a ITR do exercício de 2005, incidente sobre a Fazenda Nova do Selado	Valor histórico: R\$ 677.800,36 Valor considerando VTN + APP: R\$ 54.529,90	N/A - Encerramento na esfera administrativa	Impugnação Administrativa não foi conhecida (intimação: 17/03/2009), sob argumento de ter sido protocolada de forma Intempestiva. Foi negado provimento ao Recurso Voluntário interposto (intimação: 17/03/2020). Os embargos declaratórios foram rejeitados (intimação: 28/07/2020) Foi negado seguimento ao Recurso Especial do contribuinte, o qual foi protocolado em 10/08/2020. Agravo rejeitado (intimação 31/12/2020). Processo Administrativo encerrado na esfera administrativa.	Em 31/12/2020, a empresa foi intimada do despacho proferido em 07/12/2020, o qual rejeitou o Agravo interposto em 06/10/2020, protocolado em face da decisão que negou seguimento ao Recurso Especial do contribuinte. Em 05/01/2021, a empresa foi informada sobre o encerramento da discussão administrativa e necessidade de adoção de medidas judiciais. Em 15/01/2021, houve a notificação CADIN nº 2735789 informando a inclusão do contribuinte neste sistema em razão de estarem exigíveis os débitos de ITR de 2005. Em 12/04/2021, foi protocolada nos autos do processo petição requerendo que a autoridade competente para o ato se abstenha de efetuar a inscrição do Requerente no cadastro do CADIN ou, caso já tenha sido feita, que seja baixado o apontamento, haja vista que foi ajuizada tempestivamente ação anulatória objetivando o cancelamento do débito do presente processo administrativo com a oferta de garantia. A referida ação recebeu o número 1001766-87.2021.4.01.3810. Em 07/06/21 o processo foi remetido para a DRF de Belo Horizonte. Em 24/11/21: sem novos andamentos. Localização atual do processo: DRF Belo Horizonte/BH
MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO - ARBOR LTDA	Administrativo	10660.720898/2009-62. (Notificação de Lançamento nº 061106/00021/2009 - Intimação Fiscal de ITR nº 06106/00009/2009).	Auto de Infração referente a ITR do exercício de 2006, incidente sobre a Fazenda Nova do Selado	Valor histórico: R\$ 821.683,71 Valor considerando VTN + APP: R\$ 578.878,61	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada improcedente (intimação: 24/09/2013). Foi negado provimento ao Recurso Voluntário. (Intimação: 08/10/2021)	Em 27/08/21: O Recurso Voluntário interposto em face do acórdão que não conheceu a Impugnação Administrativa foi incluído na sessão de julgamento de 13/08/2021. Em 08/10/2021, a empresa foi intimada acerca do Acórdão n. 2301-009.384, da 3ª Câmara da 1ª Turma Ordinária da 2ª Seção de Julgamento do CARF, que negou provimento ao recurso voluntário interposto. Em 14/10/2021, a empresa opôs embargos de declaração em face de vícios constantes no Acórdão nº 2301-009.384. Em 27/10/2021, os embargos foram encaminhados para análise. Em 22/11/21, o processo foi julgado pelo CARF e foi remetido para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Belo Horizonte/MG, o que indica que em breve a empresa será intimada sobre a decisão dos embargos. Localização atual do processo: DRF em Belo Horizonte/MG
MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO - ARBOR LTDA	Administrativo	10660.724619/2011-54 (Notificação de Lançamento nº 061106/0033/2011 - Intimação Fiscal de ITR nº 06106/00022/2011).	Auto de Infração referente a ITR do exercício de 2007, incidente sobre a Fazenda Nova do Selado	Valor histórico: R\$ 854.077,46 Valor considerando VTN + APP: R\$ 527.425,06	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada improcedente (intimação: 02/10/2013). Foi negado provimento ao Recurso Voluntário da empresa. (Intimação: 08/10/2021)	Em 28/07/21: O Recurso Voluntário interposto em face do acórdão que não conheceu a Impugnação Administrativa foi incluído na sessão de julgamento de 13/08/2021. Em 08/10/2021, a empresa foi intimada acerca do Acórdão n. 2301-009.385, da 3ª Câmara da 1ª Turma Ordinária da 2ª Seção de Julgamento do CARF, que negou provimento ao recurso voluntário interposto. Em 14/10/2021, a empresa opôs embargos de declaração em face de vícios constantes no Acórdão nº 2301-009.385. Em 27/10/2021, os embargos foram encaminhados para análise. Em 22/11/21, o processo foi julgado pelo CARF e foi remetido para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Belo Horizonte/MG, o que indica que em breve a empresa será intimada sobre a decisão dos embargos. Localização atual do processo: DRF de Belo Horizonte/MG
MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO - ARBOR LTDA	Administrativo	10660.724621/2011-23 (Notificação de Lançamento nº 061106/00035/2011 Intimação Fiscal de ITR nº 06106/00022/2011).	Auto de Infração referente a ITR do exercício de 2006, incidente sobre a Fazenda Nova do Selado	Valor histórico: R\$ 810.510,96 Valor considerando VTN + APP: R\$ 684.997,40	Possível	Impugnação Administrativa foi julgada improcedente (intimação: 13/11/2013). Foi negado provimento ao Recurso Voluntário da empresa. (Intimação: 08/10/2021).	Em 27/08/21: O Recurso Voluntário interposto em face do acórdão que não conheceu a Impugnação Administrativa foi incluído na sessão de julgamento de 13/08/2021. Em 08/10/2021, a empresa foi intimada acerca do Acórdão n. 2301-009.385, da 3ª Câmara da 1ª Turma Ordinária da 2ª Seção de Julgamento do CARF, que negou provimento ao recurso voluntário interposto. Em 14/10/2021, a empresa opôs embargos de declaração em face de vícios constantes no Acórdão nº 2301-009.385. Em 27/10/2021, os embargos foram encaminhados para análise. Em 22/11/21, o processo foi julgado pelo CARF e foi remetido para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Belo Horizonte/MG, o que indica que em breve a empresa será intimada sobre a decisão dos embargos. Localização atual do processo: DRF de Belo Horizonte/MT
MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA.	Administrativo	10314.720015/2019-26	Auto de Infração e Imposição de Multa constituído pela Receita Federal em face da Melhoramentos Florestal para cobrança de débitos de IOF do período de jan/2014 a dez/2014, em razão de o órgão fazendário ter entendido que as operações de crédito contabilizadas na conta contábil 1210502 - EMPRESTIMO FLO X C/MSF realizadas entre a Melhoramentos e a Cia Melhoramentos de São Paulo correspondem a mútuo financeiro	R\$ 1.935.426,58 (valor histórico)	Possível	Não há	A empresa foi notificada da lavratura do auto de infração em 16/01/2019. Contudo, não apresentou defesa, encerrando-se a fase administrativa. A exigibilidade do débito será discutida na via judicial.
MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA.	Administrativo	10314.720285/2019-37	Auto de infração de IRPJ e CSLL, lavrado para redução do valor do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa de CSLL do ano-calendário de 2014, em razão da glosa de despesas financeiras que foram consideradas desnecessárias.	R\$ 8.800.756,25 (valor histórico)	Possível	Não há	Aguarda-se o julgamento da Impugnação Administrativa apresentada em face do auto de infração lavrado em nome da empresa. Em 24/11/2021: sem novos andamentos. Localização atual do processo: Centro Nacional de Gestão de Processo - DRJ - RPD - SP

Observação 1: Todos os processos listados que se referem à cobrança do tributo de ITR – Imposto Territorial Rural, decorrem de autuações cujos todos os abatimentos legais foram desconsideados pela Receita Federal do Brasil, tais como Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanentes e Benfeitorias existentes.

Com base em advogados e consultores tributários e ambientais, a administração é da opinião que um amplo recalculo pela Receita Federal e/ou por juízo competente reduzirá e/ou anulará significativamente os valores de autuação.

Observação 2: Os prognósticos de perda acima elencados são emitidos por advogados externos.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 A emissora não possui processos que se enquadrem nesta categoria.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 A emissora não possui processos que se enquadrem nesta categoria.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 Processos repetitivos ou conexos

Atualmente a Emissora não possui processos repetitivos ou conexos que possuem causas jurídicas semelhantes e podem eventualmente influenciar a decisão do investidor público.

a. Valores envolvidos¹:

Não aplicável.

b. Práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingencia:

Embora não existam contingencias conexas, a Emissora e suas Controladas realizam todas as práticas embasadas no arcabouço legal, obedecendo toda a legislação concernente à atividade.

4.6.1 Valor total provisionado

	Consolidado (R\$ 000)	
	2021	2020
Provisões fiscais	61.383	61.090
Provisões previdenciárias e trabalhistas	2.793	3.650
Outras	2.038	2.203
Total	66.214	66.942

¹ Valores atribuídos às causas, não significando perdas concretas.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Outras contingencias julgadas relevantes

A emissora não possui contingências que se enquadrem nesta categoria.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro:

A Emissora é de origem nacional e não possui valores mobiliários custodiados em outros países, o que torna as respostas deste item específico do relatório inaplicáveis.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos

A política de gerenciamento de riscos do emissor foi formalizada com base na análise de processos e matriz de riscos da Companhia realizado com apoio de consultoria externa especializada. A política de riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de dezembro de 2020.

Os riscos são classificados em grupos e subgrupos, de acordo com sua natureza e origem, em uma linguagem comum de riscos para toda Companhia, conforme indicado abaixo:

Estratégicos: riscos que afetam os objetivos estratégicos, modelo de negócio, governança da empresa, sua inteligência competitiva, considerando ambiente interno e externo.

Financeiros: riscos associados à confiabilidade do balanço patrimonial e à exposição das operações financeiras da Companhia.

Operacionais: riscos relacionados à infraestrutura da Companhia (processos e pessoas), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos.

Cibernéticos: riscos associados ao sistema de informação, ferramentas, tecnologias e segurança da informação.

Regulamentares: riscos relacionados ao cumprimento das legislações trabalhista, cível, tributário/ fiscal, ou que envolvam procedimentos relacionados a órgãos reguladores contábil, judicial, entre outros.

A Companhia realiza as seguintes etapas para fins de gerenciamento de riscos:

1. Tipologia dos Riscos

Os riscos são classificados em grupos e subgrupos, de acordo com sua natureza e origem, em uma linguagem comum de riscos para toda Companhia.

2. Estabelecimento do Contexto

Esta primeira etapa do processo de gestão de riscos contempla a captura e o entendimento dos objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo, bem com o ambiente (interno e externo) em que a empresa está inserida.

3. Identificação de Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A identificação dos riscos é um processo contínuo dos administradores (membros do Conselho de Administração e diretores). No processo de Gestão de Riscos da Melhoramentos, esta identificação parte de entrevistas e análise dos principais executivos de cada Unidade de Negócio e respectivas áreas de negócios. O produto final desta etapa é uma relação de riscos baseada nos eventos que possam ameaçar a execução dos objetivos e iniciativas estratégicas da Melhoramentos.

4. Análise dos Riscos

Esta etapa envolve a verificação das causas e consequências dos Riscos, bem como da probabilidade de concretização de referidas consequências.

5. Avaliação dos Riscos

A avaliação dos riscos na Melhoramentos é realizada considerando todos os Fatores de Risco capturados nas reuniões e descritas na etapa de identificação e são avaliados em função do impacto e vulnerabilidade/probabilidade.

6. Tratamento dos Riscos

Para o tratamento é necessária a seleção, formalização e implementação de um ou mais Plano de Ação dos eventos de riscos, que serão monitorados pelas áreas responsáveis. Aqueles classificados como “Alto” e “Muito Alto” - Classificação final do risco (relação de vulnerabilidade/probabilidade e impacto de acordo com o mapa de riscos da Melhoramentos.

7. Monitoramento dos Riscos

Com base nos resultados, cada Risk Owner e Process Owner deve aprovar o tratamento a ser dado ao risco, quais sejam: evitar, compartilhar, mitigar ou aceitar.

Caso a opção seja aceitar o risco, devem ser estabelecidas métricas de monitoramento. Nos casos em que a definição seja de mitigar a exposição ao risco, planos de ação/mitigação devem ser definidos e monitorados.

8. Informação e Comunicação

A área responsável pela Gestão de Riscos deve garantir que as informações apropriadas sejam repassadas às partes interessadas de maneira oportuna e proativa. A comunicação de riscos busca garantir que:

- As partes interessadas conhecem a natureza e o status dos principais riscos, para que possam operar com uma maior consciência dos riscos e seus possíveis impactos;
- Haja uma cultura de transparência de risco;
- Haja uma cultura de responsabilização e conscientização de riscos.

A identificação dos riscos é um processo contínuo dos administradores (membros do Conselho de Administração e diretores). No processo de Gestão de Riscos da Melhoramentos, esta identificação parte de entrevistas e análise dos principais executivos de cada Unidade de Negócio e respectivas áreas de negócios

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Adequação de alçadas de aprovação em sistemas, acompanhamento trimestral da evolução das ações com maior impacto e/ou probabilidade apresentados na matriz de riscos da Companhia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar se o emissor possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

A Companhia atualmente não possui uma Política de Gestão de Derivativos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

A Diretoria entende que as demonstrações financeiras são elaboradas com precisão e segurança suficientes para refletir as condições econômica e financeira da Companhia de forma adequada ao uso de seus “stakeholders”. Entende ainda que os processos de apuração utilizados, assim como o sistema informatizado de gestão, são seguros e adequados. Adicionalmente, são realizadas conciliações e conferências internas de forma a garantir a consistência dos principais dados entre as diversas áreas.

Em complemento aos processos internos acima mencionados, anualmente a Companhia recebe o Relatório de Revisão dos Procedimentos de Gestão e de Controles Internos, emitido pelos auditores independentes, e quando este aponta uma “Deficiência Significativa”, há foco e dedicação de esforço para a solução da mesma. Para o exercício findo em 31/12/2021, o mencionado Relatório de Revisão não identificou e nem apontou uma “Deficiência Significativa”.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

As demonstrações financeiras da Companhia são elaboradas pela área contábil, subordinada à Diretoria de Operações, e submetidas à Auditoria Externa, que é a responsável pela revisão e emissão do Relatório dos Auditores Independentes.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A eficiência dos controles internos é supervisionada mensalmente através de relatórios de análise da variação real vs. orçado e mês corrente vs. mês anterior, e quando algum desvio significativo, ou não fundamentado, resta evidenciado, é requerida análise mais detalhada pela controladoria, de forma a esclarecer a origem de tal variação. As demonstrações de resultado e respectivas variações são submetidas mensalmente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

O relatório de Controles Internos apresentado pelos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não demonstra uma “Deficiência Significativa”, conforme abordado no item 5.3 a).

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

De acordo com a Diretoria da Companhia as deficiências apresentadas pelos Auditores Externos, no relatório de recomendações, foram avaliadas e ações adicionais às já mencionados nos itens anteriores estão sendo tomadas com o intuito de reduzir a exposição aos riscos.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Programa de Integridade

A Emissora implantou seu programa de Integridade no início do ano de 2019, o qual contém políticas específicas voltadas à prevenção detecção e remediação de fraudes, dentre as quais: a) Política de Segurança da Informação; b) Política de Apuração de Denúncias e Consultas; c) Política relativa a Conflito de Interesse; d) Política para definição de competências; e) Política Anticorrupção e de Relacionamento com Agente Públicos, e f) Política Anticorrupção para terceiros.

Todas as Políticas foram elaboradas objetivando a adequação ao perfil e riscos da Emissora, sendo revistas e readequadas sempre que identificadas fragilidades ou novas situações de risco anteriormente não mapeadas.

O monitoramento da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade são realizadas pelo comitê de riscos e integridade, formalmente constituído, ao qual compete a análise, esclarecimentos e decisões pertinentes a situação de risco, denúncias ou consultas quanto à aplicação e validade das Políticas existentes.

A Emissora possui Código de Ética e Conduta, disponível em sua página web, sendo aplicável à todos os profissionais, colaboradores, diretores, terceiros e prestadores de serviços vinculados à Emissora. Visando conhecimento pleno das normas contidas em seu Código de Ética e Conduta, a Emissora realizou treinamento com todos agentes a este submetidos, com novos treinamentos quanto da revisão do Código de Ética e Conduta, ou de novas admissões ou contratações.

Na hipótese de descumprimento das normas contidas o Código de Ética e Conduta ou em qualquer das Políticas existentes, são previstas sanções de acordo com a gravidade da infração, a ser apreciada pelo comitê de integridade e risco, o qual deliberará a sanção específica aplicável.

A fim de aprimorar e garantir maior alcance de seu programa de Compliance, a Emissora mantém, ainda, Canal de Denúncia, o qual é operado por empresa independente contratada – Deloitte, com utilização irrestrita, seja para empregados ou terceiros, sendo possível a realização de denúncias de modo anônimo ou não, em caráter de sigilo, onde todas as denúncias são recebidas e apuradas de acordo com a Matriz de responsáveis existente, de modo que, sob nenhuma hipótese, qualquer membro da área da envolvido tenha acesso a referida denúncia.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Todos os riscos de mercado relevantes foram acima mencionados pela Emissora.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Outras informações relevantes sobre os riscos de mercado

Todos os riscos de mercado relevantes foram acima mencionados pela Emissora.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	12/09/1890
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico do Emissor

De 1877 a 1889 – Os fornos de cal deram origem ao nome da região de Caieiras

O ano é 1877. Percebendo uma oportunidade de negócios, Antônio Proost Rodovalho, o Coronel Rodovalho, constrói em sua fazenda às margens do Rio Juqueri-Guaçu dois fornos para produção de cal. O local logo passa a ser conhecido como Caieiras. No mesmo ano, Rodovalho funda a Companhia Cantareira e Esgotos, e obtém contratos oficiais para obras de saneamento e urbanização em São Paulo. No ano seguinte, a companhia constrói o reservatório da Consolação, em São Paulo, com 6.500 m³ de água. Prevendo a importância que o papel terá na crescente economia paulista, Rodovalho decide produzi-lo. Em 1887, inicia-se a construção da fábrica de papel, a cargo da empresa alemã Gebrüder Hemmer. Em 1889 é proclamada a República.

De 1890 a 1896 – As duas primeiras máquinas da fábrica de papel

No dia 4 de abril 1890, uma das máquinas produz papel pela primeira vez. Em 12 de setembro, no Salão Nobre do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, ocorre a fundação da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Quatro anos depois, Otto Weiszflog, um jovem alemão de 24 anos que terá papel decisivo no futuro da Melhoramentos, chega a São Paulo, vindo de Hamburgo. Após um breve período nos negócios com café, passa a trabalhar para o também hamburguês M. L. Bühnaeds, no ramo de papelaria, encadernação, livros em branco e importação de papel. Seu irmão, Alfried Weiszflog, chega em 1896.

De 1900 a 1906 – A Sala de amostras da gráfica e editora Bühnaeds Weiszflog

Em 1900 a Companhia Melhoramentos começa a fornecer papel para a M. L. Bühnaeds & Cia. onde trabalham os irmãos Weiszflog, e Rodovalho deixa a Melhoramentos. A Bühnaeds & Cia. continua crescendo e em 1905 constrói sua sede na rua Líbero Badaró, 73. Bühnaeds liquida sua posição societária, Otto e Alfried tornam-se donos. No ano seguinte, a segunda máquina de papel entra em funcionamento na Melhoramentos.

De 1908 a 1913 – A construção da barragem da usina

Para resolver os problemas de abastecimento e escoamento da produção da cal, tijolos, telhas e papel de Caieiras, é inaugurada em 1908 uma linha férrea exclusiva ligando a fábrica da Melhoramentos a São Paulo. A falta de energia leva a Melhoramentos a criar suas próprias soluções: em 1912 começa a plantação de eucaliptos, para fornecer lenha para os fornos de cal e cerâmica, e são construídas uma barragem e uma usina de energia elétrica para movimentar a terceira máquina de papel, que entra em funcionamento em 1913. Nesse mesmo ano, aos 75 anos, morre o Coronel Rodovalho.

De 1915 a 1920 – Capa de “O Patinho Feio”, primeiro livro impresso no Brasil

Em 1915 a Weiszflog Editora publica o livro infantil O patinho feio, o primeiro livro impresso no Brasil. Durante a I Guerra Mundial, Alfried Weiszflog deixa o Brasil e se fixa em Buenos Aires. O irmão mais novo, Walther, o substitui. Enquanto isso, a Melhoramentos eleva sua produção papel, chegando a 1.125.759 quilos em 1919. Nesse ano a propriedade em Caieiras é ampliada para 3.323 alqueires paulistas, e é inaugurada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário na Melhoramentos. Em 1920, a Weiszflog Irmãos consegue reunir capital e adquire a Melhoramentos. A junção das duas empresas acontece com a incorporação da Weiszflog pela Melhoramentos.

De 1923 a 1938 – O reflorestamento avança em Caieiras

6.3 - Breve Histórico

É construída uma nova gráfica na Lapa, inaugurada em 1923. O papel higiênico Sul América, o primeiro do País, e também o Papel Volga, toalhas de papel para salões de barbeiro, são lançados em 1928. A produção editorial também cresce, chegando nesse mesmo ano a um catálogo de 248 títulos, com 670.000 livros impressos. Em 1929 uma nova máquina de papel é comprada, a MP IV; ela chegará apenas em 1933. A produção da Melhoramentos atinge 7.400 toneladas de papel para indústria, impressão, cartões, cartolinas, papel de seda e outros em 1937. Finalmente, em 1938, é publicado o livro O Filho do Trovão, de Barros Ferreira, o primeiro a ostentar a indicação **Edições Melhoramentos**.

De 1940 a 1946 – A máquina de papel V, feita pela alemã Voith

Máquina de papel V começa a funcionar em 1940 e no ano seguinte o nome da empresa é mudado para Companhia Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel. A Fazenda Levantina, em Camanducaia (MG), com 12.000 hectares, passa a fazer parte da Melhoramentos em 1942, e no ano seguinte inicia-se ali a produção da primeira celulose brasileira. Em 1946, em Caieiras, obtém-se a produção de celulose a partir de eucalipto, um feito de repercussão mundial.

De 1960 a 1982 – Paineis de controle da fábrica de CTMP

Em 1960 é inaugurada a Livraria Melhoramentos no Largo do Arouche, em São Paulo. Quatro anos depois a empresa adquire a Fazenda Santa Marina, em Bragança Paulista, com 200 alqueires. 1965 é o ano do lançamento do papel higiênico do Mimoso, o primeiro papel higiênico decorado do Brasil. Em 1969 é constituída a Melbar, sociedade entre a Melhoramentos e a americana Dresser Magcobar, para utilização da lixívia gerada pela fábrica de celulose na produção de lignosulfonatos para a indústria de dispersantes e emulsionantes. A tecnologia de produção de celulose é inovada em 1982 com o início da produção de polpa de celulose do tipo CTMP a partir de eucalipto, inaugurando mundialmente a fabricação de papel higiênico a partir dessa madeira.

Atualidade

Atualmente o conglomerado Melhoramentos conta com sua tradicional atividade editorial, com o reflorestamento em suas três fazendas - Caieiras, Camanducaia e Bragança Paulista, com a produção de fibras de alto rendimento em sua fábrica em Camanducaia, em Minas Gerais, e com o negócio de desenvolvimento imobiliário. Desde de 2018, o prédio administrativo, e sede, que é tombado pelo município de São Paulo, foi reformado e abriga, além de seus escritórios, dois andares disponibilizados para alocação de auditório, sala multiuso, exposições e eventos, além de espaços disponíveis para aluguel de estações de trabalho e escritórios comerciais.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Informação sobre pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e sobre o estado atual de tais pedidos.

Não houve qualquer pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial que envolva a Emissora e suas controladas direta ou indiretamente.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Outras informações relevantes a respeito do histórico da Emissora.

Todas as informações relevantes a respeito do histórico da Emissora foram apresentadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Breve descrição das atividades desenvolvidas pela Emissora e suas controladas.

A Controladora **Companhia Melhoramentos de São Paulo**, tem como foco participações em outras sociedades (abaixo identificadas) e na administração de seu patrimônio imobiliário, composto por três Fazendas localizadas em Caieiras e Bragança Paulista (SP), Camanducaia (MG) e sua sede na Capital, São Paulo.

A Controlada **Melhoramentos Florestal Ltda.**, dedica-se às atividades de silvicultura, florestamento e reflorestamento, em terras próprias ou de terceiros e fabricação de fibras de alto rendimento.

A Controlada **Terras Bonsucesso Ltda.**, realiza atividade de editoração em qualquer suporte, comércio de artefatos de papel, livros, materiais e serviços educativos e culturais, comercialização de imóveis.

A Controlada **Editora Melhoramentos Ltda.** realiza atividade de editoração em qualquer suporte, comércio de artefatos de papel, livros, materiais e serviços educativos e culturais.

A Controlada **Melhoramentos Livros Ltda.** realiza atividade de editoração em qualquer suporte, comércio de artefatos de papel, livros, materiais e serviços educativos e culturais.

A Controlada **Cora Livros Ltda.** realiza atividade de editoração em qualquer suporte, comércio de artefatos de papel, livros, materiais e serviços educativos e culturais.

A Controlada **Jaguarí Livros Ltda.** realiza atividade de editoração em qualquer suporte, comércio de artefatos de papel, livros, materiais e serviços educativos e culturais.

A Controlada **Melhoramentos Livrarias Ltda.** realiza atividade de editoração em qualquer suporte, comércio de artefatos de papel, livros, materiais e serviços educativos e culturais.

A Controlada **Melhoramentos Melius Ltda.** realiza atividade de editoração em qualquer suporte, comércio de artefatos de papel, livros, materiais e serviços educativos e culturais.

A Controlada **Melhoramentos Manguinhos Ltda.** realiza atividade de editoração em qualquer suporte, comércio de artefatos de papel, livros, materiais e serviços educativos e culturais.

A Controlada **Terras Bonsucesso Ltda.** realiza atividade de editoração em qualquer suporte, comércio de artefatos de papel, livros, materiais e serviços educativos e culturais.

A Controlada **Melpaper Ltda.** é uma empresa em situação não operacional.

A Controlada **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.** realiza atividades relacionadas à silvicultura e arrendamento de terras.

A Controlada **Engelote Incorporações e Urbanismo S.A.** tem como atividade principal compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, administração de bens próprios, bem assim a locação ou cessão de bens imóveis.

A Controlada **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.** tem como atividade principal compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, administração de bens próprios, bem assim a locação ou cessão de bens imóveis.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Controlada **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.** tem como atividade principal compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, administração de bens próprios, bem assim a locação ou cessão de bens imóveis.

Foi formalizada pela Emissora, em 2018, Sociedade em Conta de Participação com a empresa Swiss Park Caieiras Incorporadora SPE Ltda, para o desenvolvimento e implantação de loteamento imobiliário em imóveis de propriedade da Emissora, no município de Caieiras/SP.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a. A emissora não é empresa de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Informações dos seguimentos operacionais da Emissora de acordo com o divulgado nas ultimas demonstrações financeiras consolidadas

A. Produtos e serviços comercializados

- A **Companhia Melhoramentos de São Paulo** é uma “*holding* de instituições não financeiras”, cujo objeto social é a participação societária em outras empresas, além da administração de seu patrimônio imobiliário. Dessa forma, não houve produtos ou serviços comercializados;
- A Controlada **Melhoramentos Florestal Ltda.**, por sua vez, comercializa fibras de alto rendimento e presta serviços de gestão florestal;
- A Controlada **Editora Melhoramentos Ltda.** publica e comercializa livros e conteúdos literários;
- A Controlada **Melhoramentos Livros Ltda.** publica e comercializa livros e conteúdos literários;
- A Controlada **Cora Livros Ltda.** publica e comercializa livros e conteúdos literários;
- A Controlada **Jaguari Livros Ltda.** publica e comercializa livros e conteúdos literários;
- A Controlada **Melhoramentos Livrarias Ltda.** publica e comercializa livros e conteúdos literários;
- A Controlada **Melhoramentos Melius Ltda.** publica e comercializa livros e conteúdos literários;
- A Controlada **Melhoramentos Manguinhos Ltda.** publica e comercializa livros e conteúdos literários;
- A Controlada **Terras Bonsucesso Ltda.** publica e comercializa livros e conteúdos literários;
- A Controlada **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.** realiza arrendamento de terras para atividades silvicultoras;
- A Controlada **Melpaper Ltda.** é uma empresa em situação não operacional;
- A Controlada **Engelote Incorporações e Urbanismo S.A.** tem como atividade principal compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, administração de bens próprios, bem assim a locação ou cessão de bens imóveis.
- A Controlada **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.** tem como atividade principal compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, administração de bens próprios, bem assim a locação ou cessão de bens imóveis.
- A Controlada **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.** tem como atividade principal compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, administração de bens próprios, bem assim a locação ou cessão de bens imóveis.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

- Foi formalizada pela Emissora, em 2018, Sociedade em Conta de Participação com a empresa Swiss Park Caieiras Incorporadora SPE Ltda, para o desenvolvimento e implantação de loteamento imobiliário em imóveis de propriedade da Emissora, no município de Caieiras/SP.

B. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Descrição	Consolidado					
	2021		2020		2019	
Fibras de alto rendimento	109.904	76%	67.061	67%	90.526	74%
Editorial	30.605	21%	24.817	25%	25.519	21%
Imobiliário	3.664	3%	8.676	9%	5.665	5%
Receita Operacional Líquida	144.172	100%	100.554	100%	121.711	100%

C. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que as funções de sua estrutura operacional são compartilhadas entre todos os segmentos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2:

A. Características do processo de produção

- **Companhia Melhoramentos de São Paulo:** a atividade da Companhia não contempla processo de produção;
- **Melhoramentos Florestal Ltda.:** esta controlada possui as seguintes atividades:
 - Produção de fibra de alto rendimento, cujo processo consiste em fabricar fibras a partir do desfibramento de madeira de reflorestamento (pinus e eucaliptos); e
 - Operação florestal, cujo processo contempla as atividades de gestão de manejos silviculturais em reflorestamentos próprios e para terceiros.
- **Editora Melhoramentos Ltda.:** o processo produtivo desta controlada é a editoração, diagramação e produção de textos e ilustrações de livros;
- **Melhoramentos Livros Ltda.:** o processo produtivo desta controlada é a editoração, diagramação e produção de textos e ilustrações de livros;
- **Cora Livros Ltda.:** o processo produtivo desta controlada é a editoração, diagramação e produção de textos e ilustrações de livros;
- **Jaguari Livros Ltda.:** o processo produtivo desta controlada é a editoração, diagramação e produção de textos e ilustrações de livros;
- **Melhoramentos Livrarias Ltda.:** o processo produtivo desta controlada é a editoração, diagramação e produção de textos e ilustrações de livros;
- **Melhoramentos Melius Ltda.:** o processo produtivo desta controlada é a editoração, diagramação e produção de textos e ilustrações de livros;
- **Melhoramentos Manguinhos Ltda.:** o processo produtivo desta controlada é a editoração, diagramação e produção de textos e ilustrações de livros;
- **Terras Bonsucesso Ltda.:** o processo produtivo desta controlada é a editoração, diagramação e produção de textos e ilustrações de livros;
- **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.:** a atividade desta controlada não contempla processo de produção;
- **Melpaper Ltda.:** a atividade desta controlada não contempla processo de produção;
- **Engelote Incorporações e Urbanismo S.A.:** a atividade desta controlada não contempla o processo de produção.
- **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** a atividade desta controlada não contempla o processo de produção;
- **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** a atividade desta controlada não contempla o processo de produção.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

B. Características do processo de distribuição

- I. **Companhia Melhoramentos de São Paulo:** a atividade da Companhia não contempla processo de distribuição;
- II. **Melhoramentos Florestal Ltda.:** o processo de distribuição das fibras de alto rendimento produzidas consiste em venda direta do produto para clientes industriais, com logística por meio de transporte rodoviário;
- III. **Editores Melhoramentos Ltda.:** o processo de distribuição dos livros é realizado por meio de logística operada por terceiros e através de distribuidores e representantes comerciais;
- IV. **Melhoramentos Livros Ltda.:** o processo de distribuição dos livros é realizado por meio de logística operada por terceiros e através de distribuidores e representantes comerciais;
- V. **Cora Livros Ltda.:** o processo de distribuição dos livros é realizado por meio de logística operada por terceiros e através de distribuidores e representantes comerciais;
- VI. **Jaguari Livros Ltda.:** o processo de distribuição dos livros é realizado por meio de logística operada por terceiros e através de distribuidores e representantes comerciais;
- VII. **Melhoramentos Livrarias Ltda.:** o processo de distribuição dos livros é realizado por meio de logística operada por terceiros e através de distribuidores e representantes comerciais;
- VIII. **Melhoramentos Melius Ltda.:** o processo de distribuição dos livros é realizado por meio de logística operada por terceiros e através de distribuidores e representantes comerciais;
- IX. **Melhoramentos Manguinhos Ltda.:** o processo de distribuição dos livros é realizado por meio de logística operada por terceiros e através de distribuidores e representantes comerciais;
- X. **Terras Bonsucesso Ltda.:** o processo de distribuição dos livros é realizado por meio de logística operada por terceiros e através de distribuidores e representantes comerciais;
- XI. **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.:** a atividade da Companhia não contempla processo de distribuição;
- XII. **Melpaper Ltda.:** a atividade da Companhia não contempla processo de distribuição;
- XIII. **Engelote Incorporações e Urbanismo S.A.:** a atividade desta controlada não contempla o processo de produção;
- XIV. **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** a atividade desta controlada não contempla o processo de distribuição;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- XV. Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** a atividade desta controlada não contempla o processo de distribuição.

C. Características dos mercados de atuação, em especial:

I. Participação em cada um dos mercados

- **Companhia Melhoramentos de São Paulo:** Não aplicável por se tratar de holding de instituições não financeiras;
- **Melhoramentos Florestal Ltda.:** a participação desta controlada em seu mercado de atuação do produto fibras de alto rendimento é da ordem de 32%.
- **Editora Melhoramentos Ltda.:** a participação desta controlada em seu mercado de atuação é estimada em aproximadamente 1%, não existindo dados oficiais. Trata-se de um mercado muito pulverizado em que mesmo os seus principais participantes controlam pequenas fatias do mercado;
- **Melhoramentos Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Cora Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Jaguari Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Livrarias Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Melius Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Manguinhos Ltda.:** Não se aplica;
- **Terras Bonsucesso Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.:** Não se aplica;
- **Melpaper Ltda.:** Não se aplica por se tratar de empresa não operacional;
- **Engelote Incorporações e Urbanismo S.A.:** Não se aplica.
- **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica.
- **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica.

II. Condições de competição nos mercados

- **Companhia Melhoramentos de São Paulo:** Não aplicável por se tratar de *holding* de instituições não financeiras;
- **Melhoramentos Florestal Ltda.:** As condições atuais de mercado são favoráveis do ponto de vista da retomada dos preços internacionais da celulose. Porém, novo competidor local iniciou a sua participação no mercado em 2018 o que traz um componente adicional em relação à competição por novos clientes.
- **Editora Melhoramentos Ltda.:** para a Editora Melhoramentos Ltda., as condições de competição são desafiadoras, num mercado bastante pulverizado pela concorrência, que sofre com a crise do varejo

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

de livros no país e concorrência com produtos que não são diretamente relacionados ao produto da empresa (streaming, jogos, etc).

- **Melhoramentos Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Cora Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Jaguari Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Livrarias Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Melius Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Manguinhos Ltda.:** Não se aplica;
- **Terras Bonsucesso Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.:** Não se aplica;
- **Melpaper Ltda.:** Não se aplica por se tratar de empresa não operacional;
- **Engelote Incorporações e Urbanismo S.A.:** Não se aplica.
- **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica.
- **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica.

D. Principais insumos e matérias primas, informando:

- **Companhia Melhoramentos de São Paulo:** Não aplicável por se tratar de *holding* de instituições não financeiras;
- **Melhoramentos Florestal Ltda.:** Madeira, Energia Elétrica e produtos químicos.
- **Editora Melhoramentos Ltda.:** Papel

I. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

- **Companhia Melhoramentos de São Paulo:** Não aplicável por se tratar de *holding* de instituições não financeiras;
- **Melhoramentos Florestal Ltda.:** as relações desta controlada com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, exceto pelo fornecimento de energia elétrica, cujo fornecedor é concessionária de serviços público, sujeito às normas do setor e especialmente da ANEEL;
- **Editora Melhoramentos Ltda.:** as relações desta controlada com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação, com exceção do controle de papel imune: portaria 14/2010 SEFAZ/SP e Instrução Normativa 976/2009 da Receita Federal;
- **Melhoramentos Livros Ltda.:** as relações desta controlada com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação, com exceção do controle de papel imune: portaria 14/2010 SEFAZ/SP e Instrução Normativa 976/2009 da Receita Federal;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Cora Livros Ltda.:** as relações desta controlada com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação, com exceção do controle de papel imune: portaria 14/2010 SEFAZ/SP e Instrução Normativa 976/2009 da Receita Federal;
- **Jaguari Livros Ltda.:** as relações desta controlada com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação, com exceção do controle de papel imune: portaria 14/2010 SEFAZ/SP e Instrução Normativa 976/2009 da Receita Federal;
- **Melhoramentos Livrarias Ltda.:** as relações desta controlada com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação, com exceção do controle de papel imune: portaria 14/2010 SEFAZ/SP e Instrução Normativa 976/2009 da Receita Federal;
- **Melhoramentos Melius Ltda.:** as relações desta controlada com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação, com exceção do controle de papel imune: portaria 14/2010 SEFAZ/SP e Instrução Normativa 976/2009 da Receita Federal;
- **Melhoramentos Manguinhos Ltda.:** as relações desta controlada com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação, com exceção do controle de papel imune: portaria 14/2010 SEFAZ/SP e Instrução Normativa 976/2009 da Receita Federal;
- **Terras Bonsucesso Ltda.:** as relações desta controlada com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação, com exceção do controle de papel imune: portaria 14/2010 SEFAZ/SP e Instrução Normativa 976/2009 da Receita Federal;
- **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.:** Não se aplica;
- **Melpaper Ltda.:** Não se aplica;
- **Engelote Incorporações e Urbanismo S.A.:** Não se aplica;
- **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica;
- **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica.

II. Eventual dependência de poucos fornecedores

- **Companhia Melhoramentos de São Paulo:** Não aplicável por se tratar de holding de instituições não financeiras;
- **Melhoramentos Florestal Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores de matéria-prima, exceto pelo caso já referido de fornecimento de energia elétrica;
- **Editora Melhoramentos Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;
- **Melhoramentos Livros Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;
- **Cora Livros Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;
- **Jaguari Livros Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;
- **Melhoramentos Livrarias Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;
- **Melhoramentos Melius Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;
- **Melhoramentos Manguinhos Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;
- **Terras Bonsucesso Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;
- **Melpaper Ltda.:** Não se aplica por se tratar de empresa não operacional;
- **Engelote Incorporações e Urbanismo S.A.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores.
- **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;
- **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** esta controlada não tem dependência de fornecedores;

III. Eventual volatilidade em seus preços

- **Companhia Melhoramentos de São Paulo:** Não aplicável por se tratar de holding de instituições não financeiras;
- **Melhoramentos Florestal Ltda.:** no caso desta controlada, como seu produto fibra de alto rendimento está mercadologicamente muito atrelado à variação e comportamento mundial dos preços das fibras celulósicas, a fibra produzida está bastante sujeita às variações desse mercado;
- **Editora Melhoramentos Ltda.:** no caso desta controlada, os preços são definidos e controlados pela editora em função da demanda e condições de mercado;
- **Melhoramentos Livros Ltda.:** no caso desta controlada, os preços são definidos e controlados pela editora em função da demanda e condições de mercado;
- **Cora Livros Ltda.:** no caso desta controlada, os preços são definidos e controlados pela editora em função da demanda e condições de mercado;
- **Jaguari Livros Ltda.:** no caso desta controlada, os preços são definidos e controlados pela editora em função da demanda e condições de mercado;
- **Melhoramentos Livrarias Ltda.:** no caso desta controlada, os preços são definidos e controlados pela editora em função da demanda e condições de mercado;
- **Melhoramentos Melius Ltda.:** no caso desta controlada, os preços são definidos e controlados pela editora em função da demanda e condições de mercado;
- **Melhoramentos Manguinhos Ltda.:** no caso desta controlada, os preços são definidos e controlados pela editora em função da demanda e condições de mercado;
- **Terras Bonsucesso Ltda.:** no caso desta controlada, os preços são definidos e controlados pela editora em função da demanda e condições de mercado;
- **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.:** Não se aplica eventual volatilidade em seus preços;
- **Melpaper Ltda.:** Não se aplica por se tratar de empresa não operacional;
- **Engelote Incorporações e Urbanismo S.A.:** Não se aplica eventual volatilidade em seus preços;
- **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica eventual volatilidade em seus preços;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica eventual volatilidade em seus preços;

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificação de clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, de acordo com:

A. Montante total de receitas provenientes do cliente

- **Companhia Melhoramentos de São Paulo:** Não aplicável por se tratar de holding de instituições não financeiras;
- **Melhoramentos Florestal Ltda.:** esta controlada tem três clientes responsáveis por cerca de 80% da sua receita de vendas. Decisões e ações estão em curso para reduzir esta dependência e ampliar os mercados e clientes atendidos;
- **Editora Melhoramentos Ltda.:** esta controlada tem três clientes responsável por 41% da sua receita de vendas;
- **Melhoramentos Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Cora Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Jaguari Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Livrarias Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Melius Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Manguinhos Ltda.:** Não se aplica;
- **Terras Bonsucesso Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.:** Não se aplica;
- **Melpaper Ltda.:** Não se aplica por se tratar de empresa não operacional;
- **Engelote Incorporação e Urbanismo S.A.:** Não se aplica.
- **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica;
- **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica;

B. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os segmentos afetados são os das próprias controladas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

A. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A controlada **Melhoramentos Florestal Ltda.** depende de licenças ambientais para a produção de fibra de alto rendimento. Os seguintes órgãos públicos estão envolvidos:

- **IEF** - Instituto Estadual de Florestas – autorizações e renovações referentes ao selo florestal
- **SUPRAM** - Secretaria de Meio Ambiente - Processo de licenciamento anual;

B. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A **Emissora**, como empresa não operacional, tem como política a estrita observação das normas ambientais em seus imóveis, considerando-se assim área de preservação permanente e reserva legal.

A controlada **Melhoramentos Florestal Ltda., empresa certificada com o selo FSC puro (100%),** conta com uma Política de Desenvolvimento Florestal que tem o seguinte teor:

A **Melhoramentos Florestal Ltda.** é uma empresa que pauta suas atividades dentro dos princípios e critérios de desenvolvimento sustentável de acordo com o *Forest Stewardship Council - FSC*, seguindo de forma responsável o Plano de Manejo Florestal.

Atuando nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, segue com rigor as leis ambientais e trabalhistas, respeitando os recursos naturais, a segurança e a saúde de seus colaboradores.

Seus plantios renováveis, executados desde a década de 1920, provam que é possível harmonizar produção e preservação.

Os princípios da Melhoramentos Florestal Ltda. são:

1. Meio Ambiente

- Proteger os ecossistemas naturais, preservando os solos cultivados e os recursos hídricos;
- Manter áreas destinadas à conservação da flora e ao habitat da fauna;
- Prevenir atos poluentes e degradadores ao meio ambiente;
- Cumprir rigorosamente a legislação aplicável.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

2. Saúde e Segurança do Trabalho

- Promover a conscientização dos profissionais florestais quanto aos procedimentos e cuidados em suas atividades diárias;
- Aperfeiçoar continuamente as práticas operacionais, reduzir riscos, melhorar ergonomia e eliminar atos e comportamentos inseguros que possam ocasionar lesões ou doenças ocupacionais;
- Capacitar e orientar os profissionais envolvidos nas operações florestais para atuarem com responsabilidade na conservação do meio ambiente.

As controladas **Editora Melhoramentos Ltda., Melhoramentos Livros Ltda., Melhoramentos Livros Ltda., Cora Livros Ltda., Jaguari Livros Ltda., Melhoramentos Livrarias Ltda., Melhoramentos Melius Ltda., Melhoramentos Manguinhos Ltda., Terras Bonsucesso Ltda., Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda., Melpaper Ltda., Engelote Incorporação e Urbanismo S.A., Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.** e a **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, seguem a política de sua controladora.

C. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades:

- **Companhia Melhoramentos de São Paulo:** registra as marcas pertinentes às suas atividades, tais como logomarcas e a marca nominativa da Companhia, mas não tem dependência de qualquer propriedade intelectual de terceiros;
- **Melhoramentos Florestal Ltda.:** esta controlada tem marcas e patentes requeridas e também já registradas para assegurar seus direitos, contudo, não há dependência de patentes de terceiros;
- **Editora Melhoramentos Ltda.:** tem marcas registradas de suas principais edições, bem como possui diversos contratos de direitos autorais e licenças;
- **Melhoramentos Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Cora Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Jaguari Livros Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Livrarias Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Melius Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos Manguinhos Ltda.:** Não se aplica;
- **Terras Bonsucesso Ltda.:** Não se aplica;
- **Melhoramentos de São Paulo Arbor Ltda.:** Não se aplica;
- **Melpaper Ltda.:** Não se aplica;
- **Engelote Incorporações e Urbanismo S.A.:** Não se aplica.
- **Nova Caieiras V Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica;
- **Space Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Não se aplica;

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Receitas relevantes provenientes do exterior

A. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A Emissora não possui receitas relevantes no exterior, pois ela e suas controladas operam preponderantemente no mercado interno.

B. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A Emissora não está sujeita à regulação de mercados internacionais, pois conforme descrito no item 7.6 acima, ela e suas controladas operam preponderantemente no mercado interno.

C. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A Emissora não está sujeita à regulação de mercados internacionais, pois conforme descrito no item 7.6 acima, ela e suas controladas operam preponderantemente no mercado interno.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Efeitos de regulação estrangeira nas atividades

A Emissora não está sujeita à regulação de mercados internacionais pois conforme descrito no item 7.6 acima, ela e suas controladas operam preponderantemente no mercado interno.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Políticas socioambientais

A Controlada Melhoramentos Florestal costuma abrir as portas de suas fazendas em Caieiras (SP) e Camanducaia, no entorno do distrito turístico de Monte Verde (MG), para a comunidade.

Em Caieiras, já é tradicional o passeio ciclístico anual. Os participantes se concentraram em frente a uma construção de 1922, conhecida como prédio do Semaco, logo na entrada da Melhoramentos, em frente à Igreja do Rosário (1917), passam pela avenida Vitor Teixeira da Silva (rua dos Coqueiros), estrada do Monjolinho, e chegam aos antigos fornos de cal da Cia, construção do início do século XVIII. O trajeto todo totaliza 8 km e a comunidade tem a oportunidade de conhecer as construções históricas Cia.

Na fazenda Levantina, em Camanducaia (MG), a empresa cadastra interessados em participar da cata do pinhão, já tradicional nos meses de junho e julho. A atividade, além de tradicional na cidade, é uma importante fonte de renda para a população que colhe o fruto da Araucária e o comercializa in natura, em conserva ou ainda produz pães e doces.

Para garantir a colheita em segurança, a Melhoramentos Florestal exige um cadastro dos interessados no Departamento Patrimonial da empresa. Essas pessoas são orientadas sobre regras de segurança e locais em que é permitido transitar, além disso, menores de idade, não podem participar do programa.

Em parceria com a Municipalidade, a Controlada Melhoramentos Florestal mantém uma escola rural, localizada na Fazenda Levantina, Camanducaia, MG onde atende aproximadamente 210 crianças da comunidade circunvizinha, e desde 1967 já atendeu mais de 8.000 crianças da região, sendo apenas 12% filhos de funcionários. A escola mantém ainda, uma biblioteca com mais de 8 mil títulos.

Palestras sobre meio ambiente, tabagismo e alcoolismo, saúde, higiene, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de acidentes, orientação profissional e psicológica também são realizadas periodicamente nas duas unidades da empresa e abertas às comunidades locais.

Os relatórios de Sustentabilidade da Emissora estão disponíveis no link abaixo:

<https://www.melhoramentos.com.br/sustentabilidade>

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Não foi realizada pela Emissora, nos últimos 3 (três) exercícios aquisição ou alienação ativo relevante.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A Emissora não promoveu alterações significativas na forma de condução de seus negócios.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Fazemos referência ao item 8.1 deste Formulário.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Todas as informações relevantes foram devidamente prestadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Todas as informações relevantes quanto a este tópico foram divulgadas nos itens 9.1 (a), (b) e (c) abaixo.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóveis - Manejo Florestal e atividade imobiliária - R\$ 1.025.726 mil	Brasil	SP		Própria
Ativo Biológico - Florestas plantadas - R\$ 82.155 mil	Brasil	SP		Própria
Máquinas e Instalações industriais - R\$ 115.637 mil	Brasil	MG	Camanducaia	Própria
Imobilizado em andamento, R\$ 2.008 mil	Brasil			Própria
Outros, R\$ 6.535 mil, representam em sua maioria os veículos e móveis	Brasil			Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As marcas e patentes relevantes estão registradas em nome das controladas Editora Melhoramentos e Melhoramentos Florestal.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
CORA LIVROS LTDA	46.280.856/0001-69	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	atividade de Editora em qualquer suporte; edição e a edição integrada a impressão; Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, incluindo livros, jornais e outras publicações; Comércio atacadista de papel e papelão em bruto, bem como de embalagens de papel e papelão, para qualquer uso; o Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria; comércio varejista de CDS, DVDS e outros formatos de áudio e vídeo em geral, gravados ou não; comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios; comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; realização de atividades de apoio à educação, através de apresentação de cursos, treinamentos, seminários, conferências, congressos e capacitação para professores, agentes de ensino e demais interessados; participação em outras sociedades e empresas.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	05/05/2022	10.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
EDITORA MELHORAMENTOS LTDA.	03.796.758/0001-76	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Realiza atividade de editora em qualquer suporte, comércio de artefatos de papel, livros, materiais e serviços educativos e culturais, serviços editoriais e de impressão gráfica, inclusive livros, comercialização de softwares, CDs de áudio, DVDs, VHS, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e celulares.	99,980000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Interesse no desenvolvimento da área editorial.								
ENGELOTE INCORPORAÇÕES & URBANISMO S.A.	18.355.942/0001-58	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empreendimentos imobiliários.	60,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Importante para o desenvolvimento de negocios imobiliários do Conglomerado no município de Caieiras								
JAGUARI LIVROS LTDA	46.023.879/0001-98	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	atividade de Editora em qualquer suporte; edição e a edição integrada a impressão;Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, incluindo livros, jornais e outras publicações;Comércio atacadista de papel e papelão em bruto, bem como de embalagens de papel e papelão, para qualquer uso; o Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria; comércio varejista de CDS, DVDS e outros formatos de áudio e vídeo em geral, gravados ou não; comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios; comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; realização de atividades de apoio à educação, através de apresentação de cursos, treinamentos, seminários, conferencias, congressos e capacitação para professores, agentes de ensino e demais interessados; participação em outras sociedades e empresas.	99,990000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	13/04/2022	10.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

MANGUINHOS EMPREENDEIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	19.862.436/0001-18	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	atividade de Editora em qualquer suporte; edição e a edição integrada a impressão; Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, incluindo livros, jornais e outras publicações; Comércio atacadista de papel e papelão em bruto, bem como de embalagens de papel e papelão, para qualquer uso; o Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria; comércio varejista de CDS, DVDS e outros formatos de áudio e vídeo em geral, gravados ou não; comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios; comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; realização de atividades de apoio à educação, através de apresentação de cursos, treinamentos, seminários, conferências, congressos e capacitação para professores, agentes de ensino e demais interessados; participação em outras sociedades e empresas.	99,990000
--	--------------------	---	------------	--------	----	-----------	--	-----------

				Valor mercado		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Sociedade destinada à realização de negócios imobiliários no grupo econômico.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)		
MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ARBOR LTDA	60.729.621/0001-32	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa não operacional.	99,800000		
Exercício social				Valor contábil - variação %		Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)	
				31/12/2021		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2013	0,00
				31/12/2020		0,000000	0,000000	0,00		
				31/12/2019		0,000000	0,000000	0,00		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
Ativos do grupo alocados nessa empresa.										
MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA.	02.440.482/0001-26	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Silvicultura, florestamento e reflorestamento, em terras próprias ou de terceiros e fabricação de pasta de alto rendimento.	99,990000		
				31/12/2021		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2013	0,00
				31/12/2020		0,000000	0,000000	0,00		
				31/12/2019		0,000000	0,000000	0,00		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação										
Interesse em desenvolver a indústria de fibras de alto rendimento.										

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
MELHORAMENTOS LIVROS LTDA	40.843.165/0001-40	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	atividade de Editora em qualquer suporte; edição e a edição integrada a impressão;Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, incluindo livros, jornais e outras publicações;Comércio atacadista de papel e papelão em bruto, bem como de embalagens de papel e papelão, para qualquer uso; o Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria; comércio varejista de CDS, DVDS e outros formatos de áudio e vídeo em geral, gravados ou não; comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios; comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; realização de atividades de apoio à educação, através de apresentação de cursos, treinamentos, seminários, conferências, congressos e capacitação para professores, agentes de ensino e demais interessados; participação em outras sociedades e empresas.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
MELIUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	19.698.303/0001-58	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	atividade de Editora em qualquer suporte; edição e a edição integrada a impressão; Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, incluindo livros, jornais e outras publicações; Comércio atacadista de papel e papelão em bruto, bem como de embalagens de papel e papelão, para qualquer uso; o Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria; comércio varejista de CDS, DVDS e outros formatos de áudio e vídeo em geral, gravados ou não; comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios; comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; realização de atividades de apoio à educação, através de apresentação de cursos, treinamentos, seminários, conferências, congressos e capacitação para professores, agentes de ensino e demais interessados; participação em outras sociedades e empresas.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade destinada à realização de negócios imobiliários no grupo econômico.								
MELPAPER LTDA.	00.020.540/0001-37	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa não operacional.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	0,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
-								
NOVA CAIEIRAS V EMPREENHIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	24.209.479/0001-39	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Compra e venda de imóveis próprios, aluguel de imóveis próprios, loteamento de imóveis próprios.	99,990000
							Valor mercado	
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00				Valor contábil	
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade destinada à realização de negócios imobiliários no grupo econômico.								
SPACE EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	23.503.890/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Tem como atividade principal compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, administração de bens próprios, bem assim a locação ou cessão de bens imóveis.	99,990000
							Valor mercado	
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00				Valor contábil	
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade destinada à realização de negócios imobiliários no grupo econômico								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Terras Bonsucesso Ltda	01.447.243/0001-35	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	atividade de Editora em qualquer suporte; edição e a edição integrada a impressão;Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, incluindo livros, jornais e outras publicações;Comércio atacadista de papel e papelão em bruto, bem como de embalagens de papel e papelão, para qualquer uso; o Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria; comércio varejista de CDS, DVDS e outros formatos de áudio e vídeo em geral, gravados ou não; comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios; comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; realização de atividades de apoio à educação, através de apresentação de cursos, treinamentos, seminários, conferências, congressos e capacitação para professores, agentes de ensino e demais interessados; participação em outras sociedades e empresas.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	931.504,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Interesse no desenvolvimento da área editorial.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Todas as informações pertinentes a este tópico foram devidamente descritas nos itens acima.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comentário dos Diretores

10.1 Condições Financeiras/Patrimoniais

A. Condições Financeiras e Patrimoniais:

Com base nas demonstrações financeiras de 2021, a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir todas as suas obrigações, bem como para implementar suas estratégias financeiras e desenvolver seus negócios. Importante ressaltar que ainda não é possível mensurar a extensão dos impactos econômicos que a atual pandemia do COVID-19 (Coronavírus) trará ao Brasil e, por consequência, os impactos financeiros e patrimoniais para a Companhia. Todas as medidas cabíveis e possíveis estão sendo tomadas de maneira a preservar a sua liquidez.

B. Estrutura de capital:

A estrutura de capital da Companhia é composta da seguinte forma:

Passivo Circulante:R\$ 73.916 mil.

Passivo não Circulante:R\$ 552.534 mil.

Patrimônio Líquido:R\$ 823.504 mil.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Com base nas demonstrações financeiras de 2021, o perfil do fluxo de caixa da Companhia aponta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus compromissos financeiros.

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A controlada **Melhoramentos Florestal Ltda.** conta com linha de financiamento de investimento (“Finames”) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, mediante repasse do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG e Banco ABC Brasil, bem como linha de financiamento internacional de equipamentos, através do Banco Alemão Helaba (Landesbank Hessen-Thüringen), além de financiamentos com bancos de primeira linha como Bancos Itaú S.A. e Bradesco S.A.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Emissora utilizou no exercício de 2021 como fontes de financiamento, a venda de terrenos gerados por negócios criados através das SPEs (Sociedades de Propósito Específico) através de distribuição de lucro, gerando caixa para garantir as operações em sua atividade de Holding.

Dentro do ano de 2021 foi emitido pela Companhia Melhoramentos um Certificado de Recebível Imobiliário (CRI)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

com objetivo de alongamento e equalização das dívidas de curto prazo e construção de maior capital de giro para o ano de 2022.

F. Níveis de endividamento e suas características:

A Emissora detém empréstimos ou financiamentos, possuindo a seguinte situação de endividamento:

Modalidade	Indexador	Encargos Mensais	Vcto. até	Garantias	Consolidado (R\$ Mil)	
					DEZ-21	DEZ-20
Em moeda estrangeira						
Aquisição de Imobilizado	Taxa de câmbio Euro	0,10%	nov/27	Equipamentos	15.728	32.541
Em moeda nacional						
Desenvolvimento de Projetos	IPCA	0,49%	jan/25	Equipamentos e imóveis	5.637	33.645
Leasing	Pré-fixado	0,75%	jan/23	Computadores	209	-
Capital de Giro	IPCA e CDI	0,57%	out/31	FGI (BNDES), duplicatas, aval, equipamentos, imóveis e operação do CRI	125.009	24.866
Total					146.584	91.051
Circulante					27.915	19.977
Não Circulante					118.669	71.075

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Vide tabela acima.

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Vide tabela acima.

III. Grau de subordinação entre as dívidas:

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existe eventuais restrições impostas pelo emissor.

G. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

O valor dos financiamentos já contratados é de R\$ 146 Milhões, sendo que deste valor R\$ 109 milhões serão pagos até 2027.

H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A receita operacional líquida consolidada do Conglomerado Melhoramentos alcançou no exercício de 2021 o valor de, aproximadamente, R\$ 144,2milhões (R\$ 100,6 milhões em 2020).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 32.513 mil ante um prejuízo de R\$ 54.834 mil no exercício anterior. A persistência da pandemia do Coronavírus durante o ano 2021 trouxe desafios econômicos, financeiros, operacionais, logísticos e a constante necessidade de adaptar nossas práticas de saúde, segurança, meio ambiente e qualidade, mas, com uma estratégia assertiva e o empenho de todos em construir uma Melhoramentos cada vez melhor, apresentamos recorde de receita líquida no primeiro e no quarto trimestre de 2021.

O índice de liquidez corrente da Companhia continua em patamares seguros, fechando em 1,80 em 2021 (1,76 em 2020).

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 Resultado operacional e financeiro

A. Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Receita da Companhia é composta principalmente pela venda de:

- Fibras de Alto Rendimento produzidas a partir de suas Florestas Plantadas e certificadas com o selo FSC 100%. Essas fibras são utilizadas para a produção de papel cartão (utilizado na construção das embalagens de alimentos, remédios, cosméticos e outros), na composição do *tissue* (papel higiênico, guardanapo, papel toalha, etc), assim como na produção de papéis especiais.
- Edição e distribuição de Livros infantis e juvenis, livros *gourmet*, dicionários e livros interativos sob licença de editoras internacionais como Disney, Marvel entre outras. A distribuição se dá pelo varejo físico e eletrônico, no atacado, no mercado de e-books e áudio books, e através de projetos de leitura para o mercado institucional.
- Mercado Imobiliário através do desenvolvimento e comercialização de imóveis de sua propriedade localizados no estado de São Paulo.

Segue abaixo uma tabela informativa sobre a composição da receita da Companhia nos dois últimos anos.

Descrição	Consolidado			
	2021		2020	
Fibras de alto rendimento ¹	109.904	76%	67.061	67%
Editorial	30.605	21%	24.817	25%
Imobiliário	3.664	3%	8.676	9%
Receita Operacional Líquida	144.172	100%	100.554	100%

1) Inclui madeira

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No ano de 2021 as operações da Companhia e suas controladas mostraram forte recuperação. Impulsionadas pela reabertura dos comércios e retomada da economia, foi possível recuperar os volumes de venda. Com

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

trabalho em eficiência operacional, com revisão de processos, redução de custos e contenção de despesas, os resultados tiveram sólida melhora.

B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Na Editora Melhoramentos, com a normalização das atividades comerciais e, principalmente, retomada dos investimentos públicos em ensino, tivemos grande aumento nas vendas institucionais. A receita da Melhoramentos Florestal foi recorde, impulsionada pela recuperação dos volumes e reposicionamento dos preços, acompanhando os movimentos do mercado de papel cartão. No segmento imobiliário, foi um ano com vendas abaixo do esperado, principalmente no segundo semestre, provavelmente também afetada pela taxa Selic, a maior dos últimos anos.

C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

A Companhia e suas controladas possuem fornecedores e empréstimos sujeitos a volatilidade destas taxas de câmbio e, conseqüentemente, reconheceram no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado os impactos por competência contábil.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras

A. Introdução ou alienação de segmento operacional:

A mencionada situação não ocorreu no exercício social encerrado em dezembro de 2021.

B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não aplicável.

C. Eventos ou operações não usuais:

Não aplicável.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 Mudanças práticas contábeis/Ressalvas e ênfases

A. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não houve mudanças nas práticas contábeis. As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os CPC (s), além de estarem em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB - International Accounting Standard Board.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião dos Diretores, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não ocorreram efeitos significativos das alterações em práticas contábeis nas demonstrações financeiras nos últimos três exercícios sociais.

C. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Não houve ressalvas no parecer da auditoria externa para as demonstrações financeiras nos últimos três exercícios sociais.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Não existem políticas contábeis críticas utilizadas para a elaboração dos demonstrativos financeiros da Companhia.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não há itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Não há ativos e passivos *off-balance sheet*.

I. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos:

Não se aplica.

II. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos:

Não se aplica.

III. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços:

Não se aplica.

IV. Contratos de construção não terminada:

Não se aplica.

V. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Não se aplica.

B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Comentários dos diretores sobre os itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações financeiras todas as transações relevantes da qual é parte, ou retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia significativamente.

B. Natureza e o propósito da operação;

Não aplicável.

C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de negócios

A. Investimentos:

I. Investimentos em andamento e investimentos previstos:

Durante 2021 a empresa investiu em governança, na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, em processos que propiciam a exploração de novos mercados e aumento da capacidade produtiva. Destacam-se i) investimento de R\$ 8MM na compra de novos equipamentos para a colheita que, além de trazer maior estabilidade operacional, está contribuindo para a redução dos gastos na operação ; ii) reforma da turbina cinética e do canal para maior eficiência energética, gerando economia de até 15% no consumo de energia elétrica; iii) na Melhoramentos Florestal e Editora Melhoramentos, investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, com análise de tendências, avaliação de mercado e prospecção de clientes; iv) em avaliação a construção de unidade de geração de energia térmica, aproveitando os resíduos gerados na operação florestal e diminuindo a dependência do fornecimento convencional de energia; v) para suportar as operações, proporcionar maior segurança da informação e se preparar para novos negócios, investimentos em transformação digital estão sendo feitos para correção de infraestrutura, automação de processos e atualização de softwares.

Para 2022 a Companhia está focada na sustentabilidade de longo prazo: estão em desenvolvimento investimentos que tragam modernização e automação, desenvolvimento de novos modelos de negócio, melhorias operacionais nos negócios existentes, retorno ao acionista, tudo isso alinhado aos princípios ESG.

II. Fontes de financiamento dos investimentos:

Em 2021 os investimentos no Conglomerado da Companhia Melhoramentos, se concentraram na sua maior parte na controlada **Melhoramentos Florestal Ltda** em suas operações Florestais na melhora de planta Industrial, com o intuito de buscar melhor qualidade na Fibra de alto rendimento, no que se diz respeito ao seu branqueamento, para melhorar na competitividade com o preço da celulose e pulverizar a carteira com novos clientes e também na aquisição de novos maquinários que são fundamentais para a melhora operacional. Foram realizados com capital próprio e linhas de financiamento (“Finames”) junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) através do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.), Banco ABC Brasil, junto ao Banco Bradesco S.A, Banco John Deere e linha de financiamento internacional para equipamentos através do Banco Alemão Helaba (*Landesbank Hessen-Thüringen*).

10.8 - Plano de Negócios

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não houve desinvestimento relevante no exercício social encerrado em dezembro de 2021.

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável.

C. Novos produtos e serviços

I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

As pesquisas em andamento ainda estão em estruturação e avaliação de viabilidade, portanto não foram divulgadas com detalhe. A gestão está focada em estudos que tragam melhorias operacionais e desenvolvimento de novas aplicações para as fibras de alto rendimento, otimização do uso dos recursos florestais de maneira consciente, desenvolvimento imobiliário e novas tecnologias e canais de vendas para a Editora

II. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Os estudos de novos produtos ou modelos de negócios vem sendo realizados em equipes mistas que englobam pessoal próprio e assessores especializados. Na Melhoramentos Florestal foram investidos R\$ 400 mil em consultorias para desenvolvimento de novos produtos. Na Editora Melhoramentos foi investido R\$ 300 mil no estudo de mercado, com o desenho de novos canais e produtos.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados:

Em virtude do aumento da demanda por fibras celulósicas branqueadas, a **controlada Melhoramentos Florestal** tem investido continuamente em melhorias de processos e equipamentos de forma a ampliar a sua capacidade produtiva, de ofertas de produtos e maximizar sua produtividade.

IV. Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10.8 - Plano de Negócios

A maior parte do esforço para o desenvolvimento de novos produtos foi com equipe própria, sendo que os gastos totais não foram relevantes para o resultado.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 Outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa operação

Não ocorreram no exercício social outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 – A Emissora não possui prática de publicação de projeções operacionais e financeiras, o que torna inviável a inclusão de informações neste item.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 – A Emissora não divulgou nos últimos 3 (três) exercícios sociais projeções operacionais e financeiras sobre a evolução de seus indicadores, o que torna inviável a inclusão de informações neste item.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 – Descrição da estrutura administrativa do emissor, nos termos do seu estatuto social:

A administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e executada pela Diretoria, na forma da Lei 6.404/1976 e de seu Estatuto Social.

A. Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração:

O Conselho de Administração é atualmente composto 10 (dez) membros, acionistas ou não, sendo 50% destes independentes, com a denominação de Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato para o triênio 2022 – 2025, podendo ser reeleitos.

Compete ao Conselho de Administração:

- I. Estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. Convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembleia Geral Extraordinária;
- III. Manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- IV. Nomear e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições e remunerações;
- V. Aprovar mudanças na estrutura organizacional da Companhia, no plano de cargos e o orçamento anual de pessoas;
- VI. Acompanhar a gestão dos Diretores, podendo examinar, a qualquer tempo quaisquer livros e documentos, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia e quaisquer outros atos;
- VII. Aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;
- VIII. Propor alteração do Capital Social, criar novas classes de ações preferenciais; aumentar as existentes sem guardar proporção com as demais, não podendo as ações preferenciais ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, consoante o disposto no Par. 2º, do artigo 15, da Lei nº 6.404/76;
- IX. Submeter à Assembleia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício;
- X. Autorizar a alienação de bens do ativo permanente, constituição de ônus reais, prestação de avais, fianças ou de quaisquer outras garantias e a celebração de empréstimos em benefício de terceiros;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- XI.** Escolher e destituir os auditores independentes;
- XII.** Autorizar a compra de ações da Companhia, para sua permanência em tesouraria ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares, em vigor;
- XIII.** Aprovar a constituição e o encerramento das sociedades controladas, diretas ou indiretamente, sociedades coligadas, consórcios, joint ventures e/ou entidades de qualquer natureza, bem como o aumento ou redução de participação direta da Companhia no capital de outras sociedades;
- XIV.** Aprovar os regimentos do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, se houver;
- XV.** Autorizar a emissão, pela Companhia, de quaisquer instrumentos de crédito para captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “comercial papers”, e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e de resgate;
- XVI.** Autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio - TJLP, artigo 9º da Lei nº 9.249/95;
- XVII.** Resolver os casos omissos; e
- XVIII.** Exercer outras atribuições legais.

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio aprovado por deliberação própria, em reunião realizada em 18/02/2022 e publicado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Ainda, o emissor possui apenas 7 (sete) comitês, não estatutários, subordinados e de assessoramento ao Conselho de Administração: **a)** Patrimonial; **b)** Editora; **c)** Fibras e Florestal; **d)** Finanças, Riscos e Sustentabilidade; **e)** Estratégia; **f)** Pessoas, e **g)** Legado & Histórico Cultural.

- B.** A Diretoria é composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração.

A Diretoria, colegiadamente, exercerá as seguintes atribuições:

- I.** Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;
- II.** Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o relatório de administração, o demonstrativo econômico-financeiro do exercício, bem como balancetes, acompanhados

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

do relatório dos auditores independentes, e a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

- III. Preparar anteprojetos de plano de expansão e modernização industrial da Companhia, quando aplicável;
- IV. Submeter ao Conselho de Administração o orçamento geral e os especiais da Companhia, inclusive os reajustes conjunturais, no decurso dos exercícios anual e plurianual a que os mesmos se referirem, bem como o plano estratégico, suas revisões anuais e programas de investimento, cuidando das respectivas execuções;
- V. Propor ao Conselho de Administração a nomeação ou desligamento de administradores ou diretores das empresas controladas;
- VI. Aprovar e modificar organogramas e procedimentos internos;
- VII. Encaminhar ao Conselho de Administração eventuais propostas de alienação de bens do ativo permanente, constituição de ônus reais, prestação de avais, fianças ou de quaisquer outras garantias e a celebração de empréstimos em benefício de terceiros;
- VIII. Propor ao Conselho de Administração a constituição e o encerramento de sociedades controladas, diretas ou indiretamente, sociedades coligadas, consórcios, joint ventures e/ou entidades de qualquer natureza, bem como o aumento ou redução de participação direta da Companhia no capital de outras sociedades;

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

- C. A Emissora não possui Conselho Fiscal instalado e em exercício.
- D. O mecanismo de avaliação da Companhia no que diz respeito à Diretoria e ao Conselho de Administração é feito mensalmente durante reunião conjunta da Diretoria e do Conselho de Administração, cujo objetivo é alinhar e avaliar os resultados da Companhia, e a atuação de cada um de seus membros.

Tal avaliação é realizada de acordo com os objetivos e metas estabelecidos anualmente. Além de aspectos econômicos, as metas da Diretoria incluem desempenho ambiental e social.

Os resultados são utilizados para mapear novas oportunidades de atuação específica, e geral, para cada membro da Diretoria e do Conselho de Administração, de modo a potencializar sua contribuição para cada órgão, favorecendo assim a busca e concretização de novos negócios para a Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Não houve a contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 – Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais:

A. Prazos de convocação: As Assembleias Gerais são convocadas com pelo menos 21 (vinte e um) dias corridos de antecedência em primeira convocação e com oito dias corridos de antecedência quando da segunda convocação.

Assim, a Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária.

B. Competências: Compete à Assembleia Geral, em caráter ordinário:

- I. Tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- II. Eleger o Conselho Fiscal, quando for o caso;
- III. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso, fixar a remuneração dos administradores.

Assim, a Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária.

C. Endereços nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estão à disposição dos acionistas para análise:

- **Endereço físico:** Rua Tito, 479 – 2º andar, Vila Romana, São Paulo, Capital.
- **Endereço eletrônico:**
 - <http://www.melhoramentos.com.br>
 - <http://www.cvm.gov.br>
 - <http://www.b3.com.br>

D. Identificação e administração de conflitos de interesses: A Companhia observa todas as regras de conflito de interesses previstas na Lei nº. 6.404/76, em especial em seu artigo 115. Adicionalmente, a Companhia conta com uma Política Relativa à Conflito de Interesses que inclui o preenchimento anual, por todos os colaboradores, de um questionário sobre conflitos de interesses, que é submetido à divisão de Recursos Humanos, responsável por auxiliar a aplicação desta Política, além de seu Código de Ética e Conduta.

E. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto: A administração da Companhia solicita que as procurações sejam depositadas na sede da Companhia com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência das assembleias, virtuais, semipresencial ou presencial, mas não impede a participação de procurador que se faça representar adequadamente no dia do evento, quando realizado de modo presencial ou semipresencial.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

F. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas:

A Companhia exige instrumento de mandato público ou particular com firma reconhecida, sendo aceitas procurações outorgadas por meio eletrônico, devidamente certificadas nos termos da legislação aplicável.

O acionista pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº. 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

O acionista pessoa jurídica poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº. 6.404/76 e consoante a orientação do Ofício-Circular Anual 2022 CVM/SEP, por seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Dessa forma, no caso de acionistas pessoas jurídicas, não há necessidade de esse procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

G. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização.

Desde 2018, a Companhia adotou a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto a distância, nos termos da regulamentação em vigor.

Conforme previsto nos artigos 21 - A e seguintes da Instrução CVM nº 481/09, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, nas hipóteses previstas na Instrução CVM nº 481/09, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da assembleia mediante o preenchimento e envio do boletim de voto a distância ("Boletim"), que constará anexo ao Manual da respectiva Assembleia.

O Boletim deverá:

- ser acessado, para impressão e preenchimento prévios, por meio de links previamente indicados no Manual da respectiva Assembleia; e
- ser enviado pelo acionista e recebido pela Companhia no prazo de até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia. Eventuais boletins de voto recebidos após essa data serão desconsiderados.

Encerrado o prazo de votação a distância, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na respectiva assembleia, presencialmente, virtualmente, ou por meio de procurador regularmente constituído, mediante solicitação específica de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação.

Para aceitação do referido Boletim, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos:

- via original do Boletim devidamente preenchido, rubricado (todas as páginas) e assinado, observado que a Companhia não exige o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro nem a notariação daqueles emitidos fora do país;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoas físicas

- documento de identidade oficial válido, com foto do acionista, emitido por órgão público, revestido de fé pública.

Pessoas jurídicas

- documentos comprobatórios de representação, incluindo os atos constitutivos e a ata de eleição dos administradores, e, no caso de fundo de investimento, cópia autenticada (i) do regulamento do fundo em vigor, (ii) do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e (iii) da ata de eleição dos respectivos administradores. Caso tais documentos estejam em língua estrangeira, deverão ser vertidos para o português por tradutor juramentado, não sendo necessária a notarização e a consularização dos mesmos.
- documento de identidade oficial válido, com foto do representante legal, emitido por órgão público, revestido de fé pública.

Os documentos deverão ser encaminhados para o seguinte endereço postal:

A/C: Companhia Melhoramentos de São Paulo - Diretoria de Relações com Investidores
Rua Tito, 479, 2º andar – Vila Romana
CEP: 05051-000 – São Paulo/SP.

É indispensável que a Companhia receba a via original (física) do Boletim e a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente pelo acionista, no prazo mínimo de até 7 (sete) dias antes da data de realização da respectiva Assembleia no endereço indicado acima.

Em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim e dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado por ele no Boletim, acerca de seu recebimento e de sua aceitação.

Caso o Boletim não esteja regularmente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, este será desconsiderado e tal fato será informado ao acionista por meio de comunicado digital enviado para o endereço eletrônico indicado no Boletim, no qual constará a necessidade de reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa final de votação da Companhia a última instrução de voto recebida pela Companhia, independente da ordem de envio pelo acionista.

Caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa final de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21 - W, §2º da Instrução CVM nº 481/09.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia ressalta que:

- não serão considerados, para fins de cômputo dos votos, os Boletins enviados por acionistas que não sejam elegíveis para votar na Assembleia ou na respectiva deliberação;
- para fins de cômputo dos votos serão consideradas apenas as ações de titularidade de cada acionista na data de realização da respectiva Assembleia, independente da data de envio do Boletim, sendo que, caso o acionista aliene ações entre a data de envio do Boletim e a data de realização da Assembleia, os votos relacionados às ações alienadas serão desconsiderados; e
- a instrução de voto proveniente de determinado CPF ou CNPJ será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo escriturador, na data da Assembleia. A Emissora não mantém nenhum tipo de fórum ou página na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

H. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância, através do encaminhamento para o e-mail institucional assembleia@melhoramentos.com.br, sendo necessário o encaminhamento do original, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, conforme indicado no item g. acima.

Quando realizada a assembleia de forma virtual ou semipresencial, a Emissora disponibiliza ao acionistas, previamente cadastrado, acesso e participação à distância, através de sistema eletrônico de videoconferência, onde lhe é permitido acessar, participar, votar e interagir de maneira totalmente virtual, com a gravação integral da assembleia e registro das manifestações.

Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias: A Companhia não transmite ao vivo ou por vídeo ou áudio as assembleias, apenas confere acesso aos acionistas previamente cadastrados, disponibilizando, posteriormente, em seu site, a gravação da assembleia, em sua integralidade.

I. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

Nos termos do Artigo 21-L da Instrução CVM nº 481/09, alterada pela Instrução CVM nº 561/15, é facultado aos acionistas incluir nos boletins de voto a distância disponibilizados por ocasião de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias (a) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da companhia; e (b) propostas de deliberação.

A inclusão de candidatos e propostas deverá observar os percentuais de composição acionária previstos, respectivamente, nos Anexos 21-L-I e 21-L-II, da Instrução CVM nº 481/09, com base no capital social da Companhia informado no item 17.1 deste Formulário de Referência.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Caso o acionista que cumpra o requisito exposto nos parágrafos anteriores queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no Boletim deverá apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço disposto no item 12.2. G. acima, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico assembleia@melhoramentos.com.br, nos prazos e demais condições estabelecidas pela regulamentação vigente.

A Companhia não adota prática diferenciada sobre o tema em relação ao previsto na regulamentação expedida pela CVM.

J. Fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

A Companhia não possui nenhum tipo de fórum ou página na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

K. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3– Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração:

- A. Frequência das reuniões:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração se reúnem em caráter ordinário duas vezes por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando for convocado pelo (a) Presidente ou pela maioria dos Conselheiros, com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta) por cento de seus membros eleitos. Não obstante a previsão Estatutária, o Conselho de Administração tem realizado reuniões mensais.
- B.** Não existe acordo de acionistas ou quaisquer disposições, de conhecimento da Companhia, que gerem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho
- C. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:** A Companhia observa e faz com que os seus acionistas observem as disposições da Lei nº. 6.404/76, no que tange a eventos de conflito de interesse. Adicionalmente, a Companhia conta com seu Programa de integridade, o qual contém política para conflito de interesses, além de seu Código de Ética e Conduta, que inclui o preenchimento anual, por todos os colaboradores, de um questionário sobre conflitos de interesses, que é submetido à divisão de Recursos Humanos, responsável por auxiliar na aplicação desta Política.
- D. Política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.**
O Emissor não possui tal política prevista.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 – A emissora não possui a cláusula compromissória inserida em seu Estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Karin Cibele Leal Neves 278.457.528-43	07/03/1979 Advogada	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretora Jurídica, Sustentabilidade e de Pessoas	28/04/2023 28/04/2023	Biênio 2023 - 2025 Sim	2 0.00%
Rafael Gibini 283.632.988-24	14/06/1979 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	28/04/2023 28/04/2023	Biênio 2023 - 2025 Sim	2 0.00%
Carolina Alvim Guedes Alcoforado 323.732.308-01	09/01/1987 Economista	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretora de Operações	28/04/2023 28/04/2023	Biênio 2023 - 2025 Sim	2 0.00%
Thomas Meyer 206.098.368-11	06/06/1974 Gestor em Planejamento de Marketing e Vendas	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor da Unidade de Negócios de Fibras	28/04/2023 28/04/2023	Biênio 2023 - 2025 Sim	2 0.00%
Marcelo Renaux Willer 536.351.329-34	29/10/1962 Arquiteto	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2022 29/04/2022	Triênio 2022 - 2025 Sim	0 0.00%
Walter Weiszflog 086.453.378-00	04/11/1945 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022 29/04/2022	Triênio 2022 - 2025 Sim	8 0.00%
Tilo Plöger 148.407.218-90	19/10/1967 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022 29/04/2022	Triênio 2022 - 2025 Sim	2 0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Paula Weiszflog	02/01/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Triênio 2022 - 2025	0
263.938.548-80	Administradora de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	0.00%
Thibaud Lecuyer	14/07/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Triênio 2022 - 2025	2
061.259.897-71	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2022	Sim	0.00%
Paulo Renato Ferreira Velloso	26/02/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Triênio 2022 - 2025	8
007.665.338-24	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	0.00%
Ingo Plöger	11/10/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Triênio 2022 - 2025	8
754.500.708-53	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2022	Sim	0.00%
Hélio Lima Magalhães	29/12/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Triênio 2022 - 2025	2
344.224.557-53	Engenheiro	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	29/04/2022	Sim	0.00%
Marcio Guedes Pereira Junior	25/10/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Triênio 2022 - 2025	2
050.958.058-04	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2022	Sim	0.00%
Andiara Pedrosa Petterle	01/12/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2022	Triênio 2022 - 2025	2

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
846.938.941-68	Publicitária	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	29/04/2022	Sim	0.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Karin Cibele Leal Neves - 278.457.528-43

Graduada em Direito pela FMU e especialização em Direito de Contratos, Direito Societário e Direito Tributário, possui mais de 18 anos de experiência em departamentos jurídicos de empresas de grande porte, entre elas Citibank, Pfizer e Caloi.

Rafael Gibini - 283.632.988-24

Graduado em administração de empresas com MBA em estratégia pela Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP e possui mais de 25 anos de experiência no mercado, onde atuou como Diretor de Estratégia no Grupo ZAP Viva Real e acumulou experiência em grandes corporações como Deloitte, Everis, Integration Consulting e Grupo Suzano.

Carolina Alvim Guedes Alcoforado - 323.732.308-01

Economista formada pela USP, com MBA executivo pela FDC. Com experiência em avaliação econômico-financeira de investimentos em infraestrutura, desenvolvimento de projetos, gestão de ativos e atuação em conselho de administração em empresas como Andrade Gutierrez Concessões, Cemig e Liq Corp.

Thomas Meyer - 206.098.368-11

Graduado em Relações Públicas pela FAAP, Marketing pela Universidade Anhembi Morumbi e desenvolveu sua carreira como executivo comercial e de operações em grandes empresas do setor de Papel e Celulose como o Grupo Formitex, Celucat, Labate e Suzano.

Marcelo Renaux Willer - 536.351.329-34

01. Nome da empresa: Artesano Urbanismo S.A.. Cargo: Sócio-Acionista, Diretor e Membro do CA; 02. Nome da empresa: Alea S.A. Cargo: Presidente do Conselho de Administração 03. Nome da Empresa: Ark Desenho Urbano, Cargo: Sócio Fundador. Além disso, foi CEO e Presidente do Conselho de Administração da Alphaville Urbanismo S.A.

Walter Weiszflog - 086.453.378-00

01. Nome da empresa: Editora Melhoramentos Ltda. Cargo: Diretor Editorial 02. Nome da empresa: Cia Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro do Conselho de Administração 03. Nome da Empresa: Melhoramentos Florestal LTDA. Cargo: Diretor

Tilo Plöger - 148.407.218-90

Formado em química pela Universidade de Darmstadt, com MBA pela Universidade de Munique. Com vasta experiência em gestão, atuou como Diretor Geral, sendo responsável por gestão da operação e estratégia e mercados internacionais. Atualmente o conselheiro atua como CEO da Aynio, empresa alemã de cosméticos veganos.

Paula Weiszflog - 263.938.548-80

01. Nome da empresa: Melhoramentos de São Paulo Cargo: VP da Sala de Acionistas 02. Nome da empresa: Instituto Singularidades. Cargo: Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento. 03. Nome da Empresa: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Cargo: Gerente de Programas.

Thibaud Lecuyer - 061.259.897-71

01. Cia. Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro do Conselho de Administração; 02. Dafiti Group Cargo: Sócio-fundador; 03. Loggi Cargo: CFO. Conselheiro independente, indicado e selecionado através de consultoria externa, realizada por empresa contratada.

Paulo Renato Ferreira Velloso - 007.665.338-24

01. Nome da empresa: Cia Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro do Conselho de Administração 02. Nome da empresa: Velloso Filho e Cia. Ltda. Cargo: Diretor Executivo Funções inerentes: Direção geral dos negócios.

Ingo Plöger - 754.500.708-53

01. Nome da empresa: Cia Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro do Conselho de Administração.02. Nome da empresa: IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional Ltda. Cargo: Presidente 03. Nome da empresa: Robert Bosch da América Latina Cargo: Presidente do Conselho Consultivo. 04. Nome da empresa: Robert Bosch Industrietreuhand KG. Cargo: Membro do Conselho Consultivo 05. Nome da empresa: Investe SP - Agencia Paulista de Promoção de Investimento de Competitividade Cargo: Membro do Conselho. 06. Nome da Empresa: Conselho Empresarial da América Latina – CEAL Cargo: Membro do Conselho 07. Empresa: Fresenius Kabi Cargo: Membro do Conselho.

Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53

01. Cia Melhoramentos de São Paulo Cargo: Presidente do Conselho de Administração. 02. Evoltz Participações S.A.: Presidente Conselho de Administração; 03. Spinet Bank Participações S.A., Presidente Conselho de Administração; 04. Banco de Crédito do Perú - Lima / Perú Cargo: Membro do Conselho de Administração; 05. Valor Latitude Acquisition Corp - New York / US; Cargo: Membro do Conselho de Administração; 06. Enphys Acquisition Corp - New York / US, Cargo: Membro do Conselho de Administração; 07. AXS Energia Cargo: Conselheiro Consultivo; 08. Ontario Teachers Pension Plan - Ontário / Canada, Cargo: Senior Advisor; 09. Camara Americana de Comércio do Brasil AMCHAM, Cargo: Membro do Conselho de Administração; 10. Fundação Cultural do Exército Brasileiro FUNCEB, Cargo: Conselheiro Conselho Curador

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

01 . Cia. Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro do Conselho de Administração. 02. Conselheiro de Administração - Indústrias Romi; 03. Conselheiro de Administração - Ourofino; 04. Conselheiro de Administração – JBS

Andiara Pedrosa Petterle - 846.938.941-68

01. Cia Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro Conselho de Administração; 02. Grupo RBS Cargo: Vice-presidente de Produto e Operações do Grupo RBS; 03. e.Bricks Digital Cargo: Diretora-executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios; 04. Predicta Cargo: CEO. Conselheira independente, indicada e selecionada através de consultoria externa, realizada por empresa contratada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Karin Cibele Leal Neves - 278.457.528-43	
N/A	
Rafael Gibini - 283.632.988-24	
N/A	
Carolina Alvim Guedes Alcoforado - 323.732.308-01	
N/A	
Thomas Meyer - 206.098.368-11	
N/A	
Marcelo Renaux Willer - 536.351.329-34	
N/A	
Walter Weiszflog - 086.453.378-00	
Processos Administrativos	Sofreu condenação no PAS CVM RJ nº 2016/4426 e no PAS CVM RJ nº 2017/3871. Em virtude de tais condenações, e nos termos das decisões proferidas, foi imposta a pena de multa pecuniária individualizada.
Tilo Plöger - 148.407.218-90	
N/A	
Paula Weiszflog - 263.938.548-80	
N/A	

Thibaud Lecuyer - 061.259.897-71

N/A

Paulo Renato Ferreira Velloso - 007.665.338-24

N/A

Ingo Plöger - 754.500.708-53

Processos Administrativos

Sofreu condenação no PAS CVM RJ nº 2016/4426 e no PAS CVM RJ nº 2017/3871. Em virtude de tais condenações, e nos termos das decisões proferidas, foi imposta a pena de multa pecuniária individualizada.

Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53

N/A

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

N/A

Andiara Pedroso Petterle - 846.938.941-68

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Ingo Plöger	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/10/1949	26/04/2019	trimestral
754.500.708-53	Comitê de Finanças, Riscos e Sustentabilidade	Empresário		26/04/2019	0	0.00%
Hélio Lima Magalhães	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/12/1951	26/04/2019	trimestral
344.224.557-53	Comitê de Estratégia	Engenheiro		26/04/2019	0	0.00%
Hélio Lima Magalhães	Outros Comitês		Presidente do Comitê	29/12/1951	26/04/2019	trimestral
344.224.557-53	Comitê de Pessoas	Engenheiro		26/04/2019	0	0.00%
Ingo Plöger	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/10/1949	26/04/2019	trimestral
754.500.708-53	Comitê de Editora	Empresário		26/04/2019	0	0.00%
Ingo Plöger	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/10/1949	26/04/2019	trimestral
754.500.708-53	Comitê de Fibras e Florestal	Empresário		26/04/2019	0	0.00%
Thibaud Lecuyer	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/07/1980	22/06/2020	trimestral
061.259.897-71	Comitê de Estratégia	Administrador de Empresas		22/06/2020	0	0.00%
Ingo Plöger	Outros Comitês		Presidente do Comitê	11/10/1949	26/04/2019	trimestral
754.500.708-53	Comitê de Legado & Histórico Cultural	Empresário		26/04/2019	0	0.00%
Thibaud Lecuyer	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/07/1980	22/06/2020	trimestral
061.259.897-71	Comitê Patrimonial	Administrador de Empresas		22/06/2020	0	0.00%
Tilo Plöger	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/10/1967	22/06/2020	trimestral

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
148.407.218-90	Comitê de Fibras e Florestal	Empresário		22/06/2020	0	0.00%
Tilo Plöger	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/10/1967	22/06/2020	trimestral
148.407.218-90	Comitê de Estratégia	Empresário		22/06/2020	0	0.00%
Tilo Plöger	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/10/1967	22/06/2020	trimestral
148.407.218-90	Comitê de Editora	Empresário		22/06/2020	0	0.00%
Marcio Guedes Pereira Junior	Outros Comitês		Presidente do Comitê	25/10/1961	26/04/2019	trimestral
050.958.058-04	Comitê de Editora	Administrador de Empresas		26/04/2019	0	0.00%
Marcio Guedes Pereira Junior	Outros Comitês		Presidente do Comitê	25/10/1961	26/04/2019	trimestral
050.958.058-04	Comitê de Fibras e Florestal	Administrador de Empresas		26/04/2019	0	0.00%
Marcio Guedes Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1961	26/04/2019	trimestral
050.958.058-04	Comitê de Pessoas	Administrador de Empresas		26/04/2019	0	0.00%
Paulo Renato Ferreira Velloso	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/02/1954	26/04/2019	trimestral
007.665.338-24	Comitê Patrimonial	Advogado		26/04/2019	0	0.00%
Marcio Guedes Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1961	26/04/2019	trimestral
050.958.058-04	Comitê de Estratégia	Administrador de Empresas		26/04/2019	0	0.00%
Paulo Renato Ferreira Velloso	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/02/1954	26/04/2019	trimestral
007.665.338-24	Comitê de Editora	Advogado		26/04/2019	0	0.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Paulo Renato Ferreira Velloso 007.665.338-24	Outros Comitês Comitê de Legado & Histórico Cultural	Advogado	Membro do Comitê (Efetivo)	26/02/1954 26/04/2019	26/04/2019 0	trimestral 0.00%
Hélio Lima Magalhães 344.224.557-53	Outros Comitês Comitê de Estratégia	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	29/12/1951 26/04/2019	26/04/2019 0	trimestral 0.00%
Walter Weiszflog 086.453.378-00	Outros Comitês Comitê de Editora	Advogado	Membro do Comitê (Efetivo)	04/11/1945 26/04/2019	26/04/2019 0	trimestral 0.00%
Walter Weiszflog 086.453.378-00	Outros Comitês Comitê de Legado & Histórico Cultural	Advogado	Membro do Comitê (Efetivo)	04/11/1945 26/04/2019	26/04/2019 0	trimestral 0.00%
Marcio Guedes Pereira Junior 050.958.058-04	Outros Comitês Comitê de Pessoas	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1961 26/04/2019	26/04/2019 0	trimestral 0.00%
Walter Weiszflog 086.453.378-00	Outros Comitês Comitê de Estratégia	Advogado	Membro do Comitê (Efetivo)	04/11/1945 26/04/2019	26/04/2019 0	trimestral 0.00%
Thibaud Lecuyer 061.259.897-71	Outros Comitês Comitê de Estratégia	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	14/07/1980 22/06/2020	22/06/2020 0	trimestral 0.00%
Hélio Lima Magalhães 344.224.557-53	Outros Comitês Comitê de Finanças, Riscos e Sustentabilidade	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	29/12/1951 26/04/2019	26/04/2019 0	trimestral 0.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Ingo Plöger - 754.500.708-53

Ingo Plöger - 754.500.708-53

Ingo Plöger - 754.500.708-53

Ingo Plöger - 754.500.708-53

01. Nome da empresa: Cia Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro do Conselho de Administração.02. Nome da empresa: IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional Ltda. Cargo: Presidente 03. Nome da empresa: Robert Bosch da América Latina Cargo: Presidente do Conselho Consultivo. 04. Nome da empresa: Robert Bosch Industrietreuhand KG. Cargo: Membro do Conselho Consultivo 05. Nome da empresa: Investe SP - Agencia Paulista de Promoção de Investimento de Competitividade Cargo: Membro do Conselho. 06. Nome da Empresa: Conselho Empresarial da América Latina – CEAL Cargo: Membro do Conselho 07. Empresa: Fresenius Kabi Cargo: Membro do Conselho.

Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53

Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53

Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53

Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53

01. Cia Melhoramentos de São Paulo Cargo: Presidente do Conselho de Administração. 02. Evoltz Participações S.A.: Presidente Conselho de Administração; 03. Spinet Bank Participações S.A., Presidente Conselho de Administração; 04. Banco de Crédito do Perú - Lima / Perú Cargo: Membro do Conselho de Administração; 05. Valor Latitude Acquisition Corp - New York / US; Cargo: Membro do Conselho de Administração; 06. Enphys Acquisition Corp - New York / US, Cargo: Membro do Conselho de Administração; 07. AXS Energia Cargo: Conselheiro Consultivo; 08. Ontario Teachers Pension Plan - Ontário / Canada, Cargo: Senior Advisor; 09. Camara Americana de Comércio do Brasil AMCHAM, Cargo: Membro do Conselho de Administração; 10. Fundação Cultural do Exército Brasileiro FUNCEB, Cargo: Conselheiro Conselho Curador

Thibaud Lecuyer - 061.259.897-71

Thibaud Lecuyer - 061.259.897-71

Thibaud Lecuyer - 061.259.897-71

01 . Cia. Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro do Conselho de Administração; 02. Dafiti Group Cargo: Sócio-fundador; 03. Loggi Cargo: CFO. Conselheiro independente, indicado e selecionado através de consultoria externa, realizada por empresa contratada.

Tilo Plöger - 148.407.218-90

Tilo Plöger - 148.407.218-90

Tilo Plöger - 148.407.218-90

Formado em química pela Universidade de Darmstadt, com MBA pela Universidade de Munique. Com vasta experiência em gestão, atuou como Diretor Geral, sendo responsável por gestão da operação e estratégia e mercados internacionais. Atualmente o conselheiro atua como CEO da Aynio, empresa alemã de cosméticos veganos.

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

01 . Cia. Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro do Conselho de Administração. 02. Conselheiro de Administração - Indústrias Romi; 03. Conselheiro de Administração - Ourofino; 04. Conselheiro de Administração – JBS

Paulo Renato Ferreira Velloso - 007.665.338-24

Paulo Renato Ferreira Velloso - 007.665.338-24

Paulo Renato Ferreira Velloso - 007.665.338-24

01. Nome da empresa: Cia Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro do Conselho de Administração 02. Nome da empresa: Velloso Filho e Cia. Ltda. Cargo: Diretor Executivo Funções inerentes: Direção geral dos negócios.

Walter Weiszflog - 086.453.378-00

Walter Weiszflog - 086.453.378-00

Walter Weiszflog - 086.453.378-00

01. Nome da empresa: Editora Melhoramentos Ltda. Cargo: Diretor Editorial 02. Nome da empresa: Cia Melhoramentos de São Paulo Cargo: Membro do Conselho de Administração 03. Nome da Empresa: Melhoramentos Florestal LTDA. Cargo: Diretor

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ingo Plöger - 754.500.708-53	
Ingo Plöger - 754.500.708-53	
Processos Administrativos	Sofreu condenação no PAS CVM RJ nº 2016/4426 e no PAS CVM RJ nº 2017/3871. Em virtude de tais condenações, e nos termos das decisões proferidas, foi imposta a pena de multa pecuniária individualizada.
Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53	
Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53	
Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53	
Hélio Lima Magalhães - 344.224.557-53	
N/A	
Ingo Plöger - 754.500.708-53	
Ingo Plöger - 754.500.708-53	
N/A	
Thibaud Lecuyer - 061.259.897-71	
Thibaud Lecuyer - 061.259.897-71	
Thibaud Lecuyer - 061.259.897-71	
N/A	
Tilo Plöger - 148.407.218-90	
Tilo Plöger - 148.407.218-90	
Tilo Plöger - 148.407.218-90	
N/A	
Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04	
Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04	
Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04	
Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04	
Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04	
N/A	

Paulo Renato Ferreira Velloso - 007.665.338-24

Paulo Renato Ferreira Velloso - 007.665.338-24

Paulo Renato Ferreira Velloso - 007.665.338-24

N/A

Walter Weiszflog - 086.453.378-00

Walter Weiszflog - 086.453.378-00

Processos Administrativos

Sofreu condenação no PAS CVM RJ nº 2016/4426 e no PAS CVM RJ nº 2017/3871. Em virtude de tais condenações, e nos termos das decisões proferidas, foi imposta a pena de multa pecuniária individualizada.

Walter Weiszflog - 086.453.378-00

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Paula Weiszflog	263.938.548-80	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	60.730.348/0001-66	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alfredo Weiszflog	000.773.998-20	HDW AGRO PEC E PARTICIP LTDA	59.704.775/0001-90	
Quostista				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Tilo Plöger	148.407.218-90	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	60.730.348/0001-66	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Martina Plöger	148.406.758-48	ERGELA PARTICIPACOES LTDA	22.725.643/0001-35	
Quostista				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Tilo Plöger	148.407.218-90	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	60.730.348/0001-66	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
PETER PLÖGER	148.406.798-35	ETROS PARTICIPACOES EIRELI	22.725.810/0001-48	
Quostista				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Paula Weiszflog	263.938.548-80	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	60.730.348/0001-66	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração				
Pessoa relacionada				
BRUNO WEISZFLOG	170.813.288-06	BRUPAN PARTICIPACOES LTDA	62.929.997/0001-16	
Quotista				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Paula Weiszflog	263.938.548-80	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	60.730.348/0001-66	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração				
Pessoa relacionada				
ANDRÉ WEISZFLOG	294.195.258-64	BRUPAN PARTICIPACOES LTDA	62.929.997/0001-16	
Quotista				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo Renato Ferreira Velloso	007.665.338-24	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	60.730.348/0001-66	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
Conselheiro de Administração				
Pessoa relacionada				
Ana Maria de Moraes Velloso	007.374.348-80	COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	60.730.348/0001-66	
Acionista Controladora				
Observação				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021Administrador do Emissor

Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
--------------------------	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

MANGUINHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Diretor	19.862.436/0001-18		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
-------------------------------------	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

MANGUINHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Diretora	19.862.436/0001-18		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

MANGUINHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Diretora	19.862.436/0001-18		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ARBOR LTDA Diretor	60.729.621/0001-32		
Observação			

Administrador do Emissor			
Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ARBOR LTDA Diretora	60.729.621/0001-32		
Observação			

Administrador do Emissor			
Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ARBOR LTDA Diretora	60.729.621/0001-32		
Observação			

Administrador do Emissor			
Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA. Diretor	02.440.482/0001-26		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Thomas Meyer Diretor	206.098.368-11	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA. Diretor	02.440.482/0001-26		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA. Diretora	02.440.482/0001-26		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA. Diretora	02.440.482/0001-26		
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
--------------------------	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

MELIUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Diretor	19.698.303/0001-58		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
-------------------------------------	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

MELIUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Diretora	19.698.303/0001-58		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

MELIUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Diretora	19.698.303/0001-58		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Rafael Gibini	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
---------------	----------------	--------------	-------------------

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor			
Pessoa Relacionada MELPAPER LTDA.	00.020.540/0001-37		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Karin Cibele Leal Neves	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Diretora			
Pessoa Relacionada MELPAPER LTDA.	00.020.540/0001-37		
Diretora			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Carolina Alvim Guedes Alcoforado	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
Diretora			
Pessoa Relacionada MELPAPER LTDA.	00.020.540/0001-37		
Diretora			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Rafael Gibini	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada NOVA CAIEIRAS V EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	24.209.479/0001-39		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada NOVA CAIEIRAS V EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Diretora Observação	24.209.479/0001-39		
<hr/>			
Administrador do Emissor Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada NOVA CAIEIRAS V EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Diretora Observação	24.209.479/0001-39		
<hr/>			
Administrador do Emissor Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada SPACE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Diretor Observação	23.503.890/0001-50		
<hr/>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPACE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Diretora	23.503.890/0001-50		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SPACE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Diretora	23.503.890/0001-50		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Terras Bonsucesso Ltda Diretor	01.447.243/0001-35		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Terras Bonsucesso Ltda Diretora	01.447.243/0001-35		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Terras Bonsucesso Ltda Diretora	01.447.243/0001-35		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
EDITORA MELHORAMENTOS LTDA. Diretor	03.796.758/0001-76		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
EDITORA MELHORAMENTOS LTDA. Diretora	03.796.758/0001-76		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
--------------------------	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO LIVRARIAS LTDA Diretor	60.730.108/0001-61		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
-------------------------------------	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO LIVRARIAS LTDA Diretora	60.730.108/0001-61		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
--------------------------	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

MELHORAMENTOS LIVROS LTDA Diretor	40.843.165/0001-40		
--------------------------------------	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
MELHORAMENTOS LIVROS LTDA Diretora	40.843.165/0001-40		
Observação			

Administrador do Emissor			
Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CORA LIVROS LTDA Diretor	46.280.856/0001-69		
Observação			

Administrador do Emissor			
Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
CORA LIVROS LTDA Diretora	46.280.856/0001-69		
Observação			

Administrador do Emissor			
Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função

JAGUARI LIVROS LTDA

46.023.879/0001-98

Diretor

Observação**Administrador do Emissor**

Karin Cibele Leal Neves

278.457.528-43

Subordinação

Controlada Direta

Diretora

Pessoa Relacionada

JAGUARI LIVROS LTDA

46.023.879/0001-98

Diretora

Observação**Exercício Social 31/12/2020****Administrador do Emissor**

Rafael Gibini

283.632.988-24

Subordinação

Controlada Direta

Diretor

Pessoa Relacionada

MANGUINHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

19.862.436/0001-18

Diretor

Observação**Administrador do Emissor**

Karin Cibele Leal Neves

278.457.528-43

Subordinação

Controlada Direta

Diretora

Pessoa Relacionada

MANGUINHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

19.862.436/0001-18

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretora Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada MANGUINHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Diretora Observação	19.862.436/0001-18		
<hr/>			
Administrador do Emissor Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ARBOR LTDA Diretor Observação	60.729.621/0001-32		
<hr/>			
Administrador do Emissor Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ARBOR LTDA Diretora Observação	60.729.621/0001-32		
<hr/>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ARBOR LTDA Diretora	60.729.621/0001-32		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA. Diretor	02.440.482/0001-26		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Thomas Meyer Diretor	206.098.368-11	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA. Diretor	02.440.482/0001-26		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA. Diretora	02.440.482/0001-26		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHORAMENTOS FLORESTAL LTDA. Diretora	02.440.482/0001-26		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELIUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Diretor	19.698.303/0001-58		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELIUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Diretora	19.698.303/0001-58		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Carolina Alvim Guedes Alcoforado
Diretora

323.732.308-01

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

MELIUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Diretora

19.698.303/0001-58

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Rafael Gibini
Diretor

283.632.988-24

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

MELPAPER LTDA.
Diretor

00.020.540/0001-37

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Karin Cibele Leal Neves
Diretora

278.457.528-43

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

MELPAPER LTDA.
Diretora

00.020.540/0001-37

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada MELPAPER LTDA. Diretora	00.020.540/0001-37		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada NOVA CAIEIRAS V EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Diretor	24.209.479/0001-39		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada NOVA CAIEIRAS V EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Diretora	24.209.479/0001-39		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
NOVA CAIEIRAS V EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Diretora	24.209.479/0001-39		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Rafael Gibini Diretor	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPACE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Diretor	23.503.890/0001-50		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Karin Cibele Leal Neves Diretora	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPACE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Diretora	23.503.890/0001-50		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Carolina Alvim Guedes Alcoforado Diretora	323.732.308-01	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPACE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Diretora	23.503.890/0001-50		
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do EmissorRafael Gibini
Diretor

283.632.988-24

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa RelacionadaTerras Bonsucesso Ltda
Diretor

01.447.243/0001-35

ObservaçãoAdministrador do EmissorKarin Cibele Leal Neves
Diretora

278.457.528-43

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa RelacionadaTerras Bonsucesso Ltda
Diretora

01.447.243/0001-35

ObservaçãoAdministrador do EmissorCarolina Alvim Guedes Alcoforado
Diretora

323.732.308-01

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa RelacionadaTerras Bonsucesso Ltda
Diretora

01.447.243/0001-35

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Rafael Gibini

283.632.988-24

Subordinação

Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor			
Pessoa Relacionada EDITORA MELHORAMENTOS LTDA.	03.796.758/0001-76		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Karin Cibele Leal Neves	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Diretora			
Pessoa Relacionada EDITORA MELHORAMENTOS LTDA.	03.796.758/0001-76		
Diretora			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Rafael Gibini	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO LIVRARIAS LTDA	60.730.108/0001-61		
Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Karin Cibele Leal Neves	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Diretora			
Pessoa Relacionada MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO LIVRARIAS LTDA	60.730.108/0001-61		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretora			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rafael Gibini	283.632.988-24	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHORAMENTOS LIVROS LTDA	40.843.165/0001-40		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Karin Cibele Leal Neves	278.457.528-43	Subordinação	Controlada Direta
Diretora			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHORAMENTOS LIVROS LTDA	40.843.165/0001-40		
Diretora			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 – A Emissora possui contratado junto à seguradora Zurich Minas Brasil, seguro denominado Directors and Officers liability insurance - D&O, em benefício aos seus Administradores. A apólice atual possui vigência até 20 de agosto de 2022.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 – Todas as informações relevantes foram apresentadas nos itens anteriores.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 – Descrição da política de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

A. Objetivo da Política de Remuneração: Atingir os objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia através da motivação adequada aos seus administradores.

B. Composição da remuneração:

I. Descrição dos elementos da remuneração e seus objetivos:

A remuneração do Conselho de Administração é fixa, baseada na dedicação e atuação individual de cada membro na persecução dos objetivos e negócios da Companhia. A remuneração dos Diretores Estatutários é composta de parcela fixa e variável, conforme demonstrado no item abaixo. O objetivo da remuneração é incentivar seus administradores a maximizar o valor da Companhia.

II. Proporção dos elementos na remuneração total:

• Conselho de Administração			
○ Honorários Fixos:	100%		
○ Remuneração Variável:	0%		
• Diretoria Estatutária	2019	2020	2021
○ Remuneração fixa:	58%	97%	78%
○ Remuneração variável:	42%	3%	22%

A proporção mencionada acima é indicativa podendo variar em virtude do atingimento das metas orçamentárias.

III. Metodologia de cálculo e reajuste dos elementos da remuneração. Os Honorários do Conselho da Administração são fixos, baseados na dedicação individual de cada membro conforme sua atuação, além de sua participação em cada um dos comitês existentes, bem como baseado na persecução dos objetivos e negócios da Companhia. Já a remuneração variável da Diretoria Estatutária tem como metodologia de

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

cálculo o cumprimento de metas orçamentárias globais e/ou específicas. A Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de sua estratégia de remuneração, fixa e variável, de curto, médio e de longo prazo. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas do mesmo mercado de atuação, de porte semelhante ao da Companhia. No que se refere aos benefícios, é constantemente realizada uma revisão das práticas de mercado e, eventualmente, ajustes são efetuados de modo a alinhar a competitividade. O cálculo da remuneração variável dos Diretores, por sua vez, é baseado em indicadores alinhados ao planejamento estratégico da Companhia e de suas controladas, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados.

- IV. Justificativa da composição da remuneração:** Incentivar os executivos a maximizar o valor e os resultados da Companhia.
- V. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:** O Sr. Thomas Meyer é Diretor Estatutário, mas recebe remuneração apenas pela controlada **Melhoramentos Florestal Ltda.**
- C. Indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:** Remuneração fixa é atribuída conforme responsabilidade e complexidade do cargo, experiência do profissional e práticas do mercado. A remuneração variável da Diretoria Estatutária tem como metodologia de cálculo o cumprimento de metas orçamentárias.
- D. Estruturação da remuneração no sentido de refletir a evolução dos indicadores de desempenho:** Não se aplica.
- E. Alinhamento da política de remuneração com os interesses da emissora no curto, médio e longo prazo:** O orçamento é o principal instrumento de gestão da Companhia e a sua realização alavanca seus indicadores econômico-financeiros. A política de remuneração está vinculada ao orçamento.
- F. Remuneração suportada por sociedades controladas:** A exceção do Diretor Presidente Sr. Rafael Gibini, parte da remuneração dos outros diretores estatutários é suportada pela controlada **Melhoramentos Florestal Ltda.** O Diretor Estatutário Sr. Thomas Meyer recebe o total de sua remuneração pela controlada **Melhoramentos Florestal Ltda.**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

G. Remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários: Não há remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de evento societário.

H. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

I. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam: A Assembleia Geral determina, anualmente, o valor da remuneração global da administração. Definida, nos termos acima, a remuneração global da administração, o Conselho de Administração define a remuneração individual de cada membro da administração, conforme regra contida no item 13.1.h. ii. abaixo.

II. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos: Com relação ao conselho de administração, é avaliada a multiplicidade de atividades desempenhadas pelos conselheiros, diferindo da prática de mercado, onde há um sistema de remuneração composto de duas parcelas: (i) uma idêntica a todos os Conselheiros, pela participação nas reuniões, quer ordinárias, quer extraordinárias, do Conselho de Administração, que são muitas e de longa duração, sendo devido uma adicional ao Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, em virtude das atribuições e responsabilidades inerentes às funções; (ii) uma diferenciada, que leva em consideração a participação de cada membro do Conselho de Administração em cada um dos comitês existentes, limitada a participação no máximo de 3 comitês.

Em relação à Diretoria, a é avaliada a expertise e práticas de mercado, além da correção anual da remuneração, de modo a ajustar a remuneração às atividades desenvolvidas por seus membros.

III. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor: A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, considerando a atuação, dedicação, expertise e resultados obtidos por seus administradores.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	3,00		13,00
Nº de membros remunerados	10,00	3,00		13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.153.000,00	1.830.000,00		7.983.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	5.622.000,00	0,00		5.622.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	518.000,00		518.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	11.776.000,00	2.348.000,00		14.124.000,00

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	5,00		15,00
Nº de membros remunerados	10,00	3,00		13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.153.000,00	1.659.000,00		7.812.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00

Participações em comitês	5.622.000,00	0,00		5.622.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	410.000,00		410.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	11.776.000,00	2.069.000,00		13.626.000,00

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	5,00		15,00
Nº de membros remunerados	10,00	3,00		13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.556.000,00	1.659.000,00		13.215.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	410.000,00		410.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00

Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	11.556.000,00	2.069.000,00		13.564.000,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável por órgão – exercício social de 2019

(em milhares de reais, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	10	3	13
Bônus	-	1.300	1.300
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração atingidas	-	1.300	1.300
Valor efetivamente reconhecido	-	1.160	1.160
Participações nos resultados	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-

Observação: O Sr. Walter Weiszflog atuou como Diretor Estatutário da Companhia, mas recebeu remuneração apenas como membro do Conselho de Administração.

Remuneração variável por órgão – exercício social de 2020

(em milhares de reais, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	10	3	13
Bônus	-	410	410
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	312	312
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	-	98	98
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-
Participações nos resultados	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável por órgão – exercício social de 2021

(em milhares de reais, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	10	3	13
Bônus	-	518	518
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração			-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração			-
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas		518	518
Valor Efetivamente Reconhecido			-
Participação nos Resultados	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração			-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração			-
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas			-
Valor Efetivamente Reconhecido			-

Remuneração variável por órgão – previsto para o exercício social de 2022

(em milhares de reais, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	10	4	14
Remuneração Fixa Anual	13.134	3.250	16.384
Salário / Pró-labore	8.537	3.250	11.787
Benefícios Diretos e Indiretos			-
Participações em Comitês	4.597		4.597
Outros			-
Remuneração Variável	-	1.750	1.750
Bônus		1.750	1.750
Participação nos Resultados			-
Participação em Reuniões			-
Comissões			-
Benefícios Pós-emprego			-
Benefícios pela Cessação do Exercício no Cargo			-
Remuneração Baseadas em Ações			-
Total da Remuneração	13.134	5.000	18.134

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4. – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. – A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

13.6 - Opções em Aberto

13.6. – A Companhia não possui opções em aberto.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. – Não aplicável. Não houve remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8. – Não aplicável, conforme demonstrado nos itens 13.5 a 13.7.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Participações detidas por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os membros não independentes do Conselho de Administração detêm, direta e indiretamente, 3.559.884 ações ordinárias e 136.938 ações preferenciais, totalizando 4.201.005 ações de emissão da companhia. Já os membros independentes do Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária não detém ações de emissão da Companhia.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não existe plano de previdência em vigor conferido aos membros dos órgãos que compõe a Administração da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	5,00	5,00	3,00	10,00	10,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	2,00	10,00	10,00	10,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.937.000,00	1.043.000,00	1.749.000,00	1.426.000,00	1.296.000,00	1.530.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.007.000,00	419.000,00	288.000,00	1.294.000,00	856.000,00	116.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.115.000,00	687.000,00	921.000,00	1.313.000,00	1.155.000,00	1.080.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	O Sr. Walter Weiszflog atuou como Diretor Estatutário da Companhia, mas recebeu remuneração apenas como membro do Conselho de Administração

Conselho de Administração	
31/12/2019	O Sr. Walter Weiszflog atuou como Diretor Estatutário da Companhia, mas recebeu remuneração apenas como membro do Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. – Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores.

O Conselho de Administração é composto em 50% (cinquenta por cento) por partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. – Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Todos os valores recebidos pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária estão indicados no item 13.2 acima.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. – Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Vide itens 13.1 e 13.2 acima.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. – Outras informações julgadas relevantes

Todas as informações julgadas relevantes foram devidamente prestadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 Descrição dos Recursos Humanos da Emissora:

A. Número total de empregados considerando também as empresas controladas:

2021

Localização	Administrativo	Operacional	total
SP	109	42	151
MG	44	176	220
Total Geral	153	218	371

2020

Localização	Administrativo	Operacional	Total
SP	86	45	131
MG	45	161	206
Total Geral	131	206	337

2019

Localização	Administrativo	Operacional	Total
SP	96	46	142
MG	50	174	224
Total Geral	146	220	366

B. Número de terceirizados considerando também as empresas controladas:

Localização	2021	2020	2019
SP	57	26	19
MG	90	80	104
Total	147	106	123

C. Índice de rotatividade considerando também as empresas controladas:

Exercício	Efetivo	Desligamentos	Rotatividade
2021	371	75	20,60%
2020	338	92	21,60%
2019	366	36	10,29%
Média	358	68	17,50%

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

- 14.2.** Em 2021 deu-se início a operação da colheita terceirizada em Caieiras/SP. Foram abertas 5 posições adicionais de Eletricistas de Manutenção em Levantina e posições que estavam “congeladas” em 2020, foram reabertas em 2021.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados do emissor:

- A. Política de salários e remuneração variável:** A política salarial das controladas é composta por salário fixo mais participação nos resultados da empresa. É elegível aos empregados da área comercial o comissionamento por vendas nas Controladas Melhoramentos Florestal Ltda. e Editora Melhoramentos Ltda.
- Todos os cargos da Melhoramentos são avaliados e divididos em “grades salariais”, com faixas de salário por cargo, comparadas periodicamente com o mercado local e de papel e celulose.
- A remuneração total é composta por salário base (revisado anualmente de acordo com a convenção coletiva correspondente e por revisão de mérito ou enquadramento), por remuneração variável (podendo ser comissão ou bônus comercial), participação em resultados ou bônus para a liderança (Coordenadores II e acima) e Pacote de Benefícios por categoria de cargo.
- B. Política de benefícios:** Nas empresas controladas são concedidos aos empregados todos os benefícios compatíveis com o mercado. São eles: vale transporte ou transporte fretado (unidades Levantina e Cajamar), vale refeição (unidades Lapa e Cajamar) ou restaurante próprio (unidades Caieiras e Levantina), vale alimentação (para todos os colaboradores), seguro saúde, convênio odontológico, seguro de vida e cooperativa de crédito. Além disso, a licença maternidade é estendida para 180 dias e a licença paternidade 20 dias, é concedido um dia livre de trabalho no aniversário do colaborador e facilidades para compra de medicamentos através da Golden Farma.
- C. Planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores:** A emissora não possui planos de remuneração baseados em ações para seus empregados não administradores.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Relações entre o emissor e sindicatos:

As empresas controladas mantêm canais diretos de comunicação com os Sindicatos representativos dos empregados em todas as suas bases territoriais. Aplica integralmente as convenções coletivas de trabalho, bem como os acordos de jornada de trabalho, programas de participação nos resultados e demais itens de negociações coletivas.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. – Todas as informações julgadas relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
ERGELA PARTICIPACOES LTDA						
22.725.643/0001-35	Brasil-SP	Não	Sim	19/05/2015		
Não						
	610.721	10,840%	41.645	5,380%	652.366	10,190%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
DORA CARMEN A S WEIZFLOG						
124.311.178-04	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
	10.536	0,187%	1.756	0,227%	12.292	0,191%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
ADRIANA WEISZFLOG CHRISTENSEN						
193.724.188-20	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
	744	0,004%	107	0,003%	851	0,004%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
INDOJUCAR PARTICIPACOES LTDA						
62.930.052/0001-14	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2009		
Não						
973.607	17,290%	94.604	12,230%	1.068.211	16,680%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
ETROS PARTICIPACOES EIRELI						
22.725.810/0001-48	Brasil-SP	Não	Sim	19/05/2015		
Não						
610.720	10,840%	41.647	5,380%	652.367	10,190%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
HDW AGRO PEC E PARTICIP LTDA						
59.704.775/0001-90	Brasileira-SP	Não	Sim	03/03/2009		
Não						
1.128.714	20,040%	21.712	2,810%	1.150.426	17,960%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Walter Weiszflog						
086.453.378-00	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
1.640	0,030%	235	0,030%	1.875	0,030%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Ana Maria de Moraes Velloso						
007.374.348-80	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
504.183	8,950%	23.327	3,020%	527.510	8,240%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
WALADI PARTICIPACOES LTDA						
62.930.086/0001-09	Brasileira-SP	Não	Sim	26/11/2003		
Não						
677.456	12,030%	187	0,020%	677.643	10,580%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
BRUPAN PARTICIPACOES LTDA						
62.929.997/0001-16	Brasileira-SP	Não	Sim	26/11/2003		
Não						
	777.319	13,800%	20.009	2,590%	797.328	12,450%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Ingo Plöger						
754.500.708-53	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
	1.147	0,020%	191	0,020%	1.338	0,020%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Alfredo Weiszflog						
000.773.998-20	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
	1.822	0,030%	264	0,030%	2.086	0,030%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TRIFE PARTICIPACOES LTDA						
62.930.110/0001-00	Brasileira-SP	Não	Sim	26/11/2003		
Não						
	841	0,010%	98.217	12,700%	99.058	1,550%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
OUTROS						
	329.814	5,890%	425.497	55,030%	755.311	11,787%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	2.181	0,039%	4.106	0,530%	6.287	0,098%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
TOTAL						
	5.631.445	100,000%	773.504	100,000%	6.404.949	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BRUPAN PARTICIPACOES LTDA				62.929.997/0001-16	
ANDRÉ WEISZFLOG					
294.195.258-64	Brasileiro-SP	Não	Sim		
Não					
14.902	33,330	0	0,000	14.902	33,330
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
BRUNO WEISZFLOG					
170.813.288-06	Brasileiro-SP	Não	Sim		
Não					
14.903	33,340	0	0,000	14.903	33,340
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Paula Weiszflog					
263.938.548-80	Brasileira-SP	Não	Sim		
Não					
14.902	33,330	0	0,000	14.902	33,330
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BRUPAN PARTICIPACOES LTDA				62.929.997/0001-16	
TOTAL					
44.707	100,000	0	0,000	44.707	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERGELA PARTICIPACOES LTDA				22.725.643/0001-35		
Martina Plöger						
148.406.758-48	brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
677.348	100,000	0	0,000	677.348	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
677.348	100,000	0	0,000	677.348	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ETROS PARTICIPACOES EIRELI				22.725.810/0001-48	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
PETER PLÖGER					
148.406.798-35	Brasileiro-SP	Não	Sim	19/05/2015	
Não					
677.348	100,000	0	0,000	677.348	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
677.348	100,000	0	0,000	677.348	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
HDW AGRO PEC E PARTICIP LTDA				59.704.775/0001-90	
ADRIANA WEISZFLOG CHRISTENSEN					
193.724.188-20	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
466.572	33,330	0	0,000	466.572	33,330
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alfredo Weiszflog					
000.773.998-20	Brasileiro-SP	Não	Não		
Não					
466.573	33,340	0	0,000	466.573	33,340
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.399.717	100,000	0	0,000	1.399.717	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
HDW AGRO PEC E PARTICIP LTDA				59.704.775/0001-90	
Walter Weiszflog					
086.453.378-00	Brasileiro-SP	Não	Não		
Não					
466.572	33,330	0	0,000	466.572	33,330
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INDOJUCAR PARTICIPACOES LTDA				62.930.052/0001-14		
ELCIDINEIA TELES ALVES DE CASTRO PLOGER						
088.655.788-74	Brasileira-SP	Não	Sim	01/08/2014		
Não						
1	0,010	0	0,000	1	0,010	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ingo Plöger						
754.500.708-53	Brasileiro-SP	Não	Sim	01/08/2014		
Não						
138.431	99,990	0	0,000	138.431	99,990	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
138.432	100,000	0	0,000	138.432	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TRIFE PARTICIPACOES LTDA				62.930.110/0001-00		
FERNANDO WEISZFLOG CHRISTENSEN						
282.681.828-73	Brasileiro-SP	Não	Sim			
Não						
2.823	50,000	0	0,000	2.823	50,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
PATRÍCIA WEISZFLOG CHRISTENSEN PAES						
254.078.278-75	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
2.823	50,000	0	0,000	2.823	50,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
5.646	100,000	0	0,000	5.646	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
WALADI PARTICIPACOES LTDA				62.930.086/0001-09	
ADRIANA WEISZFLOG CHRISTENSEN					
193.724.188-20	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
15	0,040	0	0,000	15	0,040
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Alfredo Weiszflog					
000.773.998-20	Brasileiro-SP	Não	Não		
Não					
15	0,040	0	0,000	15	0,040
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
38.083	100,000	0	0,000	38.083	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
WALADI PARTICIPACOES LTDA				62.930.086/0001-09	
Walter Weiszflog					
086.453.378-00	Brasileiro-SP	Não	Não		
Não					
38.053	99,920	0	0,000	38.053	99,920
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.3 - Distribuição de Capital

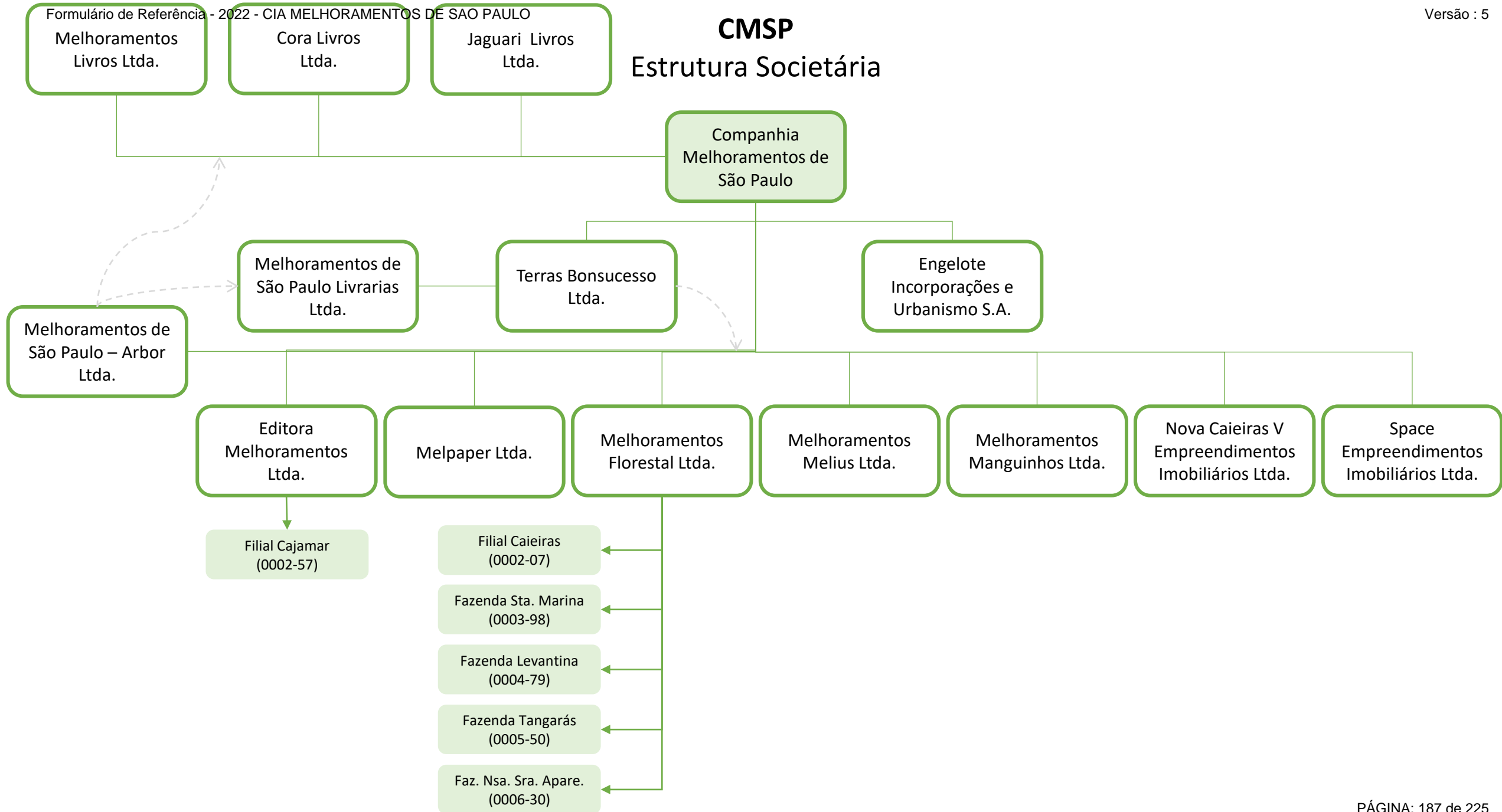
Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	254
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	22
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	3

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	329.814	5,870%
Quantidade preferenciais (Unidades)	425.497	55,020%
Preferencial Classe A	425.497	55,020000%
Total	755.311	11,800%

CMSP Estrutura Societária



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. – A Emissora não possui “Acordo de Acionistas” arquivados em sua sede, em que o grupo controlador seja parte.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. – A despeito da realização das reestruturações societárias mencionadas no item 6.5 deste Formulário de Referência a Companhia informa que não houve alterações no grupo de controle nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. – Nos últimos três exercícios sociais não foram realizadas operações societárias pela Emissora.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. – Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1. – A Emissora não possui políticas, práticas ou regras específicas para transações com partes relacionadas.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora não efetuou transações com partes relacionadas nos últimos três exercícios, o que torna dispensável o preenchimento deste item.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. – A Emissora não possui transações com partes relacionadas, tornando dispensável o preenchimento deste item.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. – A Emissora forneceu todas as informações relevantes a este item.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
30/04/2021	153.718.766,00		5.631.445	773.504	6.404.949
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	773.504				

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/04/2017	Assembleia Geral	20/04/2017	117.566.231,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora não efetuou desdobramento, grupamento ou bonificação nos últimos três exercícios em seus valores mobiliários emitidos.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora não promoveu redução de seu capital social nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5. – Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Emissora, as ações ordinárias possuem o direito de receber dividendos.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Poderá haver conversão de ações ordinárias em preferencias, desde que a quantidade de ações preferencias não ultrapasse 2/3 (dois terços) do total de ações emitidas, nos termos di § 2º do Art. 15 da Lei 6.404/76.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais tem prioridade no caso de reembolso de capital, nos termos do parágrafo 8º do Art. 5º do Estatuto Social.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações dos direitos dos acionistas devem ser feitas mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária com convocação legal para garantir o pronunciamento dos acionistas.
Outras características relevantes	não aplicável.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Emissora, as ações preferenciais possuem o direito de receber dividendos 10% maiores do que àqueles atribuídos às ações ordinárias, prioridade no caso de reembolso de capital e concorrerão em iguais condições com as ações ordinárias na distribuição de bonificações em ações, espécie por espécie na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, sendo vedadas as bonificações para apenas uma espécie e/ou classe de ações.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Poderá haver conversão de ações ordinárias em preferencias, desde que a quantidade de ações preferencias não ultrapasse 2/3 (dois terços) do total de ações emitidas, nos termos di § 2º do Art. 15 da Lei 6.404/76.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais tem prioridade no caso de reembolso de capital, nos termos do parágrafo 8º do Art. 5º do Estatuto Social.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações dos direitos dos acionistas devem ser feitas mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária com convocação legal para garantir o pronunciamento dos acionistas.
Outras características relevantes	não aplicável

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 A Emissora não possui Regras Estatutárias específicas que limitem o direito à voto de acionistas significativos ou que obriguem à realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 No que tange às exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto fazemos referência ao item 18.1 b acima.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Considerando o free float de aproximadamente 10% do capital social, e, a iliquidez das ações, a Emissora não apresentou volumes relevantes de negociações, sendo que a cotação média de seus valores mobiliários permaneceu em R\$ 48,00 para as ações ON e R\$ 46,00 para as ações PN.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") da 433ª série da 1ª emissão
Data de emissão	15/10/2021
Data de vencimento	15/10/2031
Quantidade (Unidades)	100.000
Valor total (Reais)	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	280.852.011,69
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	oferta pública dos CRI, a ser realizada com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Haverá o resgate antecipado da totalidade dos CRI na ocorrência de recompra dos Créditos Imobiliários, na hipótese de: (i) a Cedente realizar a Recompra Compulsória Facultativa, nos termos da Cláusula 6.6 abaixo; (ii) a Cedente realizar a Recompra Facultativa Total decorrente de Alteração Tributária, os termos da Cláusula abaixo; (iii) ocorrência de algum dos Eventos de Recompra Compulsória Automática ou declaração de vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários no caso da ocorrência de Evento de Recompra Compulsória Não Automática.

I) Recompra Compulsória: adquirirá automática e compulsoriamente a totalidade dos Créditos Imobiliários e pagará à Emissora, de forma definitiva, irrevogável e irretratável, o equivalente ao saldo devedor dos CRI atualizado monetariamente e acrescido da Remuneração e de eventuais despesas e encargos moratórios aplicáveis até a efetiva data de pagamento ("Valor de Recompra Compulsória");

II) Recompra Facultativa: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI acrescido (a) da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou a da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive); (b) dos encargos moratórios, se houver; e (c) de eventuais despesas ou obrigações pecuniárias vencidas e não pagas referentes aos CRI; ou

(ii) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização dos CRI atualizado monetariamente, acrescido (a) da remuneração, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próxima a duration remanescente dos CRI, conforme o caso, na data da Recompra Facultativa Total, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data da Recompra Facultativa Total, calculado conforme a fórmula abaixo; (b) dos encargos moratórios, se houver; e (c) de eventuais despesas e quaisquer obrigações pecuniárias vencidas e não pagas referentes aos CRI.

VP = somatório do valor presente das parcelas de pagamento dos CRI;

C = fator C acumulado até a data da Recompra Facultativa Total, conforme definido na Cláusula 5.1 acima;

VNE_k = valor unitário de cada um dos "k" valores devidos dos CRI, apurados na Data de Integralização, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao pagamento da remuneração e/ou à amortização dos CRI, conforme o caso;

n = número total de eventos de pagamento a serem realizados dos CRI, sendo "n" um número inteiro;

FVP_k = fator de valor presente, apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$(1 + \text{TESOUROIPCA})^{(nk/252)}$$

TESOUROIPCA = taxa interna de retorno da NTN-B com duration mais próxima a duration remanescente dos CRI;

nk = número de Dias Úteis entre a data da Recompra Facultativa Total e a data de

Hipótese e cálculo do valor de r vencimento programada de cada parcela "k" vincenda.

Características dos valores mobiliários de dívida

Úi ài^Á Áxãl |Á| { a açAM ã iã ÁC açã xãl Éã &ããèl Ás |·Á^ { ~ }^l açãlã · & |i·^· | { } à^) ç· Áã Èl ∈ Á Éãçãã |ãã |·Á^Á| { açãç | { } ^) &ãç^Á· { ~ |ããçã | Áãç ç { } |iã Á | ÁÖã Á çã Éã | Áãç^Á { Á { Áã | Á^ÁÇ Gã ~ : ^) ç· Á Áã ~ ^) çã Áã |ã äã Èã^· à^ Áã |ã ^ääÖããã^Á ç^* |ãã açèl Á ~ Áãç |ã açÖããã^Á aç aç ^) ç Áã Ü^ { ~ }^l açèl Á ^ääçç ^) ç Áã ç |ã Éã & ~ ç^ Áã | { | Á Áãç | Éã Áãããã^Á | & ~ || È ^çã · ç^ Áã^Áã |ã | Áã | Áãã | { ~ |ã |^çã çãããã | K

RMÑ XbÑ ' æ Çãç |R |· ÈFD

[] à^K

RãMçã |Á} ã iã ÁãÜ^ { ~ }^l açèl Á |·ÁÜÇã^çããã | Áã açÁ^ÁãããÜ^l ç àl Áã Öã açã açèl Á |·ÁÜÇããã |ãã | Áã | Á Ä çã Dãç ç Áã &ã çã Á^ { Áã |^ã | } aç ^) ç L XbããMã | { | Á^Á^ã àl Áãã çã Çãç |ÁR |·Á^Áãç |Á^Ás |·Éãçãã |ãã |Áã | ÁÁÇ | ç^ Dãç ç Áã &ã çã Èã | aç |^ã | } aç ^) ç Éãã ~ |ãã | Áãã^* ç ç Á | { çã Çãç |ÁR |·M Á ÁãççÁÉFlãã Èl ÇÁ

[] à^K

ãMçããã^Á |·Áãçãã ~ çãç^ ç Áã Èl ∈ Áã çã |·Á^Áã &^ ç· Á^Á^ aç | Áã &ã [· à^Á á ·ã [·Éã çã | { çã | { çãçãã | Á ÁÇ ~ aç | Dãç ç Áã &ã çã L ä^ ÁÁg { ^ | Á^ÁÖã Á çã Áã ç^ Áã |ã ^ääÖããã^Á ç^* |ãã açèl Èã açã Á |ã ^ã | Ü^l ç àl Á^ÁÖã açã açèl Áã & ~ ç^ Áã ~ Áãç |ã açÖããã^Á aç aç ^) ç ÁãÜ^ { ~ }^l açèl Çã & ~ ç^ Áãã çãã ·Á^ { çã Ü^l ç àl ·Á^ÁÖã açã açèl Èã Áãããã^Á | & ~ || Áã çã · ç^ Áã çã · ^) àl Áã ~ Áã | Áãg { ^ | Áã çã | È

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão de CCI, após a integralização dos CRI, dependerá de prévia aprovação dos titulares dos CRI, reunidos em assembleia geral, nos termos e condições dos Documentos da Operação. Fica desde já dispensada a assembleia geral dos titulares dos CRI para deliberar a alteração desta Escritura de Emissão de CCI, sempre que tal alteração: (i) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM, de adequação a normas legais ou regulamentares, bem como de demandas das entidades administradoras de mercados organizados ou de entidades autorreguladoras, incluindo, mas não se limitando, a B3; (ii) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais da Emissora ou da Instituição Custodiante ou dos prestadores de serviços; (iii) envolver redução da remuneração dos prestadores de serviço descritos nesta Escritura de Emissão de CCI; (iv) decorrer de correção de erro formal; e (v) modificações já permitidas expressamente nesta Escritura de Emissão de CCI e nos demais documentos relativos à emissão dos CRI, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii), (iv) e (v) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos titulares dos CRI ou qualquer alteração no fluxo dos CRI, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os titulares dos CRI.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Certificados de Recebíveis Imobiliários	0	0	3

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 As ações ordinárias e preferencias da Emissora estão admitidas à negociação na B3 sob os códigos MSPA3 e MSPA4 respectivamente.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora não possui negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 A Emissora realizou apenas a oferta pública com esforços restritos, conforme já indicado no item 18.5.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 – A Emissora realizou apenas a oferta pública com esforços restritos, conforme já indicado no item 18.5.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 – A Emissora não participou de ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 – A Emissora prestou todas as informações que julga relevante nos itens anteriores.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora não possui planos de recompra de seus valores mobiliários em vigor.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Emissora não apresentou movimentação de ações em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 – Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Embora a Emissora não adote uma política formal de negociação de valores mobiliários, ela está sujeita às regras estabelecidas nas Instruções CVM 358/2002 e 480/2009. Sendo assim, os acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração e Diretores, bem como qualquer outra pessoa que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado (considerados insiders para efeito da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada) são vedados de negociar com valores mobiliários de nossa emissão.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 Não existem informações relevantes tendo em vista que a Emissora não possui Política de negociação de valores mobiliários específica.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 Política de Divulgação de Informações

A Emissora possui uma Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, elaborada nos termos da Instrução Normativa CVM 358/2002 e aprovada pelo Conselho de Administração. Nossa política tem como objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo nosso Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Descrição da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo adotada pela Emissora tem por objetivo o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, que devem ser observados tanto pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia quanto pelas Pessoas Vinculadas.

A Política prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação de ato ou fato relevante simultânea à CVM, Bolsas de Valores e entidades de balcão organizado na qual a Emissora possui valores mobiliários submetidos à negociação, onde a divulgação é feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados. Caso haja incompatibilidade de horários, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores, segundo a Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo é feita imediatamente, por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos e indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos. A Informação Relevante, ainda, é divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais utilizados pela Emissora, onde o anúncio pode conter a descrição resumida da Informação Relevante, indicando endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM e às Bolsas de Valores.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores da Emissora, pessoa responsável por divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos. Cumpre ainda a essas pessoas o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que os subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

A Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo de nossa parte. Nesta hipótese, a Emissora pode decidir por submeter à apreciação da CVM a divulgação ao público da

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Informação Relevante. Em tais casos excepcionais de não divulgação, sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que **(i)** tiveram originalmente conhecimento; e/ou **(ii)** decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de nossos valores mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público.

Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo Atos ou Fatos Relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses do emissor (Instrução Normativa CVM nº 358/2002, artigo 7º).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. - Responsável pela política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável por **(i)** divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado Informação Relevante; e **(ii)** zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores, assim como ao público investidor em geral. Em caso de ausência do Diretor de Relações com Investidores, o Conselho de Administração indicará o Diretor responsável, interinamente, por todas as obrigações e deveres do Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. - Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.